

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

Marcos Arêas Coimbra

**A ascensão da nobreza secundogênita no processo de legitimação e
consolidação da Dinastia de Avis: o caso de Nuno Álvares Pereira.**

NITERÓI
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

Marcos Arêas Coimbra

A ascensão da nobreza secundogênita no processo de legitimação e consolidação da Dinastia de Avis: o caso de Nuno Álvares Pereira.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História, da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Setor temático: História Medieval.

Orientador: Prof. Dr.º Roberto Godoredo Fabri Ferreira

NITERÓI

2014

930
C679as

Coimbra, Marcos Arêas

A ascensão da nobreza secundogênita no processo de legitimação e consolidação da Dinastia Avis: o caso de Nuno Álvares Pereira / Marcos Arêas Coimbra. _ 2014.

146f.

Orientador: Roberto Godofredo Fabri Ferreira

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Fluminense

Inclui bibliografia

1. Idade média - História. 2. Literatura medieval - História.

3. Cavalaria e cavaleiros - Idade média- História. I. Ferreira,

Roberto Godoredo Fabri. 11. Universidade Federal Fluminense. Departamento de História. Título.

MARCOS ARÊAS COIMBRA

A ascensão da nobreza secundogênita no processo de legitimação e consolidação da Dinastia de Avis: O caso de Nuno Álvares Pereira.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História, da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Setor temático: História Medieval.

Aprovada em _____ de 2014

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Roberto Godofredo Fabri Ferreira- Orientador
Universidade Federal Fluminense

Professora Doutora Miriam Cabral Coser
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Professora Doutora Vânia Leite Fróes
Universidade Federal Fluminense

NITERÓI
2014

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, eterna amiga e amor, Mônica Borges Alves Coimbra, pelo apoio incondicional. Não teria conseguido sem você. Muito obrigado.

Aos meus pais, Lúcia Regina de Souza Vasques e Ayrton Arêas Coimbra, minha irmã, Roberta Arêas Coimbra, minha tia, Mirza Coimbra Makay, pelo carinho, dedicação e apoio. Muito obrigado.

À toda minha família, especialmente Marcia Borges Alves, pelo incentivo e palavras de carinho nas horas mais difíceis.

Ao Professor Roberto Godofredo Fabri, pela confiança depositada em mim e no meu projeto. Pela amizade e constante incentivo. Por seu exemplo como pessoa e profissional.

À Professora Eloisa Souto, pelo apoio incondicional e constante confiança desde os primeiros passos no aprendizado da ciência da História.

À Professora Beatriz Dias, que em sua aulas e orientações, fez consolidar o amor pela História Medieval.

À Professora Raquel Alvitos, por todo o apoio e amizade, paciência e carinho, na condução dos estudos preparatórios e no cultivo do amor pelo medievo.

À Professora Vânia Leite Fróes, por sua enorme contribuição em minha formação acadêmica. Pela amizade, zelo e exemplo a ser espelhado.

À Professora Miriam Coser Cabral, por ter aceitado participar de minha banca, pela gentileza e pelas importantes sugestões dadas para a realização deste trabalho.

Aos amigos da Universidade Federal Fluminense pelo carinho, apoio e momentos de discussão. Agradeço especialmente a Douglas Mota Xavier de Lima, Franklin Maciel Tavares Filho, Jonathan Mendes, Mariana Bonat Trevisan, Ieda Avênia de Mello e Tereza Rocha que, nesses dois anos de pesquisa, estiveram ao meu lado sempre me auxiliando.

Aos amigos queridos que conquistei ao longo desta jornada acadêmica, por todos os conselhos, auxílios, trocas de experiências e contribuições.

Aos amigos professores da Unilasalle, que estiveram ao meu lado desde o início da graduação.

Aos amigos de sempre, especialmente Guilherme Sarmiento e Ítalo Jardim, pelo incentivo e apoio tão necessários à construção desta pesquisa.

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a produção de memória realizada durante os primeiros reinados da Dinastia de Avis, com ênfase na *Crônica de D. João I* e na *Crônica de D. Fernando*, de autoria do autor lusitano Fernão Lopes, e na *Crônica do Condestável*, de autor anônimo. Diante do desafio de se consolidar e legitimar no poder, os reis avisinos e a nova nobreza que com os mesmos ascende, promoveram uma *propaganda política*, por meio de representações dos seus maiores personagens, visando a construção de imagens paradigmáticas. Esses heróis, exemplos morais e modelos de conduta, fortaleceram tanto a nova dinastia, quanto as novas casas senhoriais, no jogo político da corte, onde a centralidade monárquica e a hierarquização dos espaços ganhavam força. Nuno Álvares Pereira emerge destes escritos como o nobre/cavaleiro ideal, personificando atributos, como lealdade, fidelidade e piedade, provenientes do ideal cavaleiresco-cristão, ganhando novos significados no bojo do projeto centralizador da monarquia avisina. A análise das características marcantes deste cavaleiro/nobre exemplar sugere a promoção - por meio de instrumentos simbólicos e ideológicos do poder, de novas forças sociais, que ascendem ao espaço da corte régia, fortalecendo a noção de um novo súdito, incondicionalmente fiel ao soberano lusitano.

Palavras-Chave:

1. Poder Régio/Centralização 2. Portugal 3. Cavalaria 4. Nuno Álvares Pereira

Abstract

The aim of this work is to analyze the memorialization accomplished during the first reigns of the Avis Dynasty, with emphasis on the *Crônica de D. João I* and the *Crônica de D. Fernando*, by Lusitanian author Fernão Lopes, and on the *Crônica do Condestável*, by an unknown author. Facing the challenge of consolidating and legitimizing their power, the Avis kings and the new nobility that ascended to power with them made use of political propaganda through the representation of their major personages, in order to produce paradigmatic images. Through these real heroes, who served as moral examples and role models, the kings, as well as the new nobility, strengthened their positions in the political game of the court, where the concentration of power by the monarchy and the hierarchization of spaces were increasingly prevalent. Nuno Álvares Pereira emerges from these writings as the ideal nobleman/knight, personifying attributes such as loyalty, fidelity and piety pertaining to the chivalrous Christian ideal, gaining a new significance within the centralizing project of the Avis monarchy. The analysis of the major features of this exemplary nobleman/knight suggests the promotion - through symbolic instruments, genuine ideological bases of power - of new social forces that, up to then, had little or no access to space in the royal court, strengthening the notion of a subject unconditionally loyal to his sovereign.

Keywords:

1. Regal Power / Centering 2. Portugal 3. Cavalry 4. Nuno Alvares Pereira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO p. 9

CAPÍTULO 1 - DOS PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: OS FUNDAMENTOS IDEOLÓGICOS DO PODER E O DISCURSO DO PAÇO NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DA NOVA NOBREZA E A DINASTIA DE AVIS p. 13

1.1 - OS FUNDAMENTOS IDEOLÓGICOS DO PODER E A PROPAGANDA POLÍTICA: ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM RÉGIA E NOBRE P - 13

1.2 - O DISCURSO DO PAÇO E A TEATRALIZAÇÃO DO PODER P - 23

1.3 - A CAVALARIA E O IDEAL CAVALEIRESCO: ATRIBUTOS E CARACTERÍSTICAS P - 35

CAPÍTULO 2 - "DE ESCUDEIRO A CONDESTÁVEL" - NUNO ÁLVARES PEREIRA E ASCENÇÃO DA NOVA NOBREZA NA OBRA DE FERNÃO LOPES (CRÔNICA DE D. FERNANDO E CRÔNICA DE D. JOÃO I) P - 45

2.1 - A SOCIEDADE PORTUGUESA NA BAIXA IDADE MÉDIA P - 45

2.2 - FERNÃO LOPES E O SEU CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL P - 58

2.3 - A "CRÔNICA DE D. JOÃO I" E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE NUNO ÁLVARES PEREIRA P - 87

CAPÍTULO 3 - "O MELHOR CAVALEIRO DE PORTUGAL" - A PRODUÇÃO DA MEMÓRIA DE NUNO ÁLVARES PEREIRA P - 106

3.1 - A CRÔNICA DO CONDESTÁVEL, O IDEAL CAVALEIRESCO E A NOVA NOBREZA NO PROJETO POLÍTICO DE AVIS P - 106

3.2 - A CRÔNICA DO CONDESTÁVEL E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO CAVALEIRO/SÚDITO IDEAL P - 117

CONCLUSÃO P - 135

BIBLIOGRAFIA P - 140

INTRODUÇÃO

O presente estudo está inserido no âmbito da História Cultural, buscando compreender a criação e utilização, por parte dos primeiros monarcas da Dinastia de Avis, e da nobreza que com a mesma ascende, de uma literatura voltada à produção de uma memória lusitana. Nela, os personagens centrais eram descritos como verdadeiros heróis, modelos de conduta e de valores, aos moldes dos personagens de romances e canções lidas em língua vernácula nas cortes e nas praças Lusitanas do fim do medievo.

O recorte temático gira em torno de uma produção de memória, através da qual tanto a realeza quanto a nobreza portuguesa, vitoriosas na guerra contra Castela, buscam legitimar e consolidar o seu poder, posto sofrerem graves ataques quanto à "legalidade" de sua situação "jurídica", já que D. João I, o primeiro monarca avisino, era um filho bastardo do rei D. Pedro.

A nobreza que apoiava a Dinastia de Avis sofria ataques tanto dos nobres portugueses de antiga linhagem, que não aceitavam a ascensão desta nobreza secundogênita, como do monarca e de nobres castelhanos que ainda defendiam o direito sucessório do rei de Castela ao trono de Portugal. Este novo grupo social lusitano era fruto da ascensão de nobres segundos, mercadores e até mesmo alguns cidadãos ou camponeses, que mostraram bravura e lealdade ao Mestre de Avis durante o processo de lutas contra Castela e constituída no processo denominado Revolução de Avis. Em última análise, homens que em uma situação normal, dentro da lógica do regime feudal medieval, dificilmente conseguiriam participar do núcleo de decisões políticas da corte régia ou senhorial.

Cabe lembrar que os escritos estudados são compreendidos aqui como o produto de uma verdadeira *propaganda* política, que objetivava difundir um modelo de súdito ideal, posto estarmos falando do século XV, um momento em que Portugal está em pleno processo de centralização política.

Uma produção de memória conduzida, principalmente, pelo rei, que visa estabelecer a imagem de um nobre ideal, alinhado à posição central do monarca, em uma sociedade de corte cada vez mais heterogênea em seus quadros, devido sobretudo à ascensão de novas camadas da sociedade, especialmente de homens enriquecidos mas que não possuíam títulos de nobreza.

Uma das peculiaridades interessantes neste estudo é o esforço de compreender o que

encontramos nas crônicas como paradigma ético-moral, ou seja, o ideal da Cavalaria cristã, o que geralmente seria um instrumento ideológico de exaltação da nobreza, mas com uma sutil mudança no acento de suas qualidades essenciais, tornando esta força social leal e fiel à realeza e não uma concorrente sua.

Naturalmente cabe a ressalva de estarmos falando de uma representação, de um projeto, e que a *propaganda* da centralização monárquica ainda está em seus primórdios, mesmo lembrando que Portugal já estaria, frente a outros reinos, algo avançado nesta empreitada.

Deste modo, situamos cronologicamente esse estudo nos séculos XIV-XV, momento histórico denominado pela historiografia como Baixa Idade Média e que fora bastante conturbado, não somente em Portugal, mas em toda a Europa. Momento em que a cristandade sofria graves obstáculos como a Peste negra, longos períodos de fome devido às deficitárias colheitas, e vivenciava guerras que envolviam quase todas as monarquias ocidentais. Espacialmente, esse trabalho está situado nas fronteiras do reino de Portugal, que inicia sua consolidação enquanto entidade política autônoma e que sofre com as constantes invasões feitas pelo vizinho reino de Castela.

A bibliografia utilizada foi escolhida seguindo um critério. Este procurou aliar a leitura de textos teóricos clássicos, principalmente com ênfase no contexto histórico, e em uma produção mais recente, confeccionados na esteira de uma produção preocupada em compreender os fenômenos simbólicos, fenômenos tais que serviriam como instrumentos inseridos nas complexas relações de poder.

O Imaginário político português tem sido objeto de inúmeros estudos, alguns considerando questões até pouco tempo vistas com desconfiança pelos historiadores. Oportuno aqui citar Maravall¹, que apontou ao estudo do período medieval, na sua árdua tentativa de entender suas especificidades, um olhar atento à literatura denominada de Proveito e Exemplaridade, composta por um conjunto de exemplos morais e políticos que demonstra ser o modo usual e generalizado das produções didáticas medievais. Os trabalhos acadêmicos, muitos deles originados da profícua produção do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, foram de enorme ajuda no processo de compreensão dos principais vetores e linhas de pesquisa, sempre com foco no período da chamada Baixa Idade Média, e, sobretudo, no reino de Portugal.

1 MARAVALL, José Antônio. "La concepción del saber en una sociedad tradicional" In: Estudios de Historia del Pensamiento Político. Ed. Cultura Hispánica: Madrid, 1983.

No que concerne ao uso das fontes primárias, propomos a análise de três crônicas exemplificativas do modelo, do ideal, escolhido pelos monarcas de Avis e pelos nobres que os apoiavam. Nelas é possível observar o esforço para se controlar os ímpetus de uma nobreza guerreira por natureza. As *Crônicas de D. Fernando* e *Crônica de D. João I*, escritas pelo cronista régio Fernão Lopes, e a *Crônica do Condestável*, uma crônica de autoria anônima, escrita para fazer a apologia de Nuno Álvares Pereira, fundador de uma das casas nobres mais importantes do reino durante o período avisino. Todas demonstram uma consonância de modelos, baseados no ideal cavaleiresco cristão. Nestas obras a lealdade ao Senhor, no caso o rei, é observada com frequência, tornando-se um tema central.

Nuno Álvares Pereira será o paradigma de nobre na análise das três crônicas. Um personagem tão importante na trama narrada, que sua atuação torna-se elemento central para a conquista e manutenção da independência de Portugal frente ao domínio castelhano.

Cabe lembrar que no caso português uma peculiaridade ocorreu, e que longe de ser um detalhe, deve ser objeto de análise, posto mostrar-se fundamental para entender a singularidade do projeto de centralização deste reino e a sua primazia na expansão marítima européia. Estamos falando do fato de que ao morrer o rei D. Fernando, em 1383, grande parte dos nobres de Portugal apoiaram o rei de Castela como o futuro e legítimo rei Lusitano.

Isto, como já dito acima, permitiu que houvesse um espaço inédito para a ascensão de grupos periféricos, como filhos distantes do tronco central das famílias nobres, os secundogênitos, e mesmo não-nobres que rondavam o seio das cortes e almejavam uma chance de ascender à nobreza, que surgiu exatamente neste momento.

Este novo grupo emergente, apesar de ter apoiado com firmeza o Mestre de Avis, nas diversas contendas com Castela e com os nobres portugueses que decidiram apoiar os castelhanos, ainda sim possuíam permanências e características semelhantes aos seus iguais que apoiaram Castela. Essa nova nobreza, portanto, deveria ser "domesticada" e possuir um código ético-moral permeado de valores que a caracterizaria como portuguesa e a diferenciaria de seus homônimos alinhados a Castela. Tal fenômeno buscaremos fazer emergir na análise das fontes. Há uma atenção especial dos monarcas de Avis na transformação dos hábitos e costumes dos nobres que comporiam o séquito de sua corte, nos moldes que Nobeit Elias² irá considerar como um controle das pulsões e dos instintos, o que o autor denomina como um processo civilizador.

2 ELIAS, Nobeit. O Processo Civilizador vol II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

Os monarcas avisinos serão responsáveis por uma profícua produção de obras de cunho moralístico, que se mostravam na realidade como verdadeiros manuais para a educação dos homens da corte régia e dos nobres.

Contudo, pela força do ideal cavaleiresco que encontramos nas crônicas aqui estudadas, o caráter guerreiro está longe de ser banido da lógica do poder. Ainda levará tempo para que a Cavalaria seja extinta de vez. Ousamos dizer que até hoje seus ideais e modos de vida estão presentes em nosso cotidiano, senão na realidade material, mas no imaginário de gerações futuras.

Porém, deve-se destacar que de todo este movimento de transformação da sociedade medieval, principalmente a portuguesa, o nobre que rivaliza com o poder régio - sendo que este visa centralizar as instâncias de decisão política e administrativa em sua corte - vai aos poucos mudando de figura.

Ao lado do nobre-cavaleiro, representado pela antiga nobreza senhorial, outro conceito ganha força política e espaço social. Este se manifesta na figura do súdito, que por sua vez entende que pertence a algo maior, o reino, em uma embrionária concepção de nacionalidade.

O súdito deve uma lealdade quase que irrestrita ao rei, em teoria somente regulamentada pela lei e pelos concelhos, espaço onde o povo das cidades e vilas busca se fazer ouvir pelo monarca contra os abusos dos senhores ou dos funcionários régios. O rei, por outro lado, personifica, como dito, algo maior, o reino. Há um sentimento de pertença cada vez mais importante e significativo, sentimento que foi muito importante no combate aos invasores castelhanos, e que no futuro servirá de argumentação pelos grupos sociais tradicionalmente alijados das decisões políticas, para que passassem a ser ouvidos e respeitados.

Destarte, buscar compreender este universo em transformação e entender o sentido e os propósitos dos cronistas ao introduzir de forma enfática o ideal cavaleiresco em suas páginas, parece bastante útil nesta tentativa sempre esperançosa do historiador em alcançar o vivido.

CAPÍTULO 1 - Dos Pressupostos Teóricos-Methodológicos: Os Fundamentos Ideológicos do Poder e o Discurso do Paço no processo de Consolidação e Legitimação da Nova Nobreza e da Dinastia de Avis.

1.1 - Os Fundamentos Ideológicos do Poder e a *Propaganda* Política: Aspectos da Construção da Imagem Régia e Nobre

A história política nos últimos séculos sofreu intensas mudanças em seus paradigmas. Objetos de estudo que antes eram considerados periféricos e pouco aproveitados, após o advento da obra de autores como Marc Bloch e Lucien Leblvre, adentraram o espectro de atuação historiográfica nas mais avançadas pesquisas no campo da historiografia.

Na maior parte das vezes este fenômeno foi possível pelo diálogo aberto pelos historiadores com outras áreas das ciências humanas. A antropologia, a psicologia e a sociologia em muito contribuíram para a nova percepção de conceitos nucleares, como o fundamental conceito de "Poder".

Abandonando a regra positivista do privilégio dos grandes feitos militares e das grandes personalidades, os historiadores lançaram um novo olhar para atividades humanas que até então eram desdenhadas, mas que agora passavam a ser vistas como essenciais. A partir de então o campo do simbólico tornou-se tão válido quanto qualquer outro na análise das relações de poder entre as forças sociais, sobretudo em um período de profunda sacralidade como foi a Idade Média.

Esta atuação oxigenou todo o labor historiográfico e permitiu o alargamento considerável das fontes pesquisadas. Obras anteriormente consideradas de importância duvidosa, pois eram tidas apenas como "literárias", obras de pura ficção, advindas da imaginação de seus autores, sem qualquer relação com a realidade, ganharam um novo olhar e passaram a ser consideradas fontes preciosas na compreensão, não apenas dos aspectos

materiais das sociedades do medievo, mas da mentalidade da época.³

A utilização, pelos detentores do poder, de rituais, cerimônias, festas, casamentos, ou seja, toda uma gama de manifestações que se valiam do imaginário⁴ medieval, foi um expediente usual e eficaz procurado e mantido por poderes como as monarquias, no intuito de legitimar-se e consolidar-se enquanto poder soberano de uma sociedade extremamente hierarquizada e estratificada.

Não raro foi a contratação, por parte dos reis e grandes senhores, de homens de letras, buscando a produção de uma literatura, que em um tempo em que a leitura se fazia em voz alta, em locais públicos, traduziam tais ações em uma verdadeira *propaganda* política.

Neste sentido, as forças sociais mais importantes fizeram uso dos ideais mais entremeados no imaginário da época para difundir seus valores e seus modelos de conduta. Uma forma de atuação política de grande eficácia e que por muito tempo foi relegada ao esquecimento pela historiografia, concentrada na compreensão dos aspectos econômicos e de atuações no campo político de cunho militar e administrativo.

A mudança de rumo historiográfico a que fizemos menção tem seus primórdios na celebrada obra de Marc Bloch, principalmente no seu livro "Os Reis taumaturgos".⁵

Neste memorável livro, que até hoje influencia decisivamente gerações de leitores, Bloch irá ampliar a análise dos instrumentos de fortalecimento e construção da imagem do rei, no sentido de ter seu poder aceito e respeitado pelos súditos.

A hipótese de Bloch será defendida na demonstração dos processos de cura, muito comuns no medievo, em que os reis, em celebrações de intensa carga ritualística, tocavam os corpos dos súditos doentes e assim os curavam. Isto dava aos monarcas um enorme prestígio e fortalecia grandemente a crença na origem divina de seu poder.

A Idade Média foi um momento, repetimos, de marcante sacralidade. O universo religioso expresso no texto bíblico era o principal referencial, o instrumental com que se lia a

3 Entende-se por mentalidade, o conceito proposto por Hilário Franco Júnior (A Idade Média: Nascimento do Ocidente. SP: Editora brasiliense, 2008.) como "os valores e costumes de uma época, expressos em imagens verbais e visuais, como também o plano mais profundo da psicologia coletiva, ou seja, os anseios, esperanças, medos, angústias e desejos assimilados e transmitidos inconscientemente, e exteriorizados de forma automática e espontânea pela linguagem cultural de cada momento histórico em que se dá essa manifestação".

4 Por imaginário compreende-se, ainda baseado em Hilário Franco Júnior (A Idade Média: Nascimento do Ocidente. SP: Editora brasiliense, 2008.) como o " conjunto de imagens, verbais e visuais, que uma sociedade ou um segmento social constrói com o material cultural disponível para expressar sua psicologia coletiva. Logo, todo imaginário é histórico, coletivo, plural simbólico e catártico. Não pode ser confundido com imaginação, atividade psíquica pessoal que ocorre, ela própria, de acordo com as possibilidades oferecidas pelo imaginário."

5 BLOCH, Marc. Os Reis Taumaturgos. SP; Companhia das Letras,1993.

realidade. Todo acontecimento interpretava-se à luz dos mandamentos vétero e neo-testamentários. Assim a própria instituição real, no seu centro de gravidade - a figura do rei - continha a chave de leitura da existência política do período.

Outra obra muito importante, neste sentido, para a presente pesquisa, é o estudo de teologia política escrita por Ernst Kantorowicz, cujo título principal "Os Dois Corpos do Rei" já nos é bastante elucidativo sobre o que o autor propõe demonstrar.⁶

Para Kantorowicz, o que catalisava com maior intensidade o imaginário medieval em torno do fortalecimento do poder régio era o fato do monarca ser um elo de ligação entre dois reinos: o celeste e o mundano. Isto trazia para a monarquia, enquanto instituição dirigida por homens, uma carga simbólica intensa, já que o verdadeiro organizador por trás de todo o projeto real era o próprio Deus, atuando decisivamente na escolha, sucesso, derrota e mesmo morte daquele que será o seu representante no mundo que criou.

A conclusão fundamental que aqui podemos expor é que, se por um lado isto conferia um status de inigualável valor social para a monarquia frente aos poderes descentralizadores - como todo o conjunto de senhores feudais e o próprio clero, extremamente fortes nestes séculos - por outro fazia com que o rei estivesse entrelaçado em uma ampla rede de exigências.

Estas exigências seriam, portanto, advindas da própria menção bíblica do passado dos reis, ou seja, dos modelos nela expressos, cujas condutas exemplares, demonstrativas da sua ligação especial, e de sua graça com o divino, moldavam uma normatividade que, se não fosse observada pelo rei, poderia facilmente ser argumento enfraquecedor de seu poder e de seu papel enquanto intermediário entre as duas esferas, o céu e a terra.

Ressaltemos neste momento como o arcabouço teórico da época comparava a legitimidade de reis contemporâneos com os atos políticos dos reis bíblicos, mormente Davi e Salomão. Os exemplos também constituíam uma cartilha que deveria ser observada por uma sociedade rigidamente estratificada. Seriam representações que, expressas de modo oral ou escrito, definiriam padrões de conduta, modelos de ação e valores éticos.

Houve casos, ou momentos, em que a força do rei era tanta que a ênfase recaía para sua natureza sagrada, quase comparada à vocação sacerdotal do clero. Nos períodos de maior fraqueza, em que os poderes particularistas estavam mais fortes, sua posição ia decaindo na escala hierárquica, aproximando a sua posição à de um mero servidor temporário. De

6 KANTOROWICZ, Ernst H. Os Dois Corpos do Rei. Um Estudo sobre Teologia Política Medieval. SP; Companhia das Letras, 1998.

qualquer modo o autor não se prende somente a isto, pois está preocupado em demonstrar como a existência dicotômica do monarca já levava à compreensão do *locus régio* como algo separado da existência contingente do rei humano, específico.

Deste modo, um rei fraco, doente, não fazia a teoria cair por terra, pois o "lugar real" era maior, algo mais, do que o do "homem-rei". Sob a escusa de que não se pode compreender os desígnios divinos, a aceitação do argumento pelos súditos era manipulada sem maiores contestações.

O mesmo podemos dizer sobre a doença ou fraqueza de uma casa régia ou senhorial, posto que a compreensão de que este evento era como uma punição do sagrado pelos desvios morais ou religiosos de uma linhagem, permitia à monarquia, enquanto instituição, se esquivar da falibilidade de alguns de seus representantes, preferindo a construção imagética, produção efetiva de memória, através da exaltação, ritualística ou intelectual, dos que foram "grandes" no passado.

O passo seguinte no esforço de compreensão desta sociedade estratificada, ainda descentralizada, mas que iniciava um determinante processo de centralização do político, após séculos de manutenção das prerrogativas do poder nas mãos de diferentes eixos de força, estabeleceu-se com a busca da compreensão do imaginário do feudalismo.

Esta tarefa coube ao escritor e historiador francês Georges Duby,⁷ cuja obra define como as estruturas sócio-político-econômicas do medievo estavam estratificadas de modo sólido e coeso, ao menos no plano das idéias, em uma divisão tripartite dos atores sociais, cuja quantidade de poder, lugar social e prestígio estava diretamente ligada à função exercida pelo respectivo grupo na sociedade do período, a saber os *oratores*, os *belatores* e os *laboratores*.

Mas com uma perspicácia exemplar, Duby irá mais longe, estudando a construção simbólica por trás desta organização. Este simbolismo - que se encontrava fundamentado em um imaginário por ele mesmo respaldado, ou até construído - será obra responsável pela construção de um cosmo específico. Mais uma vez a leitura da sacralidade será feita de modo a respaldar projetos de poder, baseados sobretudo em representações sistemáticas de trechos e modelos presentes na palavra revelada.

O sistema proclamado então pelos detentores do poder será fruto de um clero que precisava posicionar seu agir político de modo que definisse e fortalecesse seu papel social

7 DUBY, Georges. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa; Editorial Estampa; 1982.

frente aos poderes laicos, cada vez mais fortalecidos pela função essencial que exerciam na época, como a administração do reino, a arrecadação dos tributos, a produção de algum excedente econômico e, sobretudo, a condução da guerra.

Ensina o autor :

" A triplicidade nasce de uma conjunção das dissemelhanças instauradas conjuntamente pela *ordo* - há os padres e os outros - e pela *natura* : há os nobres e os servos. A desordem não nasce porque a natureza muda, mas porque a ordem se perturba: é o que se dá quando os "rústicos" são associados às deliberações tomadas nas assembléias de paz (ou quando um homem que não nasceu na nobreza ascende à dignidade episcopal), quando os nobres são solicitados a rezar e os *oratores* a combater"⁸

Estes homens pensaram a organização da sociedade tripartida, como vimos acima, enfatizando o papel de intermediação da igreja com o divino, um papel que lhe cabia por delegação do próprio Deus quando se fez Homem e aqui fundou a Sua Igreja.

Se as outras ordens eram importantes para a manutenção da existência humana terrestre, nada podia se comparar ao exercício desempenhado pelo clero, que em uma atitude de resignação extrema, auto sacrifício - e outras características e ações que lhes eram específicas - mantinha contato privilegiado com o divino, participando com suas orações e pregações do grande conflito entre o bem e o mal.

Na intervenção do clérigo que segue o exemplo do evangelho e dedica a sua vida para a oração, está grande parte da salvação das almas que pelo pecado original, mesmo após o sacrifício da cruz, estão fadadas à tentação.

Neste sentido o destino de um povo, de um reino, está na boa manutenção de uma organização social que espelha o próprio reino celeste. Contrariar esta divisão de tarefas é ir contra a boa sorte e o bom mandamento de Deus.

Ainda na voz de Duby:

" Último conceito - o da mutualidade, da reciprocidade, na hierarquia - e que apela, estruturalmente, para a ternaridade. A dinâmica das trocas é animada pela caridade, mas orientada pela sobreposição de degraus: o vaivém da dileção e da reverência estabelece-se entre estes. Tudo depende desta disposição hierarquizada. Da cúpula - quer dizer de Deus - procedem a Graça e a pulsão geral. A caridade, pela qual se operam a contextura e

8 DUBY, Georges. op. cit. p.76

toda a variedade de coordenação, é, na sua origem, condescendência."⁹

Foi com este tipo de argumentação que a estratificação feudal se manteve até os movimentos transformadores da sociedade ocidental na Baixa Idade Média. Estes colocaram, de modo inicial e ainda embrionário, em dúvida, muitos destes critérios, pois os mesmos já não respondiam mais a realidade de uma sociedade que se tornava complexa e em que novos grupos sociais ascendiam.

O campo estava cada vez mais preparado para os estudos fundados em metodologias interdisciplinares, e assim, as leituras focadas meramente em um só aspecto das diversas estruturas de uma sociedade, mostraram-se insuficientes quando comparados com a historiografia que privilegia uma busca mais ampla na apreensão da realidade.

Um exemplo de obra considerada marcante para uma visão ampliada de um fenômeno histórico específico, e que está diretamente ligada com uma historiografia renovada, foi o estudo levado a cabo por Jacques Le Goff, referente ao caso monárquico francês, especificamente o reinado de Luis IX.

Em seu livro *São Luís*¹⁰, onde sob o estilo biográfico o autor analisa o processo de concentração do poder régio nas mãos deste rei francês, e demonstra todas as atitudes engendradas pela corte para legitimar e consolidar o seu poder. Anteriormente distribuído nos diferentes senhorios, o poder passava cada vez mais a se concentrar nas mãos de uma corte régia, vislumbrando assim processos de identidade e pertença, que em um futuro próximo levaria aos movimentos de formação dos Estados com governo centralizado e territórios razoavelmente consolidados.

A fixação de monopólios pelas monarquias de atividades como a tributação, cunhagem de moedas, administração da infra-estrutura do reino, justiça, transformação da atividade guerreira com a formação de exércitos reais fixos e profissionais, retiravam pouco a pouco o espaço onde atuavam os senhores feudais na busca pelos recursos que lhes permitiam a barganha nas relações de poder. Saíam das mãos destes para se concentrarem na do próprio rei e sua corte.

O autor, na linha dos novos estudos político-culturais, demonstra que ao lado deste movimento institucional de grande importância, havia também uma construção simbólica, que posicionava a figura do rei como o coração do reino. Neste contexto, a visão do reino

9 DUBY, Georges. op. cit. p.76.

10 LE GOFF, Jacques. São Luís. Rio de Janeiro: Record, 2002.

como um todo orgânico, ganhava maior forma e força, fazendo com que o rei fosse considerado como o centro vital do mesmo, outras vezes como a cabeça, permitindo-nos ver sua centralidade cada vez mais evidente.

O *Rei-Santo*, mandatário de Deus para bem governar os homens, traz em si o germen da centralização régia. As cortes passam a ser centros de decisões políticas que definem o *status* e a quantidade de influência daquele que a frequenta. Estar fora dela implicava situar-se ao largo do núcleo daquela esfera de poder que passava a ditar cada vez mais os imperativos do governo e do reino.

Em seu trabalho *A História Política continua a ser a espinha dorsal da História?*¹¹ Le Goff determina que a primeira e essencial renovação conceitual está ligada ao surgimento do novo conceito de *poder*, que abarca múltiplas realidades, e recupera, com sua profundidade, o prestígio perdido pela noção de político, ligado então a uma idéia de superficialidade.

Contudo, é na obra de José Manuel Nieto Soria, que arriscamos dizer que todo este novo *modus operandi* teórico e metodológico irá ganhar uma sistematização sem igual.

O autor espanhol escreveu uma obra fundamental intitulada *Os Fundamentos Ideológicos do Poder Régio*¹² (**Tradução nossa**). Neste trabalho, Soria traça um panorama das diversas estratégias ideológicas levadas a cabo pelo poder régio castelhano, utilizando argumentos que se preocupavam em explorar as minúcias das estruturas e elementos simbólicos, perpassando assim os diversos esforços empreendidos durante a trajetória da centralização do poder nas mãos dos monarcas.

O estudo é amplo e não é nosso objetivo fazer uma resenha de seu livro, mas sim chamarmos a atenção para dois conceitos utilizados pelo autor hispânico que servem de excelentes ferramentas metodológicas para os nossos intuitos. São eles as idéias de *propaganda política* e *opinião pública*. Soria faz uso destes termos sem restrições, mostrando como a corte régia elaborava uma verdadeira *propaganda política* com o propósito de canalizar a *opinião pública* dos súditos na direção dos seus anseios e na sua busca de centralização do poder.

Assim, em seu citado trabalho, Soria abordará os aspectos ideológicos do poder régio dizendo que:

11 Le GOFF, Jacques. "A História Política continua a ser a espinha dorsal da História?" In: O Imaginário Medieval. Lisboa: Estampa, 1994.

12 SORIA, Jose Manuel Nieto. Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XIV). Madrid. Eudema, 1988.

" Durante los siglos bajomedievales, el sentimiento religioso fue utilizado como uno de los medios más efectivos de la propaganda política. En cuanto el sentimiento religioso es algo individual que implica la participación en una comunidad., fue utilizado para lograr simultaneamente una accion individualizada y coletiva, aspiracion fundamental de toda propaganda. Propaganda religiosa y propaganda política permanecieron unidas durante la Baja Edad Media, siendo una característica esencial de los fundamentos ideologicos del poder regio durante esta epoca."¹³

Através de inúmeros exemplos concretos, o autor vai costurando a sua proposta, demonstrando que as suas afirmações iniciais, de cunho abstrato e teórico, não estavam relegadas ao âmbito da mera especulação, mas que possuíam efetiva aplicação e eficácia na leitura e pesquisa historiográfica.

Mais uma vez Soria afirma:

" Para Maquiavelo, gobernar era hacer creer. Era en definitiva, un problema de propaganda y de opinion publica. El estudio de la mentalidades e ideologias politicas implica, necesariamente, la consideracion de la opinion publica y delos medios de propaganda utilizados para su adecuacion a unos fines concretos.

Bien es verdad que en la Edad Media no existio nada conocido como propaganda, tratándose de un concepto muy moderno. Sin embargo, es igualmente cierto que existió una forma de actuación plenamente encuadrable en lo que hoy día se engloba bajo ao termino. Así, en este caso, parece inevitable imponer al hecho historico concreto nuestra experiencia actualizada del mismo."¹⁴

Soria fará referencia a um projeto, capitaneado pelas chancelarias das monarquias, cujo objetivo era a formação de um conjunto de práticas que, em uma visão panorâmica, estaria muito próximo do que poderíamos chamar hoje de *propaganda política*. Guardando os devidos distanciamentos históricos, e com base nos trabalhos de Soria, utilizaremos neste estudo tal termo.

Esta *propaganda política* visava a condução de uma *opinião pública* em direção ao apoio do processo centralizador régio. Os meios para tanto eram sobretudo discursivos, ou seja, enunciados pertencentes ao campo do imaginário, que, através das manifestações do real, afirmavam e consolidavam elementos do maravilhoso da época nas mentes dos súditos.

13 SORIA, Jose Manuel Nieto. op. cit., p.43.

14 SORIA, José Manuel Nieto. op.cit. p. 41.

Segundo o historiador Jonathan Mendes¹⁵, ao analisar a obra do autor espanhol, Nieto Soria também se preocupou com o que chama de questão fundamental no estudo da evolução das sociedades, isto é, relacionar a atitude mental dos indivíduos com os fatos concretos e instituições. Assim, cada transformação institucional que transmite mais poder à monarquia, pondo em prática aspirações ideológicas antecedentes, é acompanhada por transformações na concepção do poder régio que justifiquem estas aspirações. A análise da literatura política, bem como dos símbolos do poder e das cerimônias régias, tornam-se fundamentais para o aprofundamento deste enfoque nas manifestações e concepções de poder vigente na *propaganda política*.

Para o período medieval em questão existe uma íntima união entre a instituição régia e a pessoa do rei, de forma que esta define aquela. Então, se a monarquia se refere a uma teoria prática de poder, significa que as atribuições de poderes ao monarca dependem da imagem que dele se possui.

As imagens, geralmente expressas em palavras, têm esse poder de eximir a figura real de todos os defeitos de uma pessoa humana, convertendo-a em uma idéia de perfeição. O efeito se intensifica à medida que a maior parte dos súditos não vêem o monarca de perto, possuindo como única referência o que se deduz dos fatos e imagens, sempre exagerados, deste personagem. A imagem dá ao soberano uma idéia genérica comum a todos os monarcas, e os fatos atuam como elementos individualizadores de sua pessoa.¹⁶

As imagens e representações simbólicas são a expressão das ideologias e crenças nas quais a sociedade se estabelece. Também são a forma de expressão predileta da consciência mítica, que ainda possuía muita força no âmbito político. Possuem a função de objetivar as relações entre indivíduos e grupos, bem como das funções e comportamentos sociais, proporcionando estabilidade à sociedade. E a sociedade medieval é uma das mais simbólicas, visto que aplicou à maior parte de suas funções um grande sistema de interpretação simbólica.¹⁷

As fontes de força moral dos monarcas, por exemplo, se encontram nas concepções sagrada e maravilhosa da realeza. Ambas bem fundamentadas em lendas, mitos e ritos, de cunho tanto erudito quanto popular. As lendas públicas, cuja referência sagrada são os milagres, partem de um sistema de propaganda destinado a sacralizar os fenômenos políticos

15 MENDES, Jonathan. " Natural Jeyto e Boa Enseñança": Aspectos moralísticos e políticos na Literatura Técnica de Avis (Portugal, séc XIV/XV). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2010.

16 MENDES. Op. cit. p. 27.

17 Idem, p.27

e fomentar uma devoção a alguma autoridade. Já os mitos do poder real, espontâneos e perduráveis pela imunidade a demonstrações lógicas, respondem quem é o detentor máximo do poder e como ele se legitima.¹⁸

Esta vasta gama de elementos simbólicos serve como meio de *propaganda política* para adequar a *opinião pública* aos objetivos de um governo. Funcionam tanto pela justificativa de uma política cuja aceitação pode não ser unânime, quanto pela exaltação de um sentimento de pertença na comunidade política. Imagens do poder e sentimentos religiosos, cerimônias e orações, profecias e festas. Grande parte foi usada com fins propagandísticos conscientes e intencionais do poder monárquico para seus súditos.

Bernard Guenée demonstra que não foram apenas obras de cunho abstrato, mas também as chamadas insígnias do poder que guardavam enorme carga simbólica no sentido de transmitir poder aos soberanos que deles se apoderassem.

Assim, foi em Castela que, em 1465, as mais altas personagens da nobreza, revoltadas contra Henrique IV, após haverem colocado num cadafalso um manequim ornamentado com as insígnias reais, despojaram-no solenemente da coroa, da espada e do cetro.¹⁹

Deste modo, podemos dizer que o poder de um príncipe, um monarca e mesmo um nobre cavaleiro está, portanto, de algum modo associado à própria existência de tais insígnias. E este é um exemplo bastante claro da atuação do simbólico nas relações de poder e na balança de equilíbrio político que é o espaço da corte e do reino.

Com a contribuição de Nieto Soria, e de todos os autores que trabalharam nesta direção, o campo dos estudos históricos do medievo foram contemplados com expedientes que até então eram vistos como fatos isolados e não propositais.

Estes pertencem ao âmbito da literatura, do teatro, da iconografia, ou seja, da manipulação de "instrumentos" narrativos que são tão importantes e marcantes na legitimação e consolidação do imaginário que apoiou os projetos monárquicos. Tanto quanto, concluímos, os habituais espaços institucionais, legislativos, econômicos, enfim, os tradicionais campos privilegiados da chamada historiografia "tradicional".

18 Idem, p.28.

19 GUENÉE, Bernard. O ocidente nos séculos XIV e XV: Os Estados. São Paulo: Pioneira, 1981. p. 120.

1.2 - O *Discurso do Paço*²⁰ e a Teatralização do Poder.

A produção desta ampla gama de livros, peças teatrais, festas, liturgias, funerais, torneios, enfim, espetáculos de natureza variada nos espaços do palácio régio ou nos espaços urbanos que rodeavam os palácios ou castelos, foi estudada com afinco pela historiadora Vânia Leite Fróes, que não somente deu novos ares às pesquisas sobre a literatura produzida na corte régia avisina, como criou uma categoria analítica, denominada de "*discurso do paço*" de enorme valor investigativo e que se tornou referência para a presente dissertação.

No presente estudo o conceito de *discurso do paço* é de fundamental importância pois, a produção de modelos, de imagens e de espetáculos, ocupam um lugar de destaque no processo de legitimação dos monarcas avisinos, e da nobreza secunda que os apoiaram.

Acima fizemos uma rápida demonstração de como compreendemos a atuação da monarquia neste momento, uma monarquia autora e gestora de um projeto que almejava fazer valer uma *propaganda política* eficaz, capaz de se consolidar como soberana e centro das decisões políticas.

Cabe ressaltar que também a nobreza que ascendera ao lado da Dinastia de Avis sofria severos ataques quanto ao seu direito, posto não desfrutarem do privilégio simbólico e jurídico concedidos aos nobres de antiga linhagem.

Assim, estas forças sociais fizeram de suas cortes um verdadeiro "palco", um espaço social específico em que, através de representações várias, e com o uso de um imaginário consagrado, todo tipo de espetáculo seria realizado no intuito de produzir uma imagem nova que transmitisse legitimidade aos seus produtores.

Por meio da leitura pública de livros, mormente de crônicas, no caso avisino, os grandes feitos dos reis e nobres do passado eram narrados, maravilhando o público com seus grandes milagres, esplendorosos feitos político-militares, e suas atitudes morais ilibadas. Além disso, não podemos esquecer que a todo tempo os ouvintes/leitores eram lembrados de que as grandes ações e acontecimentos narrados condiziam com a vontade de Deus.

Segundo a pesquisadora Mirian Coser, a "ascensão da dinastia de Avis no trono português em 1385 inaugurou um período de significativa produção literária no reino,

20 O *Discurso do Paço*, termo criado pela historiadora Vânia Leite Fróes em seus estudos sobre Portugal Medieval Avisino, consiste em uma vasta produção simbólica, como o teatro, a literatura, o cerimonial régio, o casamento, etc, que, sob uma observação mais atenta, eram produções de memória, levadas a cabo por profissionais contratados com este intuito e que tinham como missão compor uma narrativa que gerasse no leitor/ouvinte uma convicção de legitimidade do poder régio.

manifesta na organização das bibliotecas reais, contratação de cronistas oficiais e produção de obras por parte dos próprios governantes."²¹

Os súditos, cada vez mais homens dos espaços urbanos, começavam a perceber que aquela aristocracia, que baseava seu poder em um modelo ainda senhorial, não condizia com a realidade de seu cotidiano, como, por exemplo, pelo fato de não haver uma legislação, e um poder legislador unificado, trazendo enormes dificuldades para questões fundamentais como a circulação de mercadorias pelo território de um reino que ainda se mostrava dividido em diferentes células de poder.

O movimento natural dos acontecimentos foi a união de interesses entre esta monarquia que buscava se fortalecer e as novas forças sociais que surgiam no bojo da Baixa Idade Média. Um exemplo são os cada vez mais poderosos mercadores e a ascensão de uma nobreza secundogênita que aproveitou o momento para aproximar-se do poder régio e compor seus quadros administrativos.

Ao lado dos aspectos institucionais, jurídicos, econômicos, políticos, etc, o poder régio sentiu a necessidade de construir um novo imaginário, de tal forma que este validasse suas aspirações. Foi no campo do simbólico, atingido agora pela produção de uma literatura que se pretendia também histórica, que se elaborou um *locus* de atuação privilegiada onde o espaço do imaginário coletivo pôde ser atingido, ou melhor, constituído.

Os reis - e aqui estudaremos o exemplo marcante dos reinados de D. João I, seu filho D. Duarte e seu cronista mor Fernão Lopes - adotaram o expediente de contratar homens letrados para escrever crônicas, onde a história dos monarcas lusitanos e de suas linhagens seria escrita de modo a criar um universo que permitisse o leitor/ouvinte se identificar e apoiar o rei como aquele que deveria ser seguido e pelo qual se merecia morrer.

Este expediente foi seguido pelas grandes casas senhoriais, e foi ao mesmo tempo um modo de atuação da nova nobreza para se fortalecer, como a casa dos Bragança, com seu maior representante, o Condestável Nuno Álvares Pereira. Esta batalha travada no campo simbólico se deu, principalmente, nos espaços cada vez mais frequentados das cortes, sobretudo, da corte régia.

A "Corte" era um ambiente de propagação e de comunicação dos projetos régios e senhoriais, e era através dos cerimoniais e das festas que a hierarquização dos espaços era possível. Segundo Guenée a festa obedecia inicialmente ao calendário litúrgico. A reunião

21 COSER, Miriam Cabral. "De primus inter pares a soberano: o discurso político da realeza portuguesa no limiar do séc. XV". Rev. univ. rural. sérv. Ciências Humanas, RJ, EDUR, V.29. 2007. p.68.

mais importante era, tradicionalmente, a de Pentecostes. A festa da corte também tinha uma função política. Permitia ao senhor aparecer com todo o seu fausto, cercado de seus mais importantes vassallos.²²

De fato, desde a época feudal, a corte era uma sociedade hierarquizada, atenta à minúcia da precedência. Festa do senhor, festa da corte era, entretanto, mais ainda festa da cavalaria, à qual devia trazer alegria e prazeres. A cerimônia de investidura de novos cavaleiros e o torneio eram incluídos muitas vezes como a principal parte das comemorações.

Neste sentido os torneios e os jogos eram excelentes oportunidades para que o senhor/nobre demonstrasse a sua grandeza e seu maior *status* frente aos que o rodeavam. Deste modo podemos perceber aqui como um expediente aparentemente programado para ser uma diversão, era utilizado como um tabuleiro para os movimentos envolvidos na dinâmica das relações de poder.

Segundo Miguel Angel Ladero Quesada²³:

"Los reyes procuraron también mostrar su condición de primeros caballeros del reino reservándose, siempre que podían, los actos de investidura de nuevos caballeros. La investidura toma claramente a finales de la Edad Media el aire de una fiesta noble, que da pretexto a que cada uno señale su rango en la escala social reconocida por todos los iniciados"

Ladero Quesada também nos ensina que:

" La utilización de la Corte como una especie de "teatro político", que facilita un escenario de propaganda al poder real y a sus aspiraciones, había sido siempre una de sus características pero se acentuó en baja Edad Media, sobre todo en el siglo XV, como un aspecto muy principal de la transformación que se estaba produciendo en la ideología del poder monárquico, con la recuperación de los conceptos de soberanía y absolutismo, y en los medios de que se servía para hacerse presente de manera efectiva en mayor número de ámbitos."²⁴

22 GUENÉE, Bernard. Corte. In: LE GOFF, J. & SCHIMITT, J. C. (ed). Dicionário Temático do Ocidente Medieval. 2v. Bauru/SP: EDUSC, 2006. V.1. P. 275.

23 LADERO QUESADA, Miguel Angel. " Las fiestas en la cultura medieval". Espanha: Areté, 2004. p.99.

24 LADERO QUESADA, Op. cit. p.104.

E, assim, toda esta estrutura que o poder régio, principalmente, mas também os grandes senhores, organizavam em torno de si, cada vez mais focava seus esforços na leitura de obras produzidas no paço, ou em clássicos, agora traduzidos do latim para o vernáculo.

Não podemos esquecer que a palavra no medievo possuía um "estatuto" diferenciado, assim como o livro. Ambos eram imbuídos de grande poder e, muitas vezes, de sacralidade. Os livros em sua materialidade eram verdadeiros tesouros. Conforme as decisões políticas iam sendo tomadas no espaço da corte, as línguas vernáculas eram cada vez mais presentes em inúmeras traduções. Em um mundo mais complexo, onde as forças sociais se multiplicavam, o uso do latim já não era mais suficiente e eficaz para o grau de comunicação que se queria atingir.

Grande parte da historiografia dedicada ao tema, determina que a Baixa Idade Média pode ser considerada como o início de uma longa retomada da produção científica. Com o crescimento das cidades e do comércio, as idéias passaram a circular com maior intensidade, gerando um aumento qualitativo e quantitativo na produção de conhecimento, exatamente como fruto deste desenvolvimento social.

Os mercadores e comerciantes necessitavam de modos novos de contabilizar e administrar seus negócios, já que encaravam agora uma realidade mais dinâmica. Isto fez com que houvesse um estímulo à ampliação dos conteúdos e técnicas científicas, como a matemática e outras ciências exatas.

Lembremos que a chegada de novas levas de homens com outras culturas, sobretudo do oriente, ou ocidentais que estiveram no oriente, reintroduziram no mundo ocidental um conjunto grande de valiosas obras literárias da antiguidade que permaneceram desconhecidas no ocidente desde a desintegração do império romano. Aristóteles e outros pensadores, até mesmo comentadores árabes com conhecimentos de cálculo e física consideráveis, fizeram emergir uma transformação no modo de pensar o cosmos. A tendência dominante de se pensar o mundo através de terminologias especulativas e teológicas começou a sofrer um revés, abordando os novos estudiosos outras questões, que diziam respeito a um conhecimento puramente físico, por assim dizer.

Tendo em vista que as demandas por infra-estruturas mais avançadas quando comparadas aos métodos arcaicos de então, advindas do considerável crescimento das cidades e o seu aumento demográfico, gerou a iniciativa, por parte das forças sociais dominantes, no sentido da construção de escolas e universidades.

As famosas formações curriculares em *trivium* e *quadrivium*, contendo a primeira teologia e outras disciplinas mais especulativas e a segunda algumas mais "científicas" no sentido moderno do termo, foram conteúdo de pesquisa e ensino de diversas instituições que começavam a aparecer ou cresciam em tamanho e prestígio por toda a cristandade. Uma cidade importante não podia mais se dar ao luxo de ignorar a presença de instituições deste tipo, geralmente sob a administração do clero.

Por ser o clero o responsável pela educação, ainda não será neste momento que veremos uma radical mudança na filosofia da educação e na pedagogia de ensino. Isto somente começará a ocorrer alguns séculos depois, mas já podemos observar métodos de ensino que realmente são sementes do que virá. Exemplo clássico, são as *disputatio*, ou seja, debates onde mestre e alunos travam diálogos marcados, sobretudo, pelo uso da retórica. Abelardo, um famoso mestre da universidade de Paris, já falava da importância da dúvida muito antes do surgimento do *cogito* cartesiano.

O fluxo de estudantes, na sua maioria filhos das famílias abastadas, para cidades que possuíssem importantes centros universitários foi outro fato catalisador para que as autoridades medievais buscassem investir nestas instituições. Basicamente a fama de um reino, província ou cidade podia ser moldada pela excelência de suas instituições de ensino, o que fazia com que a mesma recebesse um número considerável de indivíduos com dinheiro, que seria gasto nestas regiões que agora mais do que nunca precisavam arrecadar para crescer.

Conforme os ensinamentos de Jacques Verger:

" Este apoio dos poderes aos universitários não era evidentemente desinteressado. Ele se explica porque, muito rapidamente, estes poderes compreenderam que poderiam esperar lucro das universidades, fato de que os preâmbulos dos atos de fundação ou de confirmação não fazem aliás nenhum mistério.

Este lucro era duplo. Ele era inicialmente de ordem ideológica. Os poderes podiam esperar das disciplinas praticadas nas universidades um apoio direto para suas ambições. O direito romano estava a favor da soberania do Estado..., Por outro lado, as universidades forneciam à Igreja e aos príncipes os auxiliares de que eles precisavam para exercer sua ação no próprio momento em que eles percebiam os limites das capacidades ou da fidelidade das elites tradicionais..."²⁵

25 VERGER, Jacques. Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII. SP, Edusc, 2001. p. 244-245.

Não podemos esquecer, e isto é importante para o tema deste estudo, que o incentivador mais pujante do incremento e consolidação do avanço das técnicas e conhecimentos, foi exatamente o poder régio.

A partir do momento em que a centralização do poder se dava nas mãos dos reis e de suas cortes, e a manutenção deste poder de algum modo estava ligada ao sucesso de sua administração, necessitava o rei estruturar no interior de sua corte e palácio, verdadeiras repartições, onde competências seriam delegadas a homens de letras ou juristas.

Neste sentido, podemos perceber a transformação do papel do rei, de um paradigma guerreiro, o mais forte entre vários guerreiros, para um ofício, que trazia consigo diretrizes inerentes à própria função.

E ao lado do seu cunho de ofício com exigências técnicas, estava a necessidade de fazer a corte, o séquito, a nobreza ascendente e a antiga, compreenderem que uma mudança de comportamento era condição imperativa para que o indivíduo tivesse sucesso e galgasse melhores posições neste novo cenário.

A farta literatura moralística dos príncipes de Avis, seja por eles mesmos produzida, seja por encomenda - mas na maioria das vezes realizada dentro das oficinas do palácio régio, ou do grande senhor atento a esta nova realidade - estava em consonância com estes anseios e necessidades. Faziam ao mesmo tempo, um trabalho de educação e melhoramento das condutas e maneiras dos seus representantes, como inseriam nestes escritos um modelo de reino, de hierarquização dos espaços, que lhe garantia legitimidade e consolidava sua posição em meio aos embates sempre presentes.

Ainda, segundo Verger:

" Nas sociedades medievais, como em qualquer época da história, bem raros foram os poderes, religiosos ou laicos, que não provaram a necessidade de acompanhar sua ação por um certo esforço de legitimação ou justificação ideológica. Todo tipo de meios podia ser colocado a serviço da ideologia e da propaganda políticas: a arte, sob todas as formas, os rituais públicos, a literatura vernácula, oral ou escrita, a história."²⁶

Mariana Bonat Trevisan²⁷ em seus estudos nos demonstra que o escrito - e no nosso

26 VERGER, Jacques. Homens e Saber na Idade Média. SP, Edusc, 1999. p.170.

27 TREVISAN, Mariana Bonat. "Construção de Identidades de Gênero e Afrimação Régia: Os casais da realeza portuguesa entre os séculos XIV e XV a partir das crônicas de Fernão Lopes". Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, p. 89.

caso a atenção especial se volta para as crônicas - passou a ter a sua forma em prosa privilegiada. Posto que a literatura em verso, que predominou até o século XII, concorre a partir do XIII, com os romances e crônicas em prosa. Diferente da poesia, a prosa seria um discurso em linha reta que evitaria, segundo proseadores medievais, os ornamentos fúteis e as contorções da versificação. Seria, portanto, o reflexo mais fiel do pensamento, expressão de verdades, servindo por tal motivo também à escrita da história. E lembremos que Fernão Lopes e muitos dos seus contemporâneos já entendiam que as suas crônicas, mesmo sendo produto de encomendas régias ou senhoriais, tinham o seu maior compromisso com a "verdade".

Somos capazes de ver na maior parte das monarquias européias, um ou mais príncipes "sábios" que souberam se cercar de letrados a quem eles encomendavam obras de *propaganda política* destinadas a favorecer seus esforços de modernização da administração do reino. E não podemos ignorar que os príncipes ibéricos do final da Idade Média saberão ao mesmo tempo fazer legitimar e reforçar seus projetos avançados para o tempo, como a centralização administrativa e a expansão ultramarina, por meio de grandes compilações legislativas e em livros escritos pelos próprios monarcas.

A produção literária dos monarcas avisinos hoje é notória, e tinha um claro intento em demonstrar o que fazer e como fazer. De certo modo aí está o cerne do *Discurso do paço*. Uma produção simbólico-literária produtora de uma ética, de um sentido para a vida e os hábitos dos súditos portugueses. As regras morais de como viver melhor, ou de como viver corretamente, por fim visavam levar os súditos a uma conduta social diferenciada, papel e incumbência primeira do rei avisino.

Deste modo Portugal aos poucos emerge na literatura avisina como um reino com uma missão a cumprir, um papel de destaque em uma cristandade que sofria com graves problemas estruturais.

Para o homem do medievo muitas destas mazelas eram fruto direto da corrupção dos valores cristãos, corrupção que apenas a intervenção de cavaleiros-heróis e/ou um "Rei-Messias" poderia aplacar. Portanto, podemos entender com maior clareza o papel de destaque dado a personagens como os de romances de cavalaria ou canções de gesta, principalmente aqueles imbuídos de forte acento cristão. O conjunto de obras conhecido como "Matéria da Bretanha" foi uma fonte inesgotável de exemplos, seguidos com afincos pelos cavaleiros portugueses, algo que consta explicitamente nas crônicas aqui estudadas.

A utilização dos elementos do imaginário, que ligavam todos os súditos a uma origem comum, e mostravam aos mesmos o caminho pelo qual todos deveriam se sacrificar, era responsável pela legitimação do monarca, mas, sobretudo, faziam brotar identidades que reforçavam os laços de solidariedade.

Vânia leite Fróes ensina, ao pensar o espetáculo como um espaço em que o *exemplo* é oferecido, ao dizer que:

" Ao olhar, ou partilhar do espetáculo, o cristão deve ter diante de si um espelho que ofereça o *exemplo*, orientando a vocação do Povo Eleito. Num plano, a cena deve ter os espaços e tempos idealizados do cristianismo - o Paraíso, o Inferno, o Purgatório. Verdadeiros eixos organizadores da arquitetura divina (e cênica), associam-se a outros lugares utópicos - o Cosmos organizado, a Terra Prometida, Jerusalém, Roma, o Oriente do Velho Testamento, os jardins, hortas e pomares. Todos integram uma ordem divina arquitetônica, construída e hierarquizada, que vai de Deus, do Imperador e do rei ao servo e que o Teatro sanciona, confirmando os vínculos pessoais de conteúdo salvacionista e messiânico." ²⁸

No ambiente de corte a leitura de obras e a realização de espetáculos passaram a ser cada vez mais frequentes, e o ideal cavaleiresco cristão serviu muito bem aos propósitos tanto da realeza como da nobreza.

A imagem de um homem completamente tomado pelo zelo de valores como fidelidade, honra, piedade, lealdade, era mais que pertinente para os anseios da corte régia avisina. Primeiro devido ao fato de que não mais se falava, ao menos no âmbito do discurso, de um nobre impetuoso e ávido por riquezas advindas da guerra, mas de um servidor fiel do seu senhor, do seu rei, e diretamente ligado ao maior de todos os monarcas, o próprio Deus. Segundo, porque para os nobres secundos que ascenderam com Avis, ao se verem assim, afastavam o antigo direito de sangue, para defender o "serviço" como o efetivo critério de definição daquele que é nobre. Nobre escolhido por Deus e servidor fiel do rei, o vigário de Deus na terra. As qualidades individuais começavam a se destacar - não que possamos falar em individualismo - mas há a noção de nobreza proveniente da ação individual no serviço do rei e do reino, diferente de uma condição herdada sem maiores condicionamentos que o sangue.

Ressaltemos que neste panorama, as crônicas aqui estudadas reforçam

28 FRÓES, Vânia Leite. Teatro como Missão e Espaço de Encontro Entre Culturas. Estudo comparativo entre o teatro português e brasileiro do século XV-XVI. In: Actas do Congresso Internacional de História - Missão Portuguesa e Encontro entre Culturas. VIII. Universidade de Católica Portuguesa. Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. Braga. Fundação Evangelização e Cultura. 1993. p. 186

profundamente o caráter messiânico da monarquia e apostólico da nobreza, como forças sociais escolhidas por Deus para representar o povo português na luta contra os inimigos da fé. Estes podiam ser mouros, os cismáticos castelhanos ou os povos que em breve começariam a ser colonizados. A produção de memória por meio de representações se adequava a todos estes casos e, principalmente, trazia em seu bojo a mensagem da centralidade inquestionável do rei como o coração de todo o processo político.

A construção da imagem do rei era a mais destacada em qualquer dos meios escolhidos para realizar a comunicação de uma mensagem política, seja no teatro, seja em um torneio, a figura do monarca sempre estava no centro do quadro simbólico estabelecido. E caso não estivesse, em uma festa senhorial, por exemplo, era então uma clara afronta à soberania da realeza, como um recado deste nobre de que não aceitava o processo de centralização régia. Mesmo que muitas vezes este nobre não o fizesse de modo intencional, era o que ficava como posicionamento político desta casa no jogo das relações de poder. E, assim, o desagrado do rei, caso se tornasse notória tal atitude, devia ser imediato.

Neste contexto acreditamos que os conceitos desenvolvidos por Norbert Elias não são de modo algum antagônicos com a hipótese central desta tese. Uma "domesticação" da nobreza era necessária e, no sentido de um projeto de re-significação dos comportamentos da sociedade portuguesa, o controle das pulsões dos nobres, que representa o eixo central das mudanças que culminaram com este processo, se insere no contexto definido como um "processo civilizador".

Segundo Paulo Accorsi Jr.²⁹ o que irá ocorrer é que o Paço real português, a partir da diversificação de seus apoios e da instabilidade, necessitou constituir-se como um espaço de produção de instrumentos de luta no plano do simbólico. Era necessário proceder à desarticulação da antiga visão de mundo, que valorizava o primado das relações pessoais, atribuindo um novo sentido à existência da vida em sociedade.

Deste modo, era necessário fornecer pressupostos lógicos de uma explicação do mundo que se compatibilizasse com as mudanças do vivido. Tratava-se de um discurso que respondesse a toda uma literatura produzida no período que o antecede, comprometida com uma visão de mundo que, para a monarquia de Avis, era preciso reordenar. A prosa da corte de Avis constitui-se, sobretudo, como um instrumento lógico-simbólico para deslocar valores

29 ACCORSI Jr. Paulo. "Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa". A Prosa civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412-1438). Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997. p.59.

ligados à antiga sociedade feudal³⁰.

As motivações para a ação, segundo o discurso, devem basear-se, sobretudo, na idéia do "serviço de Deus" - que se constitui no sentido último das trocas sociais. Quem se ocupa do regimento da sociedade é apresentado como um gerente de Deus. O sujeito-destinatário figura, assim, em sua dimensão pragmática, como sujeito de um fazer que responda a determinações emanadas da ordem divina.

O "Cavaleiro-Cristão", que a tudo sacrifica, será o perfeito modelo, portanto. Um vassalo que possui as virtudes guerreiras, oriundas do labor dos *bellatores*, aliado a uma postura de corte em que seus costumes e hábitos estarão fortemente regrados, tanto por uma farta literatura moralística, escrita muitas vezes pelos próprios reis, e lida no ambiente da corte, como pelos olhares e reprovações sociais que começam a se tornar frequentes, definindo modos de comer, vestir e atividades necessárias para permanecer na corte, como o bem cavalgar.

Ao falar sobre o teatro português, mas estendendo para toda manifestação simbólica, Vânia Leite Fróes³¹ ensina que "o caráter de combate, guerra pela fé, está implícito no teatro cristão. A missão pedagógica é a sua maior função."

E esta *missão pedagógica* era realizada em espaços cada vez mais diversificados. Neste sentido a oralidade é com certeza um ponto importante ao refletirmos na circulação e apropriação de obras como as crônicas, que sem dúvida eram escritas para serem lidas em voz alta. Na própria forma do texto escrito, no modo como o mesmo foi produzido, pode-se perceber isto com clareza. Escrevia-se como se falava.

Na Baixa Idade Média esta corte transformava-se, principalmente após o advento da Revolução de Avis. Assim, alguns pontos devem ser ressaltados. Seu tempo e seu espaço são peculiares.

Rita Costa Gomes, uma das maiores especialistas na corte portuguesa, diz sobre o aspecto espacial:

" A corte dos reis era concebida, na época medieval, em grande medida como uma entidade espacial. Organismo de dimensão e complexidade variáveis, transitando no espaço físico do reino com as incessantes deslocções do monarca, a corte, representava também um modo de vida muito particular muito marcado, desde sempre, por essa itinerância. Percursos e estadas da comitiva régia constituíam modalidades de

30 ACCORSI Jr. Op. cit. p. 99.

31 FRÓES, Vânia Leite. Op. cit. p.187.

apreensão do espaço do reino e, simultaneamente, eventos estruturantes da vida cortesã(...). Finalmente, encerramos esta etapa do nosso inquérito considerando a corte como um sistema espacial relativamente complexo, segundo as concepções da época, e que estabelece com os diversos locais para onde se desloca uma ligação de múltiplos aspectos - pela criação de espaços descontínuos de abastecimento e influência econômica, e também de âmbitos jurisdicionais próprios que podem transformar as mais modestas povoações, temporariamente, no centro de todo o reino."³²

Sobre o aspecto temporal, parece-nos importante verificar o que diz a autora:

" Neste espaço definido pela presença do rei, desenvolvem-se as actividades daqueles que a Idade Moderna designará "cortesãos", homens e mulheres vivendo na corte com continuidade, e que já as *Partidas* distinguiam daqueles cuja presença tinha outros objetivos que não os do "serviço quotidiano". O "serviço de corte" ao qual se referem as fontes é, em grande parte, constituído por actividades rituais, que organizam uma das principais modalidades do tempo coletivo no interior deste microcosmos social. Como resulta das principais linhas do estudo que vimos traçando, não concebemos este plano específico da acção do homem de corte de modo isolado, sendo de sublinhar a articulação dos variados aspectos, jurídicos, burocráticos, financeiros e rituais dos cargos e ofícios da corte. A vida da corte não é unicamente composta por cerimônias. Dito isto, o aspecto ritual era apesar de tudo fundamental para o viver "palaciano", tal como a época o concebia(...) O ritual constitui, neste último aspecto, pela sucessão das ocasiões de vivência coletiva, um elemento ordenador de um quadro temporal onde se desenvolvem essas formas de vida cortesã."³³

Ainda outros dois aspectos são relevantes e merecem ser ressaltados: Primeiro, que a corte era um lugar de poder, de organização administrativa e, ao mesmo tempo, um lugar de piedade, seguindo a lógica das relações sociais típica do medievo.

Conforme o palácio real se tornava o centro das decisões políticas - e cada vez mais o local que identificava o "lugar" do príncipe no mundo, uma espécie de coração do reino - um aparato administrativo e diversos serviços internos se estabeleceram, sobretudo através de uma legislação cada vez mais minuciosa e complexa, regulamentando o funcionamento das atividades no interior da corte.

Assim, instituições como o parlamento, e outras parecidas com nossos tribunais de contas, eram dirigidas por grandes senhores, que buscavam controlar de algum modo a justiça e as finanças do reino. Contudo, esta tentativa se enfraquecia conforme o rei

32 GOMES, Rita Costa. "A corte do reis de Portugal no final da Idade Média". p. 241.

33 GOMES, Rita Costa. Op. cit. p. 295.

centralizava estas funções no espaço de sua corte. Era um movimento pendular que acompanhou toda a Idade Média, sobretudo no seu período final, onde diversos reinados foram marcados por um aumento da centralização e outros se destacaram pelo retorno de uma descentralização, onde o poder se difundia nas mãos de diferentes senhores.

Cabe salientar que as relações existentes entre o poder régio e os seus dependentes, entre poder central e poder local, não se estabeleciam de modo harmônico, como a legislação muitas vezes fazia parecer. Existiam problemas, por exemplo, no que respeita à articulação e à transmissão das leis do reino aprovadas nas cortes.

Gama Barros³⁴, autor que estuda a administração pública em Portugal, diz que cumpria aos próprios municípios, de acordo com a sua própria iniciativa, solicitarem a cópia e o traslado das leis que resultavam de decisões assumidas nas cortes. Esta problemática da circulação das informações no reino é ampla, e requer ainda muito esforço dos historiadores na sua compreensão. Contudo, a observação de como se comunicavam as leis pelo território do reino pode ajudar em muito na determinação e fortalecimento das hipóteses propostas.

A divulgação das leis estava a cargo dos tabeliães, que após as registrarem nos livros concelhios se encarregavam de as publicar oralmente no concelho, ocorrendo portanto, demoras na transmissão e conhecimento público das normas legais. Diante deste quadro, é importante ser prudente no momento de conceber a centralização régia em curso, com a compreensão de seu longo processo de maturação.

Apesar da dificuldade da transmissão e circulação das informações, era a prática do deslocamento da corte régia o diferencial decisivo, e, neste sentido, o poder do imaginário deve ser lembrado. Conforme o rei e sua comitiva passavam pelas cidades e vilas, com seu luxo e maneiras refinadas, a sensibilidade dos povos era provocada e elevada.

Destarte, acredita-se que a leitura de trechos de crônicas e romances, canções de gesta ou poesias musicadas, realizados em praça pública enquanto o rei estava na região, possuía um enorme poder simbólico, e os grandes feitos narrados ganhavam uma circulação considerável, através de uma oralidade que aumentava cada vez mais o caráter maravilhoso dos milagres e aventuras contidos em tais relatos.

Por outro lado, como um espaço pleno de sacralidade, não se concebia uma corte sem esse centro de devoção que era a capela, tanto mais santa quanto mais prestigiosas fossem as relíquias que abrigava, ou, o que é muito importante, a história dos homens que lá

34 BARROS, Henrique de Gama. História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV, 2ª ed., tomo I, Lisboa, 1945, p.137.

viviam, ou viveram, transferindo este prestígio para os seus descendentes.

Estes herdeiros do capital simbólico-político faziam uso estratégico desta realidade, como foi o caso da casa dos Bragança, herdeiros políticos de Nuno Álvares Pereira, de quem falaremos adiante. Mas os capelães raramente desempenhavam um papel político direto. Ao lado dos numerosos prelados que continuavam a seguir a corte, os clérigos mais influentes foram desde cedo o esmoler e o confessor do rei. O fato é que mesmo com o processo de laicização que se inicia nos finais do medievo, não é possível ainda fazer qualquer leitura institucional da vida política sem que se leve em consideração o aspecto do sagrado.

É, portanto, neste espaço da corte, em que ritos e cerimônias se estabelecem para comunicar todo um discurso marcado por características legitimadoras e pedagógicas, que os monarcas de Avis iriam formular o seu *Discurso do paço*, produzindo, ou mandando produzir, todo um conjunto de espetáculos, cerimoniais, festas, ritos, investiduras, leituras etc. Estes eram formulados com o objetivo de construir, através das representações nestes emanadas, uma memória que consolidasse no imaginário o papel fundamental, para a existência e salvação do reino, do lugar central que possui o rei.

O herói cavaleiresco que brotará nas páginas das crônicas, repetidamente lidas nas casas senhoriais, no palácio régio ou nas praças e feiras das cidades e vilas em que passava a corte régia, marcado por suas virtudes e modelos de conduta, permitiram ao súdito compreender o seu papel e procurar espelhar-se neste paradigma.

A nobreza secunda que ascende, enfraquecida nos termos de um direito feudal, sairia fortalecida perante o novo quadro de valores, ou seja, o serviço ao rei, e a sua demonstração de incondicional lealdade e fidelidade prestadas no momento mais crítico da consolidação do reino.

Retratando os cavaleiros de Castela como contra-modelos, como infiéis neste caminho árduo da salvação da cristandade, o cavaleiro português se remete aos modelos mais profundos e prestigiados do imaginário medieval. Seriam eles como os verdadeiros cavaleiros da Távola Redonda, verdadeiros servidores do maior dos reis, o próprio Deus.

1.3 - A Cavalaria e o Ideal Cavaleiresco: Atributos e características.

Diante do desafio de entender, nas crônicas portuguesas aqui estudadas, o ideal da cavalaria como o escolhido pelos cronistas de Avis para determinar e propagar o paradigma

de comportamento do seu séquito, torna-se necessário fazer uma breve análise da constituição e do processo histórico de formação e coesão desta força social tão marcante no medievo.

A primeira questão, quando nos referimos aos cavaleiros medievais, é de seu destacado papel militar: homens guerreiros que não mediam esforços para zelar pelo seu reino e sua honra.

Esta é uma imagem certamente idealizada, mas que contém a sua parcela de verdade. É possível supor que muitos cavaleiros enxergavam o seu papel social como o de um verdadeiro exemplo de conduta, um leal guerreiro, educado ator social, homem de piedade para com os pobres, viúvas e indefesos. Contudo, esta visão idealizada é fruto de um processo histórico que teve a sua constituição durante todo o período medieval.

Segundo o historiador e especialista no assunto Jean Flori³⁵:

"De fato, é de ideologia que é preciso falar a propósito da cavalaria. Talvez mesmo de mitologia, de tal forma a palavra ficou carregada de conotações honoríficas, idealistas, éticas. A literatura, apropriando-se dela desde suas origens, transfigurou-a pouco a pouco, através de heróis emblemáticos como Rolando ou Lancelote do Lago, Alexandre ou o rei Arthur; sonho e realidade misturaram-se assim para formar nos espíritos uma cavalaria que, mais que corporação ou confraria, torna-se uma instituição, um modo de viver e de pensar, reflexo de uma civilização idealizada."

O aspecto militar, portanto, é o mais imponente quando tratamos de cavalaria. Porém é importante notar que a cavalaria vai sofrer diversas metamorfoses, ganhando prestígio social com o tempo, até que no seu momento de maior reconhecimento será quase sinônimo de nobreza, para depois, na sua decadência, permanecer como ideal de um tempo saudoso. Um tempo em que os valores mais preciosos podiam ser vistos no cotidiano, um exemplo do que não mais existe com a ascensão dos "conquistadores do comércio", dos novos tempos da Idade Moderna.

No fim da chamada Alta Idade Média, com o fenômeno da descentralização régia, ocorrida notadamente com a desarticulação das bases do Império Carolíngio, muitos soldados e homens de armas passaram a vagar pela cristandade, com o principal objetivo de garantir a sua sobrevivência, geralmente em bandos que iam se formando em torno de um

35 FLORI, Jean. Cavalaria. In: LE GOFF, J. & SCHIMITT, J. C. (ed). Dicionário Temático do Ocidente Medieval. 2v. Bauru/SP: EDUSC, 2006. V.1. p.186.

líder, mais ou menos respeitado, mas, sobretudo, sem um espaço físico específico para residir.

No que diz respeito a este momento inicial ensina Flori que:

" O ideal de não-violência praticado por Jesus e pelo cristianismo primitivo não sobreviveu, pelo menos na Igreja oficial, à chegada ao poder dos imperadores cristãos. Desde o século V, Santo Agostinho justifica o recurso à guerra empreendida por autoridades legítimas para proteger a "pátria"(logo assimilada à Cristandade e à Igreja) ou para recuperar um bem injustamente espoliado. Essa defesa da comunidade compete aos imperadores no Império Romano decadente, depois aos reis e aos príncipes no mundo bárbaro que o sucede no Ocidente. A proibição de derramar sangue persiste para os eclesiásticos e, sobretudo, os monges, que em vários campos aparecem como herdeiros e continuadores dos primeiros cristãos de quem perpetuam certos valores, particularmente os da não-violência. A sociedade cristã, desde então, cinde-se em dois grupos de homens, cujos ideais não são mais os mesmos. Os monges e os clérigos, *militēs Dei*, servem a Deus no mosteiro por meio da oração, ou no mundo por meio dos sacramentos; os leigos, *militēs saeculi*, vivem no "século", mantêm os primeiros e protegem-nos. A essa divisão em dois estados, laico e eclesiástico, superpõe-se, a partir do século X, uma divisão funcional representando as três ordens que subsistirão até o fim da Idade Média..."³⁶

Este grupo de homens de armas será absorvido pelos grandes senhores, será cooptado para servir nos castelos ou reinos, e os melhores ganharão terras pra produzir e ter seus próprios servos. O instituto da vassalagem crescerá e a sociedade começará a se demonstrar dividida em dois grandes grupos, principalmente após o início do século XI. De um lado teremos os homens que sabiam lutar, e seus senhores, e de outro os que trabalhavam na terra, os camponeses, estes que arcavam com as taxas, os impostos e eram responsáveis pelo abastecimento daqueles cavaleiros armados que os defendiam das ameaças externas.

A questão do marco inicial de constituição da cavalaria é difusa, de difícil e exata determinação. Jean Flori³⁷ inicia seu livro dedicado ao estudo desta força social dizendo que a noção de cavalaria é mais complexa e multifacetada do que parece. Se salientarmos somente o aspecto puramente militar do guerreiro a cavalo, podemos ser levados a confundir os significados de cavalaria.

O historiador italiano Franco Cardini³⁸ demonstrou toda a importância que tinham

36 FLORI, JEAN. Op cit. p.191.

37 FLORI, Jean. "A Cavalaria: A Origem dos nobres guerreiros da Idade Média". São Paulo: Madras, 2005. p. 11.

38 CARDINI, Franco. "O Guerreiro e o Cavaleiro". In: Le GOFF, Jacques (dir). "O Homem Medieval". Lisboa: Editorial Presença, s/d.

para os povos das estepes, a cavalaria pesadamente armada e os valores guerreiros que lhes eram associados: o culto do cavalo e da espada, a veneração da força física, da coragem e o menosprezo da morte, etc.

Este período seria o que se denominou "feudal", ou a Idade Média central, marcado exatamente pela pluralidade de senhores e castelões, que utilizavam estes grupos armados para impor a sua justiça e o seu direito de cobrança de taxas e outras exações. Teria então ocorrido uma militarização da sociedade. Possuir a habilidade no manejo das armas, ou poder pagar um grupo que o protegesse, era fundamental para conseguir sobreviver e se manter em seu *status*.

Assim pode-se afirmar que o nascimento da cavalaria tem uma relação bastante próxima com uma ruptura, que teria ocorrido por volta do ano mil. Neste momento somos capazes de observar os castelões e seus cavaleiros, usufruindo, por assim dizer, da carência de uma autoridade "pública", para então impor seus costumes, taxas e dominar os camponeses, fazendo-os de servos.

A prática da cobrança de taxas não se estendia ao grupo dos cavaleiros, o que demonstra a sua separação e distanciamento da massa camponesa e sua aproximação da aristocracia. Portanto, pode-se ver uma distinção fundamentada no poder armado que diferenciava *milites* de um lado, homens armados, e os desarmados do outro.

A principal das funções do cavaleiro consistia no serviço militar que era devido pelos vassallos ao seu senhor. Esta assistência era caracterizada pela sua reciprocidade, onde os vassallos colocavam à disposição do senhor um número de cavaleiros e a sua própria força na extensão das suas terras e, por outro lado, o senhor estava comprometido a socorrer e proteger seu vassallo quando este era atacado.

O aparecimento da cavalaria está ligado, como dissemos, a elementos de origem guerreira, em fins do século XI e decorrer do século XII, valendo ressaltar que o fenômeno ocorre quando esta detém uma técnica e tática de combate autêntica, enquadrando uma ética própria. A cavalaria somente se transformará na força principal dos exércitos a partir do momento em que atinge um método de combate característico e próprio, que só ela utiliza.

Desta forma verifica-se uma mudança substancial no modo de combater, em que o guerreiro passava a utilizar a lança em posição horizontal fixa, e em que o cavaleiro a segura firmemente encaixada sob o braço. Com este novo método, adotado definitivamente pela cavalaria, a eficiência da lança não depende mais da força do braço do guerreiro, mas da

velocidade do cavalo. Com isso o cavaleiro se torna uma força inaudita, principalmente devido aos incrementos que vão sendo acoplados à sua armadura e ao seu cavalo. Sua sela, seu estribo e seu elmo evoluem permitindo que o mesmo se transforme em uma verdadeira máquina de guerra.

As armas dos cavaleiros são de cunho ofensivo, geralmente lanças e espadas, sendo a espada empunhada no momento em que a lança se parte no choque ou cai no chão. Da mesma forma que as lanças, as espadas alongam-se com o tempo e acabam por se tornar pesadas para contrabalançar a evolução das armas defensivas.

Seguindo a análise de Flóri:

" Nos séculos XI e XII, o cavaleiro protege o seu corpo graças à lorica, cota de malha flexível de uns dez quilos, reforçada no século XIII, para ceder lugar, nos séculos XIV e XV, às armaduras rígidas mas articuladas, que transformam o cavaleiro em verdadeira fortaleza montada, quase invulnerável se ele estiver a cavalo, mas terrivelmente exposto e frágil quando, desmontado, ele fica no chão à mercê da adaga dos infantes (chamada, alias, "misericórdia"), capaz de penetrar nos interstícios da couraça e conduzir à morte ou, pelo menos, à sua ameaça para obter a rendição. O elmo evolui no mesmo sentido."³⁹

Assim, todas essas transformações mostram bem o aspecto profissional da cavalaria, expandindo sua importância jurídica e social. Isto podemos ver com nitidez através da ascensão social da posição de escudeiro. Primeiro, o escudeiro era apenas um aspirante à condição de cavaleiro que, se desse sorte, e dependendo da sua posição social, conseguiria o título honorífico. Após, sobretudo, o fim do século XII, já demonstra ser uma categoria própria, reservada principalmente para os nobres não muito ricos, de condição menor, mas que também viviam nas redondezas da corte e partilhavam dos mesmos costumes.

Diante deste quadro, em se tratando de uma sociedade guerreira, tais acontecimentos renderam aos cavaleiros um enorme prestígio, e cada vez mais os nobres não apenas os queriam por perto, mas os faziam nobres também.

Este processo de aproximação com a aristocracia, a sua percepção de um prestígio no imaginário social até então inédito, um conjunto de matrimônios de ocasião, foram mesclando as duas forças sociais - nobreza e cavalaria - e fazendo com que os cavaleiros se afastassem dos camponeses e, o que é mais importante, passassem a incorporar um título

39 FLORI, Jean. "Cavalaria." In: LE GOFF, J. & SCHIMITT, J. C. (ed). Dicionário... p. 188.

honorífico.

Esta ascensão da cavalaria, e a sua cada vez mais intensa permanência no ambiente da corte, permitiu que, por outro lado, a nobreza, que era caracterizada por ser um grupo fechado e hereditário, absorvesse aquela e, assim, a partir dos séculos XII-XIII, dificilmente um nobre não seria ao mesmo tempo um cavaleiro.

Pouco a pouco a cavalaria, que no início ainda não se confunde com a nobreza - em que permanecia a questão do sangue, do nascimento, da linhagem - ganha em dignidade e logo compõe um grupo hereditário, que constitui, por sua vez, uma aristocracia na qual se entra pelo adubamento, rito cavaleiresco por excelência, que se reserva gradativamente aos filhos de cavaleiro: só são armados cavaleiros os filhos de pai cavaleiro e mãe nobre.

Assim, a nobreza começa a controlar a entrada na cavalaria e reserva o acesso a ela a seus próprios membros, numa época em que a dignidade cavaleiresca acrescenta distinção àquele que a recebe.⁴⁰

Na sociedade medieval era costume que os filhos de cavaleiros deixassem ainda na adolescência a casa paterna, dirigindo-se à corte de um próximo, onde serviam como escudeiros até serem, se fizessem por merecer, iniciados na cavalaria com a investidura.

A entrega das armas é vista como a cerimônia em que um homem é "feito cavaleiro", em que são lembradas as funções e os valores que competem ao cavaleiro conforme a sua ética: proteger todos aqueles que não são *bellatores*, ou seja, membros da igreja, mulheres, fracos e oprimidos; proteger os estabelecimentos eclesiásticos e defender a fé cristã. A presença da dimensão religiosa insere-se, portanto, na função atribuída ao cavaleiro e é determinante para que se entenda tanto a ética como a ideologia cavaleiresca.

Neste sentido é muito importante pensar a relação da Igreja com esta nobreza guerreira, ou que se faz cada vez mais guerreira, que utiliza, com o declínio do poder dos reis e dos príncipes, antigos defensores da Igreja, a força com maior liberalidade e quase sem resistência de um poder central.

Aqui parece-nos muito pertinente a opinião de Génicot quando afirma que:

"(...) o culto da força, o gosto pelas armas e pelos combates, valorizam estes guerreiros cujas proezas são celebradas pela literatura. A Igreja não condena esta violência, ela a envolve, a canaliza, depois recupera e a sacraliza. Ela benze a espada sobre a qual pede ao Senhor "estender a mão direita de Sua Majestade a fim de que seja defesa e proteção das viúvas, dos

40 FLORI, JEAN. Op cit. p.190.

órfãos, de todos os servidores de Deus contra a malícia dos pagãos, e medo, terror e pavor dos outros malvados". Ela dita a conduta do cavaleiro, ordena-lhe "obedecer ao seu senhor, dar sua vida para tirá-lo do perigo, não combater pelo sangue, lutar até a morte pelo bem comum, opor-se aos cismáticos e os hereges, defender os pobres, viúvas e os órfãos e nunca violar seu juramento". Ela o arma em uma cerimônia de valor sacramental."⁴¹

Cabe lembrar que a investidura e os torneios acabam por se mostrar, na mão principalmente dos monarcas, já na Baixa Idade Média, um momento de celebração do poder.

Tendo em vista que a posição de cavaleiro possuía uma áurea de enorme prestígio no imaginário, capaz mesmo de ornamentar-se com um tal esplendor que derruba as antes duras barreiras que lhe impede o acesso à nobreza, os soberanos aproveitam estas ocasiões festivas, estes torneios, para promoverem grandes espetáculos e, ao mesmo tempo, deixar claro quem tem o poder e a benção de fazer um homem alçar-se a esta tão importante condição social.

Resume com extrema precisão Génicot esta questão ao dizer:

"Quando a cavalaria juntou-se à nobreza, nem por isso esta se tornou mais fechada do que antes. O adubamento dá acesso a ela. Contudo, mais ou menos rapidamente, o príncipe conseguiu reservar para si a concessão da cerimônia. No Império, a paz de 1152 e as constituições de Melfi de 1231 "fecharam a cavalaria". A sobrevivência ou a ressurreição da realeza e de seus sucedâneos - marcada em particular pela introdução do procedimento de ofício em matéria penal, pela penosa elaboração de uma lista de direitos regálicos, pela criação de um tribunal de supremo - tem consequências consideráveis sobre o destino da aristocracia na Baixa Idade Média. O soberano ou o príncipe tradicionalmente guarda as chaves dela: por um lado, armando cavaleiro, cerimônia que normalmente prepara ou coroa a concessão da alta justiça sobre a terra, mesmo que minúscula, e se aparece a ocasião, o casamento com uma senhora de sangue azul: por outro lado, concedendo cartas de nobreza, o que constitui um novo caminho."⁴²

O adubamento, de início uma simples entrega de armas, de caráter laico e utilitário,

41 GÉNICOT, Léopold. Nobreza. In: LE GOFF, J. & SCHIMITT, J. C. (ed). Dicionário Temático do Ocidente Medieval. 2v. Bauru/SP: EDUSC, 2006. V.2. p.284.

42 GÉNICOT, Léopold. Op.cit. p. 286.

ganha a feição de um momento solene em que o sagrado está presente. Se nos seus primórdios as intenções eram laicas, como a demonstração do brasão, para que ficasse claro a que senhor o cavaleiro servia e o prestígio da própria linhagem, aos poucos estas funções dão lugar ao serviço da Igreja, que se introduz no rito praticando a benção de armas e escudos e sacralizando os rituais.

O banho, por exemplo, toma a coloração de um batismo, e fica clara, portanto, a intenção ideológica de permear os valores e as incumbências dos cavaleiros de uma ética cristã rígida, colocando a proteção e o serviço da Igreja ao lado do da nobreza ou realeza. Destarte, pode a Igreja controlar o ímpeto deste grupo social tão necessário para a manutenção da ordem, por um lado, como perigoso e muitas vezes incontrolável, por outro.

É neste cenário que os torneios ganham uma leitura interessante. Eles são ao mesmo tempo momento de celebração do poder e uma festa altamente ritualizada e regrada, possuindo um poderoso poder catártico, em que a fúria guerreira podia ser controlada minimamente, tomando até mesmo a conotação de um eficaz treinamento dos escudeiros e pretendentes a cavaleiros para as batalhas reais. Por mais que diversas regulamentações tentassem tornar o "festejo" algo organizado e controlado, era perigoso e muitas vezes fatal.

No seus primórdios as justas simulavam tão de perto as batalhas, com bebedeiras e mortes sempre muito presentes, que apenas participavam dela os cavaleiros de menor título. Contudo, com o passar do tempo, e o ganho de prestígio no ideário da cavalaria, os torneios tornam-se mais faustosos e menos perigosos, surgindo assim armas e armaduras "para diversão" que, sem anular totalmente os riscos, distancia, contudo, os torneios da verdadeira guerra. Guerras que a partir do século XIII se mostravam frequentes em toda Cristandade.

Isto posto, não podemos esquecer que a guerra, neste momento da civilização ocidental, tinha uma função bastante ampliada e estava inserida no cotidiano dos homens no medievo, ao menos os que viviam como aristocratas.

Nas palavras do medievalista italiano Franco Cardini:

"Três fenômenos maiores podem explicar a concepção e a percepção da guerra na Idade Média, bem como o papel privilegiado reservado às armas e aos homens de armas no plano ético e simbólicos: primeiro, o fim do Império Romano do Ocidente e, com ele, o fim de uma época em que a ordem e a justiça estavam garantidas; em seguida, a rude intromissão no tecido sócio-cultural inicialmente romano e cristão de povos com tradições e concepções germânicas que não permitiam distinguir entre direito civil e uso militar da força; enfim, os longos séculos de desordem e violência que

se abateram sobre a Europa, sobretudo entre os séculos VI-VIII, depois entre os séculos X-XI, acabando por suscitar o desejo difuso de uma força guerreira que reparasse as injustiças e restaurasse a ordem."⁴³

A noção de "guerra justa" era corrente e juridicamente aceita, chancelada pelo próprio Santo Agostinho, se opondo ao que se entendia como "guerra injusta". A doutrina cristã é, por natureza, uma filosofia da paz, mas, principalmente quando o cristianismo se tornou religião oficial, este se encontrava diante de uma grande e real ameaça: as constantes incursões germânicas no território do Império.

Isto levou ao uso da formulação teórica de origem agostiniana do *bellum justum*, que não era de modo algum um alibi destinado a tolerar a guerra. Havia, na realidade, uma regulamentação taxativa dos casos em que a violência era vista como legítima.

Afirma Cardini:

" A guerra justa não podia admitir o desencadeamento da violência: ela devia ser uma oposição da força bem conduzida à violência, tendo por objetivo impedir que esta última destruísse os mais fracos e que a injustiça sobrepujasse a justiça. A guerra era um mal, mas um mal menor em vista do triunfo da injustiça, e apenas merecia seu nome ao satisfazer três exigências fundamentais: inicialmente, devia ser defensiva e almejar unicamente a reparação da injustiça; em seguida, devia ser declarada por autoridade oficialmente constituída e reconhecida, e, por conseguinte, não podia resultar da vontade pessoal de ninguém; enfim, seu objetivo devia ser a restauração de uma paz iluminada por uma justiça autêntica."⁴⁴

Além desta necessidade de o guerreiro cristão ser pacífico, encontramos toda uma meditação sobre o estado de espírito com o qual o guerreiro cristão deveria combater, vigiando-se para impedir que vícios, desejos e paixões o dominassem. Este tema ocupou boa parte da literatura místico-alegórica medieval. Desde os primeiros exegetas até as crônicas do final da Idade Média, passando pelos romances cavaleirescos, esta luta do bem contra o mal, do vício contra a virtude, estará fortemente presente e muitas vezes será o cerne da narrativa.

No caso em análise nesta pesquisa isto ficará muito explícito nas crônicas lusitanas onde Castela, seus cavaleiros e aliados são vistos como uma força impelida por vícios

43 CARDINI, Franco. Guerra e Cruzada. In: LE GOFF, J. & SCHIMITT, J. C. (ed). Dicionário Temático do Ocidente Medieval. 2v. Bauru/SP: EDUSC, 2006. V.1. p.474.

44 CARDINI, Franco. Op. cit. p.475.

terríveis, personificando o mal ao ponto de por em risco a salvação da cristandade.

Cabe lembrar, como será analisado neste estudo, que toda esta lógica é mais fácil de ser demonstrada quando ressaltamos que foi no momento do Cisma da Igreja que a Revolução de Avis se deu. Portugal, tendo apoiado a Igreja de Roma, entendia o seu papel na história do ocidente, como de último bastião da fé contra os infiéis.

Ainda segundo Cardini:

" Bernardo de Claraval retomará esta metáfora (a luta entre Vícios e Virtudes como a luta entre cavaleiros) conferindo-lhe maior valor ao aplicá-la à luta contra os infiéis, sustentando que a eliminação de qualquer um deles poderia ser definida não como um *homicidium* ("morte de um homem"), mas como um *malicidium* ("morte de um mal"), já que o pagão que visa oprimir a Cristandade pelas armas é o sustentáculo ativo do mal no mundo."⁴⁵

Foi com a interferência da Igreja, desde seus sermões mais localizados, até a conclamação às Cruzadas feita por Urbano II, que uma ética cavaleiresca cristã se moldou, sobretudo através de uma literatura que percorria os eventos públicos no cantar dos trovadores e nas leituras dos romances que faziam os jovens sonharem em dedicar as suas vidas à tão nobre e bela causa.

Esta ética cavaleiresca cristã, com todo o seu conteúdo de serviço e fidelidade ao senhor, foi cada vez mais utilizada, tanto pela Igreja e Príncipes na Idade Média Central, como pelos Monarcas durante o fim do medievo, e foi eficaz enquanto os exércitos profissionais não suplantassem a função prática desta cavalaria guerreira e cristã. E permaneceriam em destaque até o momento que o campo de batalha não se tornasse um local de morte certa para uma cavalaria pesada e que ousava pensar em honra contra artilharias de arqueiros, com suas ondas impiedosas e impessoais de flechas capazes de atravessar a mais sólida armadura.

45 CARDINI, Franco. Op. cit. p.476.

CAPÍTULO 2 - "DE ESCUDEIRO A CONDESTÁVEL" - NUNO ÁLVARES PEREIRA E ASCENÇÃO DA NOVA NOBREZA NA OBRA DE FERNÃO LOPES (CRÔNICA DE D. FERNANDO E CRÔNICA DE D. JOÃO I)

2.1 - A SOCIEDADE PORTUGUESA NA BAIXA IDADE MÉDIA.

O reino de Portugal nos séculos XIV e XV foi palco de inúmeras transformações, e como toda a cristandade, estava inserido em uma intensa e complexa dinâmica de mudanças e permanências, que podem ser vistas exemplarmente nas lutas entre as antigas e tradicionais forças sociais, que visavam manter seu prestígio e privilégio, e os novos e ascendentes grupos, que passavam a se organizar e se aproximar do rei, em uma corte multifacetada e aberta aos novos anseios.

A coroa portuguesa permeava esse movimento, algumas vezes como protagonista e outras como catalisadora das tensões, sempre em busca, como já fazia há pelo menos um ou dois séculos, da maior centralização possível da justiça, da administração e das finanças (fisco) do reino.

O objetivo deste capítulo é traçar uma visão panorâmica das diferentes forças sociais que compunham o reino português, sobretudo nos séculos XIV e XV, pois é neste ambiente sócio-cultural que os cronistas que estudamos nesta dissertação escreveram. Aqui pretendemos compreender o uso pelo mesmos, de um ideal cavaleiresco como paradigma de valores e modelo de conduta. Acredita-se necessário tentar olhar para o mundo em que vivem, e como a estrutura da sociedade deste fim de Idade Média se articula.

A sociedade da Baixa Idade Média, como já consideramos, ainda era compreendida por seus contemporâneos como estratificada em três ordens, razoavelmente definidas, e já muito estudadas pela historiografia atual. As ordens dos que rezam, os que defendem e os que trabalham. Deste modo entendemos seguir este esquema analisando as peculiaridades de cada uma destas forças sociais. Antes de tudo, é importante aqui ressaltar que não se pretende esgotar ou mesmo realizar um estudo profundo, posto não ser este o objetivo da presente pesquisa.

A sociedade portuguesa da Baixa Idade Média era altamente estratificada, mesmo levando em consideração as transformações que deixavam esta hierarquização mais maleável. E assim o modelo deve sempre ser entendido como uma abstração. Na realidade os vínculos entre os diferentes atores sociais eram muito mais complexos, e provavelmente havia uma aproximação e intercâmbio bastante intenso entre os diferentes estratos da sociedade.

Nas palavras de Armindo de Sousa:

"A sociedade de ordens é um tipo de agrupamento societal global, diferente de país ou nação ou pátria, em que os membros se repartem por categorias hierarquizadas estanques, definidas segundo critérios ideológicos misticamente protegidos, a que se tem acesso por nascimento ou por rituais de sagração. Trata-se de um tipo de sociedade pluripartida, cabendo a cada parte uma função específica, tantas partes quantas as funções, estabelecendo-se para cada uma um grau hierárquico de importância relativa consoante os referentes míticos justificadores. É de se admitir que seja estritamente funcional a razão última deste modelo de sociedade. Mas logo essa razão última teve de ser sublimada em ideologia, não só para tornar convincente e humana ou cultural, como também para se traduzir em efeitos perenes e poder transmitir-se de pais para filhos e neto como indispensável matéria de inculcação. Por isso, o modelo societário de ordens inscreve-se na esfera do jurídico-sagrado. E porque aí se inscreve, agarra-se ao tempo de modo tenaz, persistindo nas mentes apesar dos fatos, sistema teórico, confortável visão."⁴⁶

A insurgência dos grupos de comerciantes e das corporações de ofício, que passavam a ganhar um enorme poder econômico com o renascimento do comércio e a revitalização dos espaços urbanos, fez com que a sociedade portuguesa ganhasse novos contornos e a coroa pode assim, no tabuleiro das relações de poder que era o seu palácio, o seu paço, utilizar outras "peças" na montagem dos seus quadros de apoio, nobilitando homens que até então jamais estariam aptos a ganhar um título honorífico.

Conforme entramos no século XV, por exemplo, somos capazes de ver este jogo de forças presente nas antigas linhagens nobres, sobretudo grandes senhores do norte e outros grupos sociais.

Aqueles antigos residentes destas terras ao norte, onde o reino deu seus primeiros passos, já não conseguiam se manter financeiramente, diante da queda das fontes de renda de

46 SOUSA, Armindo de. in: MATTOSO, José (org.). História de Portugal – a monarquia feudal. Vol. 2, Lisboa: Estampa, 1994. p.393.

suas terras e as constantes desvalorizações da moeda portuguesa, dependendo cada vez mais dos favores do rei. Esses nobres enfrentavam a concorrência dos comerciantes das cidades do litoral, que apostavam em um comércio de grande escala, principalmente com o apoio e através de acordos com os ingleses, a quem se aliaram na guerra continental conhecida como Guerra dos Cem Anos.

O clero português, seja o regular, seja o secular, até meados do século XIV era em sua esmagadora maioria de nacionalidade portuguesa. Contudo a crise de meados do século XIV, nas palavras de Oliveira Marques: "veio introduzir modificações importantes neste panorama. Para começar, os excessos do centralismo avignonense, continuados pelas turbulências e irregularidades do Grande Cisma, levaram a um crescente internacionalismo nos quadros superiores e médios da hierarquia."⁴⁷

Destarte, no início da história do reino, a introdução de nobres portugueses na estrutura do clero não era uma regra, o que ocorrerá com maior frequência mais tarde. Deste modo, no início o recrutamento se dava pela ascensão nos quadros das dioceses portuguesas, homens devidamente preparados para o exercício destas elevadas funções, sobretudo altos dignitários da própria diocese em que serviria, ou de outras próximas.

Quanto à proveniência social ensina Marques:

"..., os bispos dessa primeira fase de nosso período só raramente parecem ter sido oriundos de importantes famílias nobres. (...) Outro tanto sucedia nos estratos inferiores do quadro clerical, aumentando gradualmente a percentagem de vilãos no trânsito para a base da pirâmide. No clero regular, a situação era a mesma: abades e priores dos mosteiros e mestres das ordens militares não ostentavam nomes ilustres, provindo, quando muito, de uma pequena nobreza local."⁴⁸

Um das características apontadas frequentemente pelos autores é o nepotismo que reinava nesta ordem. Na realidade este tipo de "expediente" social não é uma característica específica do clero, mas parte mesmo de toda a mentalidade do medievo, e me arrisco dizer que perdura até nossos dias.

Bispos, cônegos e simples curas deviam muitas vezes a sua elevação ou a sua apresentação ao parentesco com outros bispos, cônegos e curas ou ainda outros senhores laicos que por eles intercediam e, assim, os apadrinhavam. Adolescentes e até crianças

47 MARQUES, A. H. de Oliveira. Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. Lisboa: Presença, 1987. p. 227.

48 MARQUES, Op. cit. p.227.

podiam ser investidos em dignidades de relevo, embora casos destes fossem excepcionais e, ao que parece, confinados a parentes próximos da família real. Sobrepuña-se assim, ao esquema tradicional, baseado na relativa independência do recrutamento, um quadro familiar necessariamente mais corrupto e parcial, invadindo todos os níveis do clero.

As ordens militares, por exemplo, constituíram um espaço social muito utilizado para que os grandes senhores e até mesmo os reis enviassem os seus filhos secundos. Um espaço que apesar de clerical possuía uma liberalidade muito grande e a guerra, principal atributo de um nobre, estava no cerne das funções deste tipo de organização social.

Assim temos o próprio Mestre de Avis, filho bastardo do rei D. Pedro I, investido em um ordem militar. E principalmente a família de Nuno Álvares Pereira, posto que seu pai era prior da Ordem do Hospital, e passou o título para o seu filho primogênito.

Este fenômeno ocorria ao mesmo tempo em que a monarquia portuguesa se consolidava e, assim, a nobreza portuguesa se introduzia nos cargos mais importantes do reino, ocorrendo uma espécie de absorção pela nobreza e pelo rei dos cargos eclesiásticos.

Isto se deu, provavelmente, posto que os maiores servidores do clero eram verdadeiros senhores de terra, agindo muitas vezes como tais, recebendo proventos de seus vassallos e exercendo a justiça e o fisco em seus domínios.

Para Augusto Ricardo Effegen:

" De acordo com a posição que ocupavam, muitos clérigos viviam na opulência, preenchiam cargos públicos e desenvolviam funções laicas, sendo chanceleres-mores, conselheiros, embaixadores, escrivões, dentre outros. No decorrer desses séculos, a concorrência com fidalgos, burgueses e até populares por esses cargos foi aumentando. Uma pequena fração do corpo clerical vivia como senhores, criando em sua volta uma casa com os mais diversos funcionários e outros tantos dependentes, dispondo de vassallos e criando redes de relações pessoais nas terras que foram doadas pelo rei ou conquistadas. Mas, como dito, era uma minoria. Abaixo desses clérigos superiores encontravam-se os de nível médio, muito próximos do modo de vida da pequena e média burguesia. As relações pessoais não faltavam também para esses, deixando à mostra as redes de integração existentes entres os clérigos e a gente laica."⁴⁹

A ingerência da nobreza no corpo clerical aumentou consideravelmente a partir do fim do século XIV. Se antes ocorria excepcionalmente, a partir de então se tornou, senão a

49 EFFEGEN, Augusto Ricardo. p.18.

regra, ao menos uma atitude corriqueira, fácil de ser verificada. Praticamente todas as dioceses, abadias ou mosteiros, continham em seus quadros personagens oriundos de grandes linhagens e famílias senhoriais, que receberam cargos administrativos de grande importância.

Nas posições intermediárias, o mesmo pode ser verificado. Contudo devemos salientar que, apesar deste estado de coisas, não devemos considerar que o clero tenha se tornado uma propriedade da nobreza. Ressaltemos que os pequenos nobres e até mesmo homens do povo conseguiam alçar posições médias e, algumas raras vezes grandes cargos. A sociedade, apesar de estratificada, possuía certa maleabilidade. Não há estrutura que se suporte se não absorver certa confluência em seu bojo, de uma movimentação social.

No olhar de Oliveira Marques, a organização eclesiástica resistiu a uma "nobilização" prevalecente das suas fileiras, conservando as características de ordem, virtualmente aberta, em que oriundos de todos os estratos sociais podiam ingressar e se acotovelavam depois, diluída a sua origem, no quadro específico clerical.⁵⁰

Porém o clero, apesar de sua missão particular, de seu monopólio do sagrado, em termos sociais quase nada os diferenciava dos nobres ou alguns membros mais abastados da nascente burguesia. O que quer dizer muito neste período, já que o fim último da sociedade medieval ocidental é encontrar a salvação das almas.

Ainda segundo Effegen:

" Os clérigos estavam longe de ser um modelo de conduta, eram acusados de praticarem infrações...(...)... Os monarcas portugueses desse período lutaram por integrar a sociedade eclesiástica à laica, na tentativa de submetê-las a uma legislação que fosse direcionada a todos os súditos. No decorrer desses dois séculos (XIV-XV) de que estamos tratando, acentuou-se a tendência a impor o direito português sobre os demais direitos, como o direito canônico. Surgiram os primeiros códigos de leis gerais, a exemplo, as Ordenações Afonsinas do século XV.

Criou-se, com a instituição do *Beneplácito Régio*, um precioso instrumento de supervisão e fiscalização por parte da casa real nos assuntos eclesiásticos portugueses e de Roma. Argumentando ser em nome da unidade da fé e no intuito de evitar falsificações de documentos da Santa Igreja, visto a questão do Cisma Papal, o rei defendia o direito de revisão por parte da chancelaria dos atos advindos de Roma, para serem efetivados em Portugal."⁵¹

50 MARQUES, Op. cit. p. 232.

51 EFFEGEN, Op. cit. 18.

Além, ou ao lado do Clero, a Nobreza era a força social mais importante do reino. Constituída de um mosaico de diferentes indivíduos, possuía a sua própria estratificação interna, podendo ir de grandes senhores de terra, capazes muitas vezes de rivalizar com o rei, até pequenos escudeiros, adolescentes de pouca ou nenhuma linhagem que eram apadrinhados por um nobre ou cavaleiro.

Por sinal, como já debatemos, a distinção entre nobre e cavaleiro era quase inexistente em Portugal, como em grande parte da Cristandade. Muitas vezes o título de cavaleiro era necessário para o exercício de uma alta função governativa, e assim o rei pode aos poucos, dentro de seu projeto centralizador, ir monopolizando a prerrogativa de fazer um súdito cavaleiro. Este foi um grande instrumento centralizador, de grande valor simbólico para a monarquia.

Sobre a Nobreza dispõe Armindo de Sousa:

"Nos séculos XIV e XV os nobres são um grupo social tão poderoso quanto reduzido. Menos de 1% da população. Um grupo, porém, extremamente heterogêneo. De modo que o epíteto "poderoso" cabe somente a um reduzidíssimo escol - o mesmo precisamente que atrás verificamos a respeito dos clérigos.

Vê-se que a nobreza é um grupo que acede por nascimento, por promoção e, contestada e indevidamente, por auto-equiparação. No primeiro caso, o critério é de parentesco, sangue ou linhagem; no segundo é administrativo-político; e, no terceiro é sóciopsicológico, de arrogação de um *status* entendido como estilo de vida franqueado pelo capital econômico e social. É evidente que a nobreza da terceira origem, de "usurpação" dissemos, "oficialmente" não o é. Só o rei ou quem autorizasse podia fazer nobres."⁵²

A nobreza tinha como função primordial a defesa, posto que sua função era a de defender o reino, o povo, a ordem. Estes homens que se entendiam como honrados e, sob o desígnio de Deus, poderosos, eram identificados com os cavaleiros. Há uma espécie de conjunto de requisitos para se participar desta ordem: 1 - ser de boa linhagem; 2 - ser capaz de manter a si e a um grupo de guerreiros; 3 - não praticar comércio. Logo, esta era a visão idealizada do nobre, pois, como vimos acima nas palavras do mestre português acima, diversos grupos sociais se introduziam com cada vez mais frequência na corte e se faziam nobres, principalmente pelo serviço ao rei.

Esta questão do serviço é crucial para compreender as mudanças das estruturas

52 SOUSA, Op. cit. p. 441.

sociais no fim da Idade Média e a emergência de novas forças sociais. Principalmente na emergência consolidação de uma leitura do conceito de "súdito" como aquele que pertence ao reino, e por consequência, serve exclusivamente, ou em última instância, ao rei.

Com a concentração cada vez maior dos poderes e das decisões nas mãos dos monarcas, o critério de sangue e linhagem valia mais para os grandes senhores, aqueles que acumulavam capital simbólico através de estratégias de legitimação e promoção linhagística, promovendo pelo pertencimento à linhagem nobre, a honra, o favor real e a nobilitação do indivíduo. Já para os outros grupos sociais, sobretudo os emergentes, como pequenos nobres e burgueses, o que valia era o serviço prestado ao soberano.

Na opinião de Oliveira Marques temos que :

"Todo o nobre, em princípio, era um *senhor*, isto é, possuía um patrimônio fundiário mais ou menos extenso sobre o qual tinha direitos próprios de jurisdição e de cobrança de rendas e impostos. Esse patrimônio garantia-lhe, igualmente, uma população de dependentes nobres e não nobres, em proporções variáveis (vassalos, criados, homens, cavaleiros, da casa, escudeiros da casa) que lhe estava subordinada por vínculos simultaneamente pessoais e econômicos e que lhe concedia o substrato de recrutamento militar, sempre que necessário."⁵³

Cabe salientar que havia muitos casos em que o nobre não possuía tal patrimônio em regime de plena propriedade, mas era delegado pela coroa, e assim diferentes regimes jurídicos regulavam o uso e o direito de herança.

Muitas vezes a coroa realizava esta doação em caráter hereditário e sem necessidade de renovação do direito pelo soberano sucessor. Contudo, havia casos em que era obrigatória uma revalidação pelo novo monarca do direito que aquele nobre detinha. Isto foi, cada vez mais, com maior intensidade, pois era um excelente e eficaz modo da coroa garantir lealdade da nobreza e evitar, ou tentar evitar, as desavenças ou rivalidades ao seu poder de natureza centralizadora.

Lembremos que havia nobres que não possuíam qualquer benefício, nem sequer uma quinta de dimensões reduzidas. Estes eram os menores quadros da nobreza, geralmente escudeiros e fidalgos pobres, que subsistiam da ajuda constante do seu senhor, vivendo em sua residência e, portanto, sob uma total dependência.

Podemos, deste modo, ver que a questão da jurisdição, do direito de realizar a justiça

53 MARQUES. Op. cit. p.237.

em um determinado território, era um ponto nuclear na definição da quantidade de poder de um nobre e seu prestígio diante da coroa e dos demais senhores.

A partir dos séculos XIV e XV a coroa passou cada vez mais a restringir este direito, reduzindo os antigos e amplos privilégios característicos do período em que a lei feudal prevalecia, ou seja, a descentralização. Pode-se dizer que basicamente até o século XIV o costume era a não intervenção da coroa em terras da nobreza, apesar de que o direito de apelação ao rei já estar consolidado na maioria dos casos.

Contudo, em expedientes como as Inquirições e Confirmações levadas à cabo com frequência por monarcas portugueses, a coroa buscava cercear este poder e limitá-lo cada vez mais. Muitas vezes a mão da coroa era pesada demais, ocorrendo insurreições, verdadeiras guerras civis.

No reinado de D. Dinis ocorreu um emblemático evento. A Lei de 1317 procurou censurar os nobres que impediam as apelações para o rei. O rei determinou que o nobre que não respeitasse esta prerrogativa perderia o seu patrimônio e sua jurisdição. Naturalmente este é um exemplo de um momento do reino em que a coroa está fortalecida e com um considerável número de vassalos fiéis.

Nas palavras de Marques:

" Os senhores reagiam como podiam contra a política repressiva dos monarcas. Protestavam, por seu turno, em Cortes e fora delas, contra abusos das autoridades régias. Faziam resistência passiva e, quantas vezes ativa também. Serviam-se do valimento e da força da linhagem e do patrimônio. Aliavam-se com o Clero com quem, neste ponto, estavam de acordo."⁵⁴

Uma visão panorâmica da nobreza portuguesa permite dividi-la em três grupos principais.

Uma alta nobreza, constituída de homens ricos e poderosos que rivalizavam bem de perto com os monarcas. Seus senhorios e domínios eram vastos e seu poder militar muito forte, na maioria dos casos imprescindível para a coroa em caso de guerra ou invasão.

Uma camada média que era formada principalmente de cavaleiros, homens armados que gozavam de privilégios tanto no âmbito militar como por sua reputação social.

E por fim a baixa nobreza, que era constituída de escudeiros. Com o tempo os

54 MARQUES. Op.cit. p.239.

escudeiros deixaram de ser apenas aspirantes ao status de cavaleiro para se tornar um grupo social próprio, que apesar de sempre estar abaixo do cavaleiro, vive como guerreiro e se sente determinantemente separado da massa trabalhadora. Sua esmagadora maioria vivia como fiel servidor de um senhor ou até mesmo de membros da realeza.

O caso de Nuno Álvares Pereira é um excelente exemplo deste tipo de situação. Inicialmente vemos o menino Nuno ser chamado pelo rei D. Fernando, a pedido da rainha, para ser escudeiro e assim frequentar a corte régia. Deste modo, receber educação e iniciar a "caminhada" rumo ao estado de cavaleiro.

Posteriormente, já um cavaleiro com sólida formação, Nuno Álvares Pereira é acompanhado de um grupo enorme de escudeiros, participando ativamente dos feitos militares e sendo fundamentais na realização dos seus feitos e façanhas. Diversas vezes os escudeiros se reportam diretamente aos seus senhores e comem na mesa dos mesmos. Contudo é um social subordinado e completamente dependente dos extratos mais importantes.

A constituição da nobreza é um grande mosaico de interesses e o caso das guerras entre Portugal e Castela é um exemplo disto. Parece interessante compartilhar as palavras de Armindo de Sousa sobre um discurso coletivo, que data de 1472-73, e que demonstra em certo momento que a ética cavaleiresca ficava, em certas ocasiões, no âmbito do ideal, enquanto questões práticas acabavam por definir os comportamentos.

Porém, ainda no século XV a ética da cavalaria, ao menos no que concerne ao imaginário, continua a vigorar, e isto ocorre porque a mesma é capaz de assumir um papel relevante no cotidiano e no seio das relações de poder.

Diz Armindo de Sousa que:

"É que no discurso de 1472-1473 figura um capítulo, o 15, que, lido com atenção, revela antagonismos crônicos no seio da fidalguia. Por causa de um déficit de fidelidade nos criados e escudeiros e correlativo déficit de lealdade entre os senhores, uns relativamente aos outros. Coisas graves num grupo que tradicionalmente se revia nessas virtudes - as grandes virtudes do cavalheirismo."⁵⁵

Antes de analisarmos o grupo dos *laboratores*, ou seja, dos trabalhadores de todo tipo, a grande maioria da população, cabe refletir um pouco sobre a credibilidade social da

55 SOUSA. Op. cit. p.458.

nobreza. Até que ponto estes poderosos senhores e todo o seu séquito eram apoiados pelo povo e como este os enxergava?

A nobreza, como um grupo que exercia pressão e exploração sobre os camponeses e cidadãos, não era incondicionalmente apoiada pelos mesmos, principalmente posto que muitas vezes não faziam jus ao seu papel social de defensores do feudo ou reino. Ao invés de defenderem os mais fracos, muitas vezes exerciam seu poder de controle e taxaço de maneira abrupta e violenta.

Há muitos episódios de revolta da população, principalmente das cidades, contra os nobres que se subtraem à responsabilidade de defender o reino.

Na realidade a nobreza não pretendia, em seus projetos de poder, ser amada pelo povo. Na lógica feudal o amor do súdito não era uma premissa fundamental. O respeito dos vassallos sim. Contudo, estes geralmente estavam dentro do grupo dos nobres, estando os camponeses fora desta ordenação da sociedade. É neste sentido que a organização trifuncional da sociedade garante aos grupos dominantes uma ferramenta de manutenção da hierarquia social.

Esta trifuncionalidade inserida no imaginário coletivo pelos expedientes simbólicos, garantia esta tranquilidade. Um dos grandes aspectos de interesse na Revolução de Avis é que parece ser possível entrever uma fagulha de mudança. Uma mudança que com o tempo, irá se expandir, ganhar força e transformar as estruturas sociais mais importantes.

A ascensão das camadas de comerciantes, sobretudo os grandes mercadores, está apoiada em reivindicações menores, como a de camponeses que não conseguem mais pagar as taxas de seus senhores e a do rei, tanto devido à crise da Baixa Idade Média, como pelo fato de terem de pagar os comerciantes atravessadores, que cobram cada vez maiores parcelas dos poucos lucros obtidos.

Novamente temos as palavras de Armindo de Sousa para tornar mais nítido a problemática: " Querida defensora do povo, como a via o povo? Mal. A Nobreza de Portugal nunca teve o condão de se fazer amar por seus súditos..."⁵⁶

A terceira força social que, na visão tripartida da sociedade, compunha o panorama do medievo português, era a massa camponesa e cidadina. Na Baixa Idade Média, havia uma considerável quantidade de práticas laborais e diversos tipos de trabalho. Ocorria até mesmo uma certa estratificação dentro do grupo dos trabalhadores.

56 SOUSA. Op. cit. p. 459.

Com o advento das universidades e do aparelhamento da administração do reino, atribuições como a dos letrados e juristas ganhavam corpo e prestígio, e o comércio se expandindo fazia de alguns homens citadinos personagens ilustres pela sua riqueza material. Pequenos camponeses também, produzindo para o consumo destes núcleos em expansão, iniciavam um processo de enriquecimento.

A realeza não demorou muito para se aproximar deste grupo social emergente e aproveitar a sua ânsia por títulos honoríficos, visando abocanhar parte considerável de seus lucros. Atraindo estes indivíduos para a corte, através da sua nobilitação, os monarcas equilibravam, ou passavam a comandar o jogo no tabuleiro da corte régia.

Os grandes senhores, que olhavam com desdém estes novos integrantes do ambiente régio, com seus modos pouco voltados para a etiqueta cortesã, na verdade tinham aí um concorrente na sua relação com o monarca, tanto nas trocas de favores típicas do ambiente de corte, como na obtenção de cargos nas crescente máquina administrativa do reino.

Um ponto fundamental é que os nobres, devido a etiqueta cavaleiresca, e pelo próprio estatuto jurídico da nobreza, não podiam se dedicar ao trabalho. Neste sentido estavam distanciado das atividades que geravam lucros monetários. Ora, se estes eram defensores, e por isso podiam não trabalhar na terra e cobrar o seu sustento do povo, como se dedicariam ao comércio lucrativo e deixariam, ao mesmo tempo, os camponeses lhes sustentando? Era um problema tanto jurídico como de extrema carga simbólica, posto não caber no esquema trifuncional da sociedade, que tanto tempo garantiu aos nobres seus privilégios e poder.

Cabe lembrar que a trifuncionalidade era uma organização de origem divina, ao menos em escritos e formulações teóricas de homens como Adalberon de Laon, e por isso a defesa da cristandade era tão prestigiada. Os cavaleiros, a nobreza, serviam antes a Deus, o Rei dos reis, o soberano supremo. Sua conduta estava revestida de uma dignidade que possuía um simbolismo capaz de lhe tornar incontestável. Por outro lado, o lucro era uma quase heresia, uma atividade relegada muito tempo a grupos marginalizados como os judeus. Mas estes eram tempos de expansão para novas terras e, assim, os grandes senhores, e a nobreza como um todo, olhavam com muita atenção estas possibilidades de ganho até entrar definitivamente no empreendimento das navegações.

O retorno da ética cavaleiresca tem aí uma de suas raízes. Os nobres utilizaram o argumento da cruzada, da expansão da fé cristã para os povos que necessitavam de salvação, como uma defesa do seu projeto de ir para tais terras, em missões que no fundo eram

grandes empreendimentos comerciais.

Contudo, entendemos que não houve hiato na utilização da nobreza enquanto força cavaleira e cristã. A cortesia não expelle da nobreza o seu cunho guerreiro. As duas coisas não são antagônicas. Pode ser até que haja uma balança que pese mais para um lado ou para o outro, porém caminham juntas.

Retornando ao povo, este, como dizíamos, não aceitava esta situação calado, já que além de dever, era também direito seu trabalhar, e assim ter lucro. Exemplar é a lição de Oliveira Marques sobre o assunto:

" Contudo, fosse qual fosse a classificação proposta, um denominador comum ressaltava sempre: o do trabalho como forma de manutenção . Só o povo tinha o dever de e o direito de trabalhar. Tem-se insistido quase sempre no aspecto exclusivo do *dever* e esquecido o do *direito*, que não era menos importante. Quando, exatamente nos séculos XIV e XV, muitos nobres, clérigos e até o rei se foram entregando a práticas lucrativas de comércio, não faltaram os protestos do terceiro Estado contra esta intromissão nos seus legítimos direitos. Assim como, por princípio, era defeso a um vilão entrar na ordem da Cavalaria, apanágio e sinônimo de nobreza, assim também as leis desta proibiam expressamente ao cavaleiro pretender ganhar dinheiro."⁵⁷

A estratificação entre os *laboratores* era definida principalmente pelos bens materiais que os mesmos possuíam e, sobretudo, pela sua capacidade de manter um cavalo e armar-se. Uma espécie de junção das condições econômicas com a função militar. Neste sentido temos a denominação, anterior ao século XIV, de *cavaleiro-vilão*.

Em termos econômicos este era um médio proprietário rural. Estes homens eram identificados socialmente pelo fato de serem capazes de manter um cavalo e as armas necessárias para o combate montado. Neste sentido tinham terras que lhe garantiam um sustento próprio e que rendiam algum excedente capaz de com este numerário, dar-lhes as condições para, como dissemos, ter não apenas uma montaria, mas algum tempo livre para praticar a mesma e alguma caça, os exercícios por excelência que faziam o treinamento para a luta.

Sua designação sofreu mudanças e segundo Oliveira Marques a " designação de cavaleiro-vilão, típica dos séculos anteriores, caiu em desuso, preferindo-se-lhe *cavaleiro aquntado* - ou simplesmente *aquntado* - e cavaleiro *de espora dourada*, além de outras,

57 MARQUES. Op. cit. p. 202.

mais genéricas, como cidadão *honrado*."⁵⁸

A impressão que dá ao lermos os textos sobre este grupo é que nele estavam se inserindo, cada vez mais, os funcionários régios, espalhados pelo reino, que com a evolução da administração conseguiam rendimentos fixos e maiores, com a sua importância para o projeto de poder da monarquia aumentando na mesma proporção.

Abaixo destes médios proprietários temos os *peões*, um grupo que era capaz de armar-se, possuir alguma terra, um pequeno proprietário rural que conseguia manter-se sem se sujeitar diretamente a outro homem e geralmente lutava a pé. Na cidade eram aqueles indivíduos que possuíam algum trabalho que lhes dava condição de ter uma casa própria.

Novamente verificamos a questão do trabalho e sua relação simbólica com a ordenação do mundo. Este grupo social que vivia das suas rendas e de seu suor, através de seu cotidiano trabalho, aumentava não apenas a sua importância social, mas também sua capacidade de tomar parte nas decisões do reino, principalmente nas áreas urbanas, em que os nobres cada vez mais eram mal vistos por sua pouca contribuição e, mais ainda, pela sua inércia.

Lembremos que os séculos XIV e XV, foram marcados pela fome e pela peste, e tudo que sugava os poucos recursos desta sociedade em decadência passou a ser pouco tolerado. Como havia um cenário bem claro na visão da população de guerras constantes, como, por exemplos, as várias batalhas contra o reino vizinho de Castela, de início os *bellatores* ainda mantinham seus privilégios incontestes, mas como veremos no caso português, tanto nobres como reis começaram a ser criticados por fazerem penar os cofres "públicos" com guerras que em nada beneficiavam a grande maioria do reino.

Na verdade parece que há uma autoconsciência dos trabalhadores, do povo, sobre o que buscam estes "Grandes": apenas honra e proveito pessoal. No passado tais atitudes eram facilmente encaixadas na mentalidade geral do tempo, mas com as transformações em curso, já não se admitia mais cegamente estes expedientes.

O surgimento de um número cada vez maior de concelhos citadinos, tomando as suas decisões locais, e lutando com os grandes senhores pela sua independência e pelo direito de justiça, foi um fato constante na Baixa Idade Média, e a monarquia se utilizou muitas vezes destes combates, para enfraquecer supostos inimigos de seu projeto centralizador. Ora ao lado do nobres, ora ao lado das cidades, o jogo político era praticado, e mesmo que tenha

58 MARQUES. Op. cit. p.203.

levado tempo e verificado muitos revezes, acabou por fim a pesar para o lado da realeza.

Assim, podemos perceber que as camadas populares eram grupos com múltiplas faces, e que durante o fim da Idade Média só fez crescer em sua complexidade.

2.2 - FERNÃO LOPES E O SEU CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL.

O cronista Fernão Lopes tem sido estudado com afinco, há décadas, pela historiografia medieval portuguesa. Suas crônicas sobre a vida dos reis de Portugal são consideradas como um dos mais valiosos conjuntos de documentos da Baixa Idade Média.

Uma das crônicas do mestre português aqui estudada é a *Crónica de D. João I*, que relata os acontecimentos que ocorreram após a morte do rei D. Fernando e que seguem até a consolidação do reinado de D. João I, o Mestre de Avis, irmão bastardo de D. Fernando, que chega ao trono por meio de um processo de conturbação social conhecido como *Revolução de Avis*.

Esta Revolução não apenas iniciou algumas transformações, como ocasionou outras, e, sobretudo, deu início à Dinastia de Avis, uma dinastia que será responsável pela consolidação do processo de centralização, empreendido há tempos pela realeza lusitana, como será a impulsionadora de importantes mudanças no reino português, como as Grandes Navegações.

Todos estes acontecimentos estão ocorrendo paralelamente a outros importantes episódios da história da Cristandade. A Guerra dos Cem Anos abala a Europa, envolvendo quase todos os reinos em suas batalhas, polarizadas pelas duas grandes potências da época, França de um lado, Inglaterra de outro. A Igreja passa por um dos seus maiores e mais complexos momentos de crise interna, o Grande Cisma, chegando a ter concomitantemente três Papas em locais distintos clamando para si a legitimidade de ser o verdadeiro herdeiro da igreja de Pedro.

A economia sofre com alterações inesperadas do clima, e as populações decaem em uma mortandade terrível, fruto da Peste Negra, dizimando, em alguns locais, até 2/3 da população. Os surtos de fome se tornam crônicos e o panorama geral faz brotar nas mentes dos homens daquele tempo algo que já estava profundamente enraizado no imaginário medieval pela escatologia cristã: o fim dos Tempos e a chegada do Messias.

Devemos lembrar que estes episódios aparecerão nas crônicas contemporâneas, seja de modo explícito, seja veladamente. Para os nossos propósitos, mais importante que fazer uma mera análise de tais eventos, ou catalogar a sua aparição nos textos da época, busca-se compreender como o cronista, no caso Fernão Lopes, faz uso destes temas, notadamente através da utilização de elementos do imaginário, principalmente cristão, para construir uma narrativa que cria sólidos fundamentos ideológicos do poder, legitimando a ascensão de D. João I e da nobreza secunda que o acompanha.

Assim, busca criar imagens e representações que se tornarão modelos de conduta e valores, ao mesmo tempo que posiciona a dinastia avisina como detentora de um desígnio divino inquestionável. Desígnio este que lhe garante um lugar de centralidade no jogo das relações de poder.

Sobre o caso do reino português temos no dizer de Katuscia Quirino Barbosa que:

" o fim da dinastia de Borgonha em Portugal passou por crises econômicas e sociais decorrentes, sobretudo, da peste que atingiu o Ocidente no século XIV e das sucessivas guerras empreendidas contra Castela durante o governo fernandino. Portanto a conjuntura portuguesa à época em que D. João I chega ao poder era bastante delicada, por um lado por conta das crises que afetaram o reino durante o governo anterior e por outro pelo conturbado período de indefinição política e pelo próprio processo revolucionário que o levou ao trono.

A ascensão da casa de Avis representou uma época de mudanças profundas na sociedade portuguesa. Para grande parte da historiografia, seu advento significou o triunfo das novas estruturas, delegando maior importância às cidades e às populações urbanas, marcando uma mudança na composição política, sobretudo, pela renovação dos quadros da nobreza.

O primeiro grande desafio da nova dinastia foi a organização do poder régio, definindo suas bases de apoio. Gradativamente a dinastia de Avis estruturou um meticuloso projeto político norteador de suas ações tanto no plano interno quanto no externo, fundamental para sua consolidação no poder."⁵⁹

Não podemos esquecer que a grande nobreza senhorial portuguesa, que apoiou Castela durante o processo de vacância do trono, e nas batalhas que se sucederam, apesar de as ter perdido, estava longe de ser excluída da corte régia portuguesa e de manter sua influência em seus territórios. Aos poucos a mesma retorna, realizando acordos com a coroa, e sempre que entrevê uma fraqueza no seio da realeza, está presente para abocanhar uma

59 BARBOSA, Katuscia Quirino. A imagem do cavaleiro ideal em Avis à época de D. Duarte e D. Afonso V. Dissertação para obtenção do título de Mestre. UFF; Niterói, 2010. p. 95.

parcela maior de poder e influência.

Ocorre que um dos aspectos destas mudanças ocorridas, esta nobreza antiga não poderá mudar: a presença, na corte régia, de novos atores, de novos grupos sociais que ganham prestígio e passam a construir novas relações com o poder central, transformando lentamente o imaginário coletivo na medida em que o próprio campo do vivido, a realidade em si, passa por severas transformações.

Denominando como "Novos Tempos" Accorsi Jr. expõe que:

" É impossível falar dos eventos que marcaram o último quartel do século XIV em Portugal, sem referi-los a um contexto mais abrangente, comum a toda a Europa Ocidental. Em várias regiões, o continente foi sacudido por convulsões políticas e sociais, decorrentes da crise que caracterizou o final da Idade Média"⁶⁰

Estes "Novos Tempos", noção muito cara para a temporalidade do cristianismo, chegariam, segundo a sua própria lógica, em um momento histórico em que a humanidade estaria vivendo o seu "outono", antecedente ao inverno que viria para anunciar a chegada do Messias. Com ele viria o Juízo Final, onde algumas almas seriam salvas, mormente os justos, os fiéis servidores do Cristo, e outras condenadas pela sua infidelidade ao Rei dos reis.

A idéia de um "outono" surge da constatação de acontecimentos cruciais, como mencionado acima, no sentido de seu significado histórico, mas, sobretudo, desestabilizadores das estruturas da Baixa Idade Média. A chamada "sinistra trindade" - fome, peste e guerras - foram uma constante durante todo o medievo, mas foi a partir do fim do século XIII, e efetivamente nos séculos XIV e XV, que se apresentaram com uma intensidade inédita, atingindo de tal forma a cristandade, que os números mais aceitos pela historiografia demonstram um decréscimo de pelo menos um terço de toda a população européia (alguns chegam a falar em dois terços).

A peste foi trazida por barcos mercantis italianos, sobretudo genoveses, que embarcavam refugiados da colônia de Caffa, sitiada por asiáticos que jogavam corpos de cadáveres pestilentos sobre os muros da cidade. Rapidamente a população do mediterrâneo foi tomada pela doença, que ganhou o seu adjetivo graças às feridas negras que se acumulavam nas áreas glandulares dos infestados. Não demorou muito e grande parte do

60 ACCORSI Jr. Op. Cit. p. 52.

ocidente era dizimada pela epidemia, disseminada pelo desconhecimento dos indivíduos quanto às causas e aos métodos incipientes de contenção do contágio.

Os núcleos urbanos, que cresciam em grande proporção, foram os mais atingidos, pois as pessoas vivendo em condições pouco salubres, acabavam por se contaminar com maior rapidez, o que acarretou a fuga dos espaços citadinos para as zonas rurais.

A doença era transmitida pela pulga dos ratos, mas isto somente se descobriu tempos depois. Conforme a população diminuía, os ratos também se dissipavam, e a doença então foi sendo controlada.

Esta epidemia foi causadora de grave tensão social, pois apenas os mais ricos possuíam residências no campo com infra-estrutura, enquanto os pobres sofreram mais e foram amplamente atingidos. Casas, igrejas, palácios, poderes públicos eram abandonados, aumentando ainda mais o caos e a sensação de desolamento.

Nas palavras de Baschet:

" O ano de 1348 é, seguramente, uma data de grande importância.(...) No dizer das testemunhas, toda a organização social, até os laços familiares, é violentamente perturbada por isso. Segundo Guy de Chauliac, médico do papa, a mortandade e o medo que suscitava eram tão vivos que ' as pessoas morriam sem servidor e eram enterradas sem sacerdotes. O pai não visitava o filho, nem o filho visitava seu pai: a caridade estava morta e a esperança, abatida".⁶¹

Contudo não podemos deixar de ressaltar que com o tempo esta fuga dos aglomerados humanos fez com que o contágio diminuísse e aos poucos a doença perdesse a sua força, apesar de não desaparecer completamente até meados do século XVII.

Porém, cabe lembrar que antes destes acontecimentos muitas medidas foram tomadas pelos poderes "públicos": a proibição de reunião em torno dos moribundos, o despejo - prática comum - do descarte de dejetos e lixo em qualquer local da aldeia ou cidade e uma preocupação com a limpeza e a higiene que ainda estavam muito distante do que nos acostumamos a entender por asseio.

A peste também teve uma repercussão interessante no âmbito do imaginário. A noção da tragédia como fruto da ira divina foi rapidamente consolidada, e na maioria das vezes o luxo e a ostentação foram determinados como a causa deste castigo. Novas formas de

61 BASCHET, Jérôme. Op cit. pág. 248.

expressar a religiosidade entraram em cena, como a *devotio moderna*. Muitos santos ganharam uma nova leitura de seu papel intercessor, como foi o caso de São Sebastião, cujas flechas que o atingiram foram entendidas como os flagelos do século XIV.

Valas comuns, a impossibilidade de extrema união para muitos, fez com que o medo aumentasse e, diante da falta de respostas objetivas para o problema, algumas curiosas manifestações culturais do incidente podem ser apreendidas, como a *dança macabra*, que no entendimento do grande medievalista francês:

" é notável pelo conjunto de personagens que estão envolvidos e pela forma de sua manifestação. Se, de fato, o cadáver é essencialmente uma imagem individual da morte, a dança macabra é uma representação do conjunto da sociedade, de todas as categorias sociais e políticas que a compõem. Conduzida pelo papa e pelo imperador, ela faz toda a humanidade dançar, do rei ao nobre, ao burguês, ao camponês. Nem as mulheres escapam. O outro aspecto notável é o da dança. A igreja condenara firmemente as danças, consideradas como frívolas ou até pagãs e inconvenientes. Ela teve de ceder diante das danças da corte, que só triunfaram nos séculos XVI-XVII, mas refreara as danças pagãs. A dança macabra reuniu a cultura leiga e a visão clerical. Ela manifesta que a dança é uma diversão perniciososa, e que a sociedade caminha para a sua perdição ao dançar, sem mesmo precisar de satanás como mestre de baile. A Europa do macabro é uma Europa do desvario."⁶²

Os dois outros grandes desafios enfrentados pelo ocidente foram a fome endêmica e as guerras, como a emblemática e centenária guerra entre os reinos francês e inglês.

No caso dos períodos de escassez de alimentos, a historiografia entende que muito se deve à mudanças climáticas que provocaram alterações radicais na produtividade das colheitas, levando ao desabastecimento e a uma crise alimentar - sempre lembrando que os séculos XII e XIII foram de aumento da densidade demográfica e de um certo crescimento da produtividade. Na realidade este aumento da densidade demográfica gerou um processo de arroteamento dos campos, tomados anteriormente por florestas, sofrendo amplas áreas da cristandade um severo desflorestamento, o que impulsionou consequentemente as alterações acima mencionadas.

Devemos recordar do mesmo modo que as guerras travadas entre príncipes, barões e monarcas, geralmente traziam prejuízos para o transporte de insumos e alimentos e na captação da mão de obra, pois braços antes destinados ao campo tinham que ser deslocados

62 LE GOFF, Jacques. As raízes medievais da Europa. pág. 230.

para as batalhas. Tudo isto unido à peste negra fez com que a economia feudal, já por natureza frágil, sofresse uma desorganização de suas delicadas bases.

As lutas entre senhores, e muitas vezes entre estes e os poderes monárquicos em seu processo de ampliação e consolidação, direcionava recursos importantes para guerras que pouco ou nada traziam de melhorias para a sociedade medieval.

De certo modo o movimento de concentração do poder nas mãos dos reis foi uma solução encontrada para evitar tais infortúnios, mas foi também a causa de um outro tipo de combate, as grandes guerras entre reinos que, em alguns casos, acabavam por arrastar todo o ocidente.

Baschet faz referência ao mais emblemático destes eventos dizendo:

" A chamada guerra dos Cem anos opõe, a partir de 1328, os dois reinos mais poderosos do Ocidente, a França e a Inglaterra. Quando os três filhos de Filipe IV, o Belo, morrem sem herdeiros, pondo fim, assim, à linhagem dos capetianos diretos, a Coroa da França passa a um primo dos reis defuntos, Filipe de Valois, que deve enfrentar a contestação de um descendente mais direto, o rei da Inglaterra, Eduardo III, neto de Filipe, o Belo, pela parte de sua mãe. Durante mais de um século, os soberanos ingleses reivindicam a Coroa da França, lançam a partir de suas possessões continentais sérias ofensivas onde o rei João, o Bom, é feito prisioneiro, ganhando importantes batalhas. Com o Tratado de Troyes, em 1420, os ingleses parecem obter seus objetivos, impondo o casamento da filha de Carlos VI da França com Henrique V da Inglaterra e prevendo o acesso do filho fruto da sua união, o futuro Henrique VI, ao trono dos dois reinos. Além disso, ao afrontamento acrescenta-se uma guerra civil entre o partido dos Bourguignons, favoráveis aos ingleses, e os Armagnacs, fiéis ao " rei de Bourges", Carlos VII, que Joana d'Arc, jovem camponesa certa de estar investida de uma missão divina, convence a crer em sua legitimidade, a se fazer sagrar em Reims e a reconquistar o seu reino (1429-31)"⁶³

Contudo, estas cores outonais devem ser lidas e levadas em consideração ao lado de um processo paralelo, cujas consequências não são negativas, mas pelo contrário, permitem-nos vê-las como uma "primavera de novos tempos". Serão por sua vez responsáveis por muitas das inovações e vitórias consagradas pela história convencional como frutos da modernidade, esquecendo-se, portanto, que o desenvolvimento dos fatos históricos são movidos por um processo de longa duração.

Após a desestruturação do sistema produtivo rural, as populações que sobreviveram aos eventos negativos narrados, passaram a cultivar terras mais férteis. Isto gerou um

63 BASCHET, Jérôme. Op. cit. pág. 250.

aumento da produtividade e, assim, da rotina alimentar do ocidente. O maior espaço criado com a diminuição da população foi compensado com o aumento da prática do pastoreio e da criação bovina, o que aumentou o consumo de carne e dos produtos de origem animal.

O comércio, apesar de abalado pela crise, aos poucos retomou sua curva ascendente e continuou a se desenvolver, consolidando uma trajetória que posicionava a burguesia como força social integrada nas relações de poder. Devemos, por outro lado, admitir que esta burguesia ainda não possui a ambição do lucro típica do capitalismo, pois o que almejava era conseguir alçar-se à categoria de nobre.

Estes homens cada vez mais ricos e que mantinham seus negócios nas cidades - mas que construíam palácios nos arredores, copiando o modo de vida nobiliárquico - muitas vezes uniram forças com a nobreza, levando ao fim do século XV à expansão marítima sobre o oceano Atlântico. Suas técnicas de navegação melhoravam em conformidade com o seu avanço, cujo melhor exemplo é o surgimento e incremento da caravela, tipo de embarcação fundamental no futuro do ocidente.

As inovações técnicas e tecnológicas ocorreram em todos os campos, sobretudo devido ao acentuado aumento das universidades e das trocas intelectuais com mestres e filósofos do oriente - muitos fugindo do avanço turco - que traziam tanto obras da antiguidade, ausentes por longo tempo no ocidente, como instrumentos de todo tipo, por exemplo, a bússola e o astrolábio.

Estes acontecimentos são paralelos ao fenômeno da disseminação do livro e da leitura, fazendo aparecer frequentemente nos núcleos urbanos, corporações e oficinas dedicadas à cópia de manuscritos até que a imprensa de Gutemberg, com seus tipos móveis, surgisse para revolucionar de vez a quantidade de obras publicadas.

Enfim, foi durante todas estas conturbações, convulsões e inovações que vemos Fernão Lopes escrevendo a história dos reis de Portugal em diversas crônicas.

As informações sobre a origem de Fernão Lopes são escassas e o que se sabe sobre o seu passado e sua formação, antes de integrar a corte régia, é baseado em suposições e em alguns poucos documentos.

Acredita-se que recebeu instrução quando jovem, possivelmente em um mosteiro ou no Estudo Geral em Lisboa, pois podemos ver em seus textos, referências a autores e filósofos de considerável envergadura, como Aristóteles, Beda, Cícero, Eusébio e Tito

Lívio⁶⁴.

Sua origem deve ter sido humilde, pois há um documento mencionando uma escritura de compra e venda de um imóvel em seu nome, em que as testemunhas são pessoas com profissões ditas do povo miúdo, como um sapateiro e um porteiro, entre outros desta mesma ordem. De qualquer modo, conseguiu uma ascensão social bastante considerável, pois, possivelmente, viveu boa parte da sua vida bem próximo da corte dos reis de Portugal.

O ambiente cultural de seu tempo pode ser bem expresso pela constatação do posicionamento do livro como um importante instrumento de disseminação da cultura, e que esteve na base de toda a educação, nos mosteiros, universidades, nas igrejas ou nas cortes, tendo a função tanto de educar como de divertir.⁶⁵

Lembremos que os monarcas avisinos e os seus infantes, quando não foram incentivadores ou financiadores, se apresentaram como autores de obras relevantes. Um tipo de literatura apologética, ascética ou moral, ou em forma de tratados técnicos, é fruto desta produção livresca palaciana.

D. Duarte, filho de D. João I, por exemplo, foi possuidor de uma rica biblioteca para o padrão de seu tempo, pouco mais de oitenta obras. Uma das mais relevantes destas obras eduardianas é o *Livro dos conselhos de EL-Rei D. Duarte*. Também conhecido como o livro da Cartuxa, esta obra é uma coletânea de cartas e outros escritos, a maioria escrita pelo próprio rei D. Duarte, produzidos entre 1423 e 1438.

Outro exemplo é o livro escrito pelo próprio rei D. João I, o *O Livro da Montaria*, tratado técnico e didático referente a assuntos relacionados à arte de caçar. D. Duarte, por sua vez, será também responsável pelo *Ensinaça de bem cavalgar toda a sela* buscando resgatar o culto da equitação.

Assim, as obras de Fernão Lopes nasceram neste ambiente cultural rico, tendo a corte régia como seu espaço de atuação, e intimamente ligado ao processo histórico de ascensão e legitimação da nova dinastia.

Seu primeiro cargo na corte de D. João I foi o de Guarda-mor da Torre do Tombo, em 1418, outorgado pelo então infante D. Duarte, que também será o responsável por entregá-lhe a incumbência que o colocará definitivamente na história de Portugal, e porque não do Ocidente. Será nomeado Cronista-mor do reino português com a missão de narrar em

64 CIÁSSICOS portugueses. Trechos escolhidos. Fernão Lopes: *Cronica de D. Pedro I*. Lisboa: Livraria clássica Editora, 1963.

65 VERGER, Jacques. *Homens e saber na Idade Média*. São Paulo, 1999.

crônica a história dos reis portugueses desde sua independência com o rei Afonso Henriques.

Nas palavras do historiador Roberto Godofredo Fabri Ferreira:

" Guardiã-mor dos arquivos da Torre do Tombo, Fernão Lopes foi convocado por D. Duarte, ainda durante o reinado de D. João I para escrever a história dos reis de Portugal. São creditadas a ele a Crônica de EL-Rei D. Pedro, Crônica de EL-Rei D. Fernando, e a I E II parte da Crônica de EL-Rei D. João, complementadas posteriormente, em uma terceira parte, por Gomes Eanes Zurara. São também atribuídas a Fernão Lopes as crônicas dos reis de Portugal, abrangendo do governo do conde D. Henrique ao reinado de Afonso III."⁶⁶

Além do valor histórico inerente ao trabalho, pois nos oferece uma gama muito valiosa de informações sobre diversos acontecimentos que permitem entender como os fatos ocorreram, Fernão Lopes vai além do labor tradicional de um cronista medieval. Como o próprio autor situa a sua obra, seu objetivo principal não é um puro louvor às grandes figuras da história do reino, mas sim buscar com imparcialidade a verdade dos fatos.

Neste contexto, ele utilizou o cargo de guardião da Torre do Tombo e de Tabelião Geral - será nomeado para tanto pelo infante D. Fernando em 1437 - para escrever um trabalho que incorporou métodos até então pouco utilizados, como a análise de documentos, leitura crítica de fontes e uma investigação minuciosa que recorreu até à busca de testemunhos orais de indivíduos presentes nos fatos narrados. No entanto, em grande parte das crônicas, a versão que determinará a verdade será a sua, o que nos faz duvidar de uma pretensa imparcialidade. De qualquer modo é um trabalho original que utilizava na primeira metade do século XV, grosso modo, métodos de uma historiografia de séculos bem posteriores.

Luis de Souza Rebelo, por outro lado, analisando as crônicas de Fernão Lopes, descortinará com muita propriedade a intensa carga ideológica do projeto, posto que a dinastia avisina constantemente depara-se com questionamentos sobre a sua legitimidade. Dirá este que :

" Na memória da velha nobreza perduravam ainda dúvidas e incertezas, levantadas por um longo debate acerca da legitimidade moral da nova dinastia. Irrequieta, ciosa da sua posição e dos seus privilégios, a nobreza

66 FERREIRA, Roberto Godofredo Fabri. O Papel do Maravilhoso na Construção da Identidade Nacional Portuguesa - Análise do Mito Afonsino (Séc. XIII-XV). Dissertação de mestrado. UFF. Niterói, 1997.

aceitava mal a autoridade do poder central, que apoiado pela burguesia, fortalecida na revolução, tinha dificuldade em fazer respeitar. E era essa nobreza que iria ler e ouvir as suas crônicas, como claramente o mostram as preocupações de Fernão Lopes como autor."⁶⁷

Mais do que apenas compilar trechos de outras obras, o que Fernão Lopes fará será uma produção de memória intencionalmente direcionada na busca de um posicionamento da dinastia avisina como predestinada e eleita por Deus para ocupar o poder.

Neste sentido, cabe lembrar o que já trabalhamos acima, com a colocação da mencionada historiadora Vânia Leite Fróes⁶⁸ ao afirmar que a dinastia de Avis construiu um discurso legitimador, por ela denominado de "Discurso do Paço", que fomentava a afirmação da nova dinastia e da identidade nacional portuguesa e ao qual se associava uma imagem venturosa e carismática do rei e da realeza como elementos essenciais para a unidade do reino. A criação de um discurso deste tipo demonstra, entre outras coisas, a necessidade de conquistar a aceitação daqueles que ainda tinham dúvidas ou questionavam a legitimidade da dinastia de Avis e da nobreza secunda que o apoiara.

O estilo das crônicas é marcado por uma escrita que se assemelha muito a uma oralidade. É notório que dentro dos círculos nobres, a maioria dos pertencentes a esta classe não sabiam ler. Assim essa leitura associava um público ouvinte e criava uma rede de transmissão oral do que era absorvido.

Segundo Oliveira Marques "nas cortes e nas casas abastadas de nobres, clérigos e burgueses, lia-se com frequência como meio de diversão e educação".⁶⁹

No que concerne a obra em si, Fernão Lopes destaca diferentes eixos de força na sua narrativa dos feitos monárquicos e da nobreza secunda que a apóia: um plano ético-político, um plano jurídico e um plano providencial. Apresentando, com talento raramente visto neste período, nos fatos narrados, Lopes descreve inúmeras situações ocorridas em diferentes espaços e ambientes. Sua história acontece nos paços régios, na área rural, cercos e batalhas, vilas e cidades, acordos diplomáticos e outras situações relevantes na compreensão do imaginário e do modo de agir do período. Fará vir à tona toda uma gama de personagens que exemplificam os diferentes tipos sociais da época: clérigos, reis e rainhas, nobres, cavaleiros e uma massa popular insurgida que toma feição de personagem.

67 REBELO, Luis de Souza. A concepção do Poder em Fernão Lopes. Lisboa, Livros Horizonte, 1983, p. 26.

68 FRÓES, Vânia Leite Fróes. Teatro como missão e espaço de encontro de culturas: estudo comparativo entre o teatro português e brasileiro do século XV. Fundação Evangelização e Culturas, 1993.

69 MARQUES, Op. cit. p.419.

O autor criará um fio condutor com algum rigor sequencial. Seu estilo narrativo refletirá o contexto de um tempo de transformações, inovações e descobrimentos. Todo esse corpo literário, lembremos, terá como função primordial identificar imagens de reis portugueses que se mostraram "exemplares", verdadeiros "modelos", evocando um sentido de algo a ser contemplado. Ao lado do rei, principalmente na figura de Nuno Álvares Pereira, há uma força social que apóia o Mestre de Avis incondicionalmente, e ganha relevo nas páginas das crônicas, algo que dificilmente se via em outros trabalhos do gênero de seus contemporâneos.

Há por fim uma visão de unidade e de conjunto que estará presente determinando suas crônicas como um corpo único e cronologicamente ordenado.

Contudo, apesar dos estudos mais célebres e consolidados ainda hoje enfatizarem nas crônicas de Fernão Lopes a preocupação em construir modelos e contra-modelos régios. Temos o cronista costurando uma complexa teia de imagens, onde a nobreza secundogênita, que esteve ao lado do Mestre de Avis quando este mais precisou, surge legitimada através do que se entende como um verdadeiro paradigma de nobre, personificado na figura de Nuno Álvares Pereira, como um súdito ideal. A mesma nobreza que, após o processo revolucionário, galgou títulos e passou a frequentar o núcleo da corte régia.

Nuno Álvares Pereira é descrito como o cavaleiro que conduzirá as tropas portuguesas à vitória e que demonstra ser um verdadeiro e incondicional servidor da dinastia avisina. Suas características, portanto, definem parte do que Avis espera da nobreza a partir de sua consolidação no poder.

Este movimento tem duas vertentes: se por um lado serve aos propósitos civilizadores e de "domesticação" da nobreza, fundamentais para o processo de centralização do poder nas mãos dos reis de Avis, é também uma arma simbólica de enorme eficácia para estes nobres de fraca, ou nenhuma, linhagem que sofrem questionamentos quanto ao seu direito de participarem do espaço da corte e das decisões que lá se tomam. Isto vale para nobres que são oriundos de grandes casas, mas ocupam uma posição secundária, como o caso de Nuno Álvares, filho secundogênito da antiga linhagem dos Pereira.

Direcionando o olhar para o movimento de conturbação social, percebe-se que o processo de sublevação popular, que se deu em 1383-85, não é tão simples de ser compreendido. Ao lado de uma luta por igualdade e liberdade, mesmo que levadas a cabo de modo mais intuitivo que programático, havia também nas revoltas populares uma indignação

perante a não atuação dos nobres consoante com o que deles se esperava dentro do quadro do chamado "direito feudal".

Jérôme Baschet ensina que:

" A feição anti-senhorial desses movimentos parece evidente. Mas até que ponto e com que grau de consciência e de ação críticas? Apenas o endurecimento do regime senhorial parece ser denunciado pelo movimento aragonês dos *remensas*, em nome de uma ligação com a antiga tradição, e é, sem dúvida, essa moderação que explica o seu sucesso, de resto favorecido pela autoridade do rei.

Durante a Jacquerie, os castelos queimam, as filhas dos nobres são violentadas e mortas com suas famílias, mas é bem possível que os insurgentes, mais do que negar a ordem senhorial, agissem em nome de uma imagem perfeita dessa ordem, da qual eles denunciavam a alteração. Com efeito, a derrota diante dos ingleses joga o descrédito sobre os nobres, que falharam em sua missão de defesa. A dominação senhorial, duplicada por uma exigência fiscal régia, parece, então, ainda mais injustificada, já que os nobres continuam a dar mostras de um luxo ostentatório, julgado escandaloso em tal contexto. Acusados de corrupção e de traição, os nobres aparecem como indignos de continuar a ser tratados como nobres.

Entretanto, é difícil traçar o limite entre tal atitude, que denuncia os senhores em nome da idéia senhorial, e uma contestação dos fundamentos da dominação social, sobretudo se se considera a dinâmica inerente a todo movimento social."⁷⁰

Fernão Lopes demonstra que o povo das cidades, e também os camponeses, estão insatisfeitos pela precária condição em que se encontram. Porém, há agora uma mudança no sentido das reivindicações, onde um primeiro momento será condizente com o antigo modelo tripartite, mas aos poucos irá se transmutar, no bojo da própria narrativa, em algo diverso, no que se entende como uma nova conformação das forças sociais.

Sobre o caso português, importante são as palavras de Saraiva quando diz:

" Concretamente enquanto o alcaide de um castelo devia fidelidade ao senhor que legitimamente lhe entregava as chaves, ou aos seus sucessores, legítimos herdeiros do domínio do castelo, segundo uma hierarquia vertical, a população da vila, isto é, os homens livres, lavradores, mercadores ou artesãos, sentiam-se, pelo contrário, irmanados na defesa de um espaço comum dentro dos quais tinham criado e só estavam ligados ao senhor, mais ou menos submissamente, em todo o caso passivamente, por mera imposição da força.

Os acontecimentos de 1383 puseram a claro esta oposição. O direito de naturalidade com o nome de Portugal e o direito senhorial com o nome

70 BASCHET, Jerome. op. cit. pág. 258.

afrontaram-se claramente; e, como este se identificava com o grupo governante, toda autoridade apareceu odiosa aos homens das vilas e, por contágio, a muitos camponeses pobres. Assistiu-se então a um acontecimento de grande valor simbólico: a demolição dos castelos pelo povo das vilas, uma espécie de premonição da demolição da Bastilha, em França.

O debate entre os dois direitos correspondia não só à oposição entre Portugal e Castela, mas também à oposição entre dominados e dominadores, e unia num mesmo vínculo, por um lado, os fidalgos, fosse qual fosse o seu lugar na cadeia de vassalagem, e, por outro os não fidalgos, fosse qual fosse o seu estatuto econômico. A ocasião fulgurante esbateu os particularismos característicos da sociedade medieval e tornou clara a linha divisória fundamental: os que possuíam terra como patrimônio e os que eram possuídos como parte desse patrimônio."⁷¹

Com a morte do rei D. Fernando, a regência da rainha sem popularidade, a iminência de invasão pelos castelhanos, o povo esperava que os grandes senhores portugueses tomassem o controle da situação e que enfrentassem os desafios daí decorrentes, já que este é o papel de um *bellatore*. Porém, estes nobres ainda pensam em termos de um direito patrimonial, em termos de uma ordem jurídica de cunho feudal, e, deste modo, dirigem sua fidelidade para aquele que entendem ser o legítimo possuidor da coroa real.

Esta atitude será severamente atacada por Fernão Lopes, traduzindo o cronista a sua estratégia de combate a estes "traidores" com uma formulação da organização do todo social centrada no papel do rei enquanto protagonista e detentor primeiro das atribuições antes divididas com os grandes nobres.

Tratará estes personagens, representantes do setor nobre da sociedade portuguesa, sob a ótica de uma estrutura jurídica diversa. Para o cronista estes senhores nobres que defendem o rei castelhano não são verdadeiros portugueses, não tem amor à pátria, mas são cobiçosos e covardes, incapazes de manter o seu dever moral e jurídico de defender o reino.

Ora, na cabeça destes nobres, muito provavelmente agiam de acordo com as regras da sucessão feudal, e também com o costumeiro modo de agir político do direito feudal. Uma vez que o trono estava vacante, dirigiam a sua atenção para aquela força política que se mostrava capaz de manter seus privilégios, e que de algum modo argumentava com uma persuasão razoável no sentido de seu direito ao trono.

Diante do ideal de nobre que será modelado e defendido pela crônica como o correto, esta atitude é altamente nociva ao reino. O verdadeiro nobre deve defender o território do

71 SARAIVA, Antonio. O crepúsculo da Idade Média em Portugal. Lisboa: Gradiva, 1988. p. 168-169.

reino, a terra onde nasceu, o povo que planta o alimento que come, os artesãos e as cidades que lhe vestem, o rei que deste possui a confiança e a lealdade.

Deste modo temos em Fernão Lopes a formulação de um princípio de nacionalidade quase que inédito. E com ele temos também a noção de nobreza especificamente portuguesa. Percebe-se que o cronista ainda se situa em uma argumentação de natureza ético-jurídica. A sua singularidade se reforçará, e ganhará seus contornos mais inefáveis, quando trouxer o plano providencial para a modelagem destes arquétipos de nobre.

Lembrando que o texto de Lopes tinha como função uma produção de memória, que ao ser lida em voz alta nas cortes régia e senhoriais, trazia aos ouvintes os comportamentos exemplares visados pelo poder central, efetivos fundamentos ideológicos da organização social que se queria estabelecer, o posicionamento narrativo destes personagens nobres enquanto desleais ao reino, dava eficazes subsídios ao projeto centralizador da monarquia portuguesa.

O exemplo de lealdade e dignidade mais poderoso que surge na crônica é exatamente o de Nuno Álvares Pereira, posto que em todas as situações em que se percebe questionado quanto às razões de suas atitudes, este cavaleiro irá se mostrar detentor de uma lealdade incondicional. Isto somente é possível pois a causa do partido de Avis vai sendo demonstrada como a única que realmente responde aos atributos de uma atuação política legítima, frente a este novo cenário, o palco dos "verdadeiros portugueses".

Lembre-se também que há uma formulação implícita, um projeto em andamento, de determinação da figura do "súdito", ou seja, ao lado dos antigos deveres de cada ordem, no modelo tripartite, o programa centralizador procurava fortalecer esta noção que faz da organização social um gráfico bilateral, com o poder régio acima e todos os outros participantes do reino abaixo.

Ocorre que havia um problema grave na questão da legitimidade do Mestre de Avis, pois, mesmo sendo filho de D. Pedro I, e meio irmão de D. Fernando, o Mestre era bastardo, e ainda mais, era membro de uma ordem religiosa: fez portanto um voto a esta, o que praticamente lhe impedia de postular o título de rei.

Para dar conta deste problema é que a crônica ganhará os seus mais interessantes aspectos, e suas mais inteligentes posturas discursivas. No contexto da formação de uma nova organização social, Lopes fará uso dos já mencionados elementos do imaginário medieval.

O sentimento que temos ao ler esta crônica é a de uma grande saga, em que ao lado de D. João I está Deus, sempre lutando junto aos portugueses quando estes não têm mais força suficiente. Esta sequência de intervenções divinas é o elemento narrativo responsável por fazer com que a ilegitimidade do Mestre, fruto da bastardia, vá perdendo força, e de modo contrário, sua figura vá ganhando confiança, e todos os que são leais a ele, se mostram modelos de virtude e com o comportamento de um súdito exemplar. Seja o nobre, seja um homem do povo.

As manifestações da divindade ocorrem em inúmeros momentos, e é no contexto da convulsão emanada do Grande Cisma da cristandade, que Lopes fará a distinção dos que são legítimos defensores da crença cristã e os que são heréticos e cismáticos, sedentos por poder e esquecendo do dever de obediência à igreja fundada pelo próprio Cristo.

Como Castela era aliada de França, sua posição neste embate era obrigatoriamente a de defesa da causa do partido de Avignon. Isto surge na crônica como uma clara evidência do que o que ocorria em Portugal era uma luta do bem contra o mal.

Neste diapasão, Lopes vê uma excelente oportunidade de dar aos seus personagens uma força ideológica imensa. Parecidos com os heróis dos romances de cavalaria já em voga há pelo menos um ou dois séculos, seus protagonistas estarão revestidos de características que ultrapassarão o mero agir político.

As suas missões estão ligadas ao próprio destino da cristandade, e não há como negar que aquele que ouve tais histórias, com todo o seu conjunto de maravilhas e milagres, será tomado de afeição por tais figuras e, assim, o texto conduzirá a sua opinião do que está certo (Portugal) ou errado (Castela), baseando-se nos modelos presentes na crônica.

Os personagens que aqui fazemos menção também tomaram o corpo de entes coletivos. Condizente com a proposta de estabelecer uma "face", uma "estrutura", definitiva e consolidada para o reino português, Lopes faz de Lisboa, e do próprio "povo de Portugal", personagens ativos e com voz própria. Esta estratégia narrativa será de enorme eficácia, pois Lisboa até hoje é sem dúvida marcada pela imagem de uma cidade que canalizou e despendeu todas as forças e suplícios na defesa de todo o reino.

O já citado autor luso enquadra bem esta fórmula retórica ao dizer que:

"Lopes atribui um papel decisivo a forças que não caberiam num palco de teatro, amplas e irresistíveis como enchentes sobre as quais boiam, à deriva, os grandes personagens e as suas "cuidações". São as forças gregárias,

animadas de uma vontade definida, com a cidade de Lisboa ou os povos do Reino, cuja ação já observamos no desenrolar dos acontecimentos."⁷²

Nesta mesma linha afirmará que:

" São frequentes no nosso autor fórmulas como "todos postos sob um mesmo cuidado", "todos animados de uma só vontade", "quando a cidade soube", "voz de grande espanto foi ouvida por todo o Reino", etc. E outro processo muito seu é resumir um sentimento coletivo através de um dito, de uma voz que sai da multidão... " e " Fernão Lopes é assim levado a tratar uma coletividade como se fosse uma pessoa, não encontrando outra maneira de definir a vontade e o sentimento com que intervém nos acontecimentos. Como já vimos, Lisboa é uma mulher que acorre a defesa do mestre e é alegorizada como "mãe e ama destes feitos".⁷³

Assim, parece cabível afirmar que Fernão Lopes tratou de estabelecer em sua crônica novos parâmetros éticos, políticos, e mesmo uma nova ordem jurídica, utilizando, sobretudo, seus personagens como arquétipos, como representações de toda uma força social, que levaria os ouvintes-leitores, diante dos feitos heróicos dos protagonistas - ou pelas ações vergonhosas dos inimigos - a adotar os comportamentos e atitudes destes heróis como grandes modelos.

Isto tudo sendo levado à cabo por uma corte régia que intencionalmente incentivou e fundou instâncias de produção de ferramentas, instrumentos e fundamentos ideológicos voltados exatamente para formular e apregoar uma *propaganda* política que "gerenciasse" sentimentos e desejos, e convencesse a opinião pública dos súditos de seu projeto político e de sua legitimidade enquanto detentores do poder.

Também é bastante cabível que esta formulação de arquétipos, com profunda força no imaginário dos portugueses, estava voltada na regulamentação de uma sociedade de corte centralizada no paço régio.

As novas forças sociais, como os grandes mercadores e os nobres secundos que apoiaram o Mestre, enquadradas em espaços de atuação política, antes vedados a elas, necessitavam não apenas legitimar seus atributos materiais para a sua ascensão - ou seja, sua capacidade de arcar com os custos da vida de corte - mas adotar um novo comportamento, já que o reino teria compromissos fundamentais frente aos outros reinos estrangeiros.

Como vimos a política e as relações internacionais entre as potências monárquicas,

72 SARAIVA, Antonio. op. cit. pág. 194.

73 SARAIVA, Antonio. op. cit pág. 195.

que também se consolidavam na Europa ocidental, estavam entremeadas e seus interesses se misturavam com intensidade cada vez maior.

Uma vez passadas todas as vicissitudes dos períodos de crise, a expansão mercantil portuguesa, devedora sobretudo de seu inaugural projeto centralizador, levará o pequeno reino ibérico à novas empreitadas, cobrando do mesmo novos enquadramentos burocráticos e toda uma reorganização da máquina administrativa.

Mesmo parecendo algo bastante distante, as crônicas foram fundamentais nesta tarefa, já que, mesmo não adentrando diretamente as transformações do campo puramente material, faziam mais, moldavam e construíam o imaginário português, para que aquelas transformações fossem capazes de ser efetivadas e o seu processo e necessidade compreendidas, em um ambiente histórico e político muito mais complexo.

Homens e seus espíritos viviam a conturbação característica de todo momento de ebulição das transformações culturais, transformações que se fazem em movimentos de longa duração.

Se por um lado as novas e avançadas técnicas de navegação, a produção de alimentos e a expansão das terras cultivadas, a revitalização dos espaços urbanos e das cortes régias, pareciam fazer nascer um novo mundo, por outro no âmago das aspirações e dos espíritos, muito daquela intensa sacralidade e dos mandamentos cristãos permaneciam como imperativos categóricos na hora de determinar como o futuro emergiria, e, notadamente, como as almas deveriam ser salvas da condenação cotidianamente presente e ameaçadora.

Fernão Lopes, ou muito ciente disto, ou ainda dentro das contingências do seu tempo, faz uso da relação ordem divina em oposição à ordem terrena, para dar credibilidade, legitimidade e consolidar a dinastia que o contratara.

Uma fundamental problemática que merece reflexão é a questão de seu público alvo, pois não podemos deixar de recordar que o cronista possivelmente escrevia para uma audiência específica, o que nos parece provar que há uma fluidez literária na narrativa e uma estrutura de texto que lembra muito de perto algo feito para ser lido em voz alta.

Um dos pilares desta circulação provavelmente foram as ordens mendicantes, notadamente a franciscana, que pregava nas regiões mais distantes, e que tinha uma influência e credibilidade bastante consolidadas na Baixa Idade Média.

Esta assertiva se funda em elementos do próprio texto, já que os sermões de frades franciscanos a todo tempo surgem como eixos de força fundamentais da narrativa,

principalmente quando nos referimos ao projeto retórico e os usos de postulados e mecanismos literários e religiosos.

Conforme caminhamos por alguns trechos da crônica, nos é possível perceber a importância dos franciscanos, principalmente os da corrente chamada "espiritual", uma ordem que aparece como um guia moral e exegeta do caráter sobrenatural e religioso dos acontecimentos, fazendo, deste modo, o que se propõe como que uma leitura da vontade divina.

Ao montar o cenário para a eleição do Mestre de Avis como o monarca legítimo de Portugal, Lopes responderá a dois tipos de processos eletivos, mecanismos políticos estes que nesta época eram bases das mais influentes no momento da determinação de um indivíduo à condição de rei.

Havia a eleição por parte do povo, geralmente realizadas, e sobretudo no caso de Portugal, em cortes, onde se reuniam os diversos substratos da sociedade. Ao lado desta, um outro modo de eleição ocorria, baseada na questão imaginária da essência divina. .

Luís de Souza Rebelo⁷⁴ nos ensina que a eleição dos reis tinha fundas raízes na tradição ibérica e data do tempo da monarquia visigótica, que havia sabido manter o sistema com notável regularidade.

Os monarcas de Espanha intitulavam-se sempre reis por "direito de eleição" e defendiam a integridade deste princípio. Em Portugal a hereditariedade da coroa era um costume institucional e aparecia normalmente reiterada nos testamentos dos soberanos. Mas, em conformidade com as doutrinas dos legistas, aceitava-se que por falecimento do rei, o contrato ou pacto de sujeição, que estabelecia a obediência dos povos ao soberano, cessava imediatamente, e o poder era devolvido ao reino. Este ficava então livre para escolher um sucessor que o governasse.

Essa eleição fazia-se, porém, dentro de determinadas condições. O colégio eleitoral era constituído pelos vassallos com representatividade, o corpo organizado da nação, formado pelo alto clero e pela nobreza de Portugal, congregados em cortes. Por outro lado, os candidatos ao trono tinham de reunir os requisitos de elegibilidade, e estes estipulavam que eles fossem descendentes de reis. A eleição fazia-se, portanto, dentro de uma casta.

E uma vez escolhido o novo rei, era ele aceito por aclamação. No ritual lusitano os reis nunca eram efetivamente coroados. E, por isso, sempre que nos referimos à coroa, a

74 REBELO, Luis de Souza. "A concepção do Poder em Fernão Lopes." Lisboa, Livros Horizonte, 1983.

exemplo do que fazem, aliás, muitos autores, utilizamos obviamente uma metáfora cômoda e generalizada para indicar o poder real.

Tal havia sido a norma da sucessão do trono em Portugal desde a fundação da monarquia, e tal foi a que se seguiu, quando analisamos seus mecanismos formais, nas cortes de Coimbra que elegeram rei, o Mestre de Avis. Na tramitação processual tudo decorre de harmonia com os princípios tradicionalmente estabelecidos, não havendo nela qualquer alteração na prática corrente.

De igual modo, no que diz respeito à origem do poder até a data desta eleição, não havia surgido qualquer dificuldade, porque se tinha acatado o princípio da primogenitura dos filhos legítimos, o qual regulava a sucessão hereditária. E esta coincide com o processo de transmissão carismática do poder que é inerente ao próprio sistema de sucessão.

O caso porém, muda de figura, quando se dá uma quebra na cadeia de transmissão do carisma, que nas condições normais de sucessão, só poderia ocorrer por deficiência no exercício da função, assim que o rei deixasse de exercer o poder em conformidade com o Bem Comum. Isto mesmo declara o Infante D. Pedro no *Tratado da Virtuosa Bemfeitoria*, obra redigida cerca de 1415, ou entre uma data anterior a 1433, ao examinar o segundo grau de sujeição, que diz respeito às relações entre governantes e governados.

Daqui se deduz que a investidura dos reis pode resultar da direta manifestação da vontade divina, a "*expressa comissom devynal*", no dizer do autor (D. Pedro), que abona o seu juízo com exemplos bíblicos; pode provir da eleição feita pelos povos ou comunidades; pode dar-se por herança, e pode conseguir-se ainda por conquista.

Cumpre, no entanto, notar que de acordo com esta ordem, a eleição precede o recebimento da coroa por herança, e que, em qualquer dos casos citados, todo o poder que recebem os reis emana de Deus, cabendo ao monarca, como seu fiel depositário, governar o reino com prudência e justiça, para manter os povos na "*dereytura*" da justiça e salvaguardar a natureza do seu mandato.

Todas estas considerações que resumem a doutrina medieval sobre a investidura dos reis, nos situam na mesma órbita do pensamento político sustentado por Fernão Lopes nos prólogos das suas crônicas.

Cabe ressaltar que o Deus cristão - na verdade, para estes casos, mais o Deus do Velho Testamento - era tido como o detentor último da soberania, e o que acontecia era que os reis ganhavam poderes delegados. Daí surgindo uma gama de privilégios e, por outro

lado, de incumbências e obrigações. O governo de um monarca era "lido" em seu sucesso ou fracasso sob a perspectiva de contar ou não com o apoio de Deus. Ou seja, todo o sinal que denotasse fraqueza e derrota por parte de um rei ou nobre, imediatamente era compreendido como castigo, e o contrário também valia da mesma forma.

O mundo de corte em que se encontravam os monarcas avisinos e a nobreza secunda a ela fiel cobrava uma legitimidade que foi alcançada, ao menos se seguirmos o exemplo da crônica, através de uma produção de memória dos fatos, em que Deus a todo tempo intervém a favor dos portugueses, deixando claro quais eram aqueles que mereciam a sua chancela, que tinham seus atos aprovados no mais justo dos julgamentos, principalmente por que agiam de modo correto segundo os preceitos do maior dos juízes.

No caso específico das cortes de Coimbra podemos reparar que desde a fundação da monarquia lusitana até 1385, a função do poder eletivo, implícita no *pactum subjectionis*, nunca fora exercida pelos vassalos que representavam o reino e detinham a soberania, porque a transmissão da coroa se tinha feito sempre por herança. O reino era, portanto, o detentor de um *poder latente*, de um poder *em princípio*, que não se manifestava enquanto o seu exercício estivesse entregue a um chefe que merecesse confiança.

Consequentemente esse poder, que era do reino, havia sido deferido e nunca verdadeiramente *realizado*. É só nas Cortes de Coimbra que ele é utilizado pela primeira vez e efetivado. Mas ao fazê-lo, e ao por termo à dinastia que havia regido os destinos de Portugal até então, os seus representantes, à luz do critério tradicional, tinham quebrado implicitamente a cadeia carismática do poder

Ocorre que como já dissemos outrora, o labor narrativo de Lopes irá relatar eventos em que transparece uma escolha clara da soberania divina a favor do partido do Mestre, conduzindo a um raciocínio lógico do leitor-ouvinte de que esta quebra legítima da transmissão do poder e do carisma nunca realmente se deu, mas muito pelo contrário, ocorrera uma renovação da "verdadeira aliança entre Deus e os homens", estando estes representados pelos cristãos portugueses, guardando a ascensão de Avis um carisma muito maior, tal qual a Nova Aliança instaurada por Cristo e seus apóstolos.

Diante desta questões, ressaltamos que o Messianismo político trazido por Lopes para a crônica, e os elementos do imaginário da época, devem ser entendidos sob o prisma de que, para além de demonstrar na sua construção discursiva o advento do carisma, deve-se do mesmo modo compreender, até mesmo pelo conjunto das práticas sociais, como uma

força social, como a nova nobreza que ascendia ao poder, era capaz de ganhar legitimidade no tabuleiro das relações entre grupos político-sociais já estabelecidos.

Seguindo o mesmo expediente utilizado para a dinastia avisina, esta nobreza também se moldará como cristã por excelência, e o seu paradigma, o seu modelo maior, Nuno Álvares Pereira surgirá sob uma áurea que ousamos dizer beirar o campo hagiográfico.

Dentro desta perspectiva é que se tangencia a dicotomia entre uma ordem divina e outra terrena, enquadrando uma estratégia de propaganda política, que se faz devedora da utilização de elementos do imaginário da época.

Mais do que simples manifestação da sacralidade medieval, as recorrentes referências à ordem divina manifestada sob as mais variadas formas na prosa cronística, constituem-se numa excelente porta de acesso ao universo de valores que o discurso de Avis procura fazer circular. Seu objetivo era, através da insistente repetição, fazer emergir a consciência da subordinação dos valores de uma sociedade feudal tradicional em relação a um universo mais abrangente e inclusivo. Predominava assim a idéia do "serviço de Deus" sobre as obrigações de caráter pessoal próprias da sociedade feudal, como sentido último das relações interpessoais.

Sabemos da longa duração dos esforços da ortodoxia cristã para impor a predominância dos valores que representava numa sociedade na qual, com força, persistiam elementos de uma cultura pagã. Principalmente no que diz respeito aos estratos mais baixos da sociedade.

Neste sentido, vale destacar as constantes referências aos destinatários da crônica como ouvintes. As disposições legislativas tanto quanto as "estórias", eram apregoadas em locais públicos. A "voz e a letra" eram os veículos de um fazer-saber e, progressivamente, utilizados como instrumentos organizados com esta finalidade. A crônica foi destinada, pelas próprias palavras de Fernão Lopes, ao "poboo", e é provável que tivesse sido objeto de leitura tanto em saraus de corte, quanto em locais públicos para indivíduos que não frequentavam o ambiente palaciano. Certamente, para a corte, era preciso que tais indivíduos soubessem do novo sentido que para as suas vidas o Paço lhes reservava.

Assim não nos parece fortuito, que o Mestre e os homens que "tomavam sua voz", constantemente, afirmassem que se fosse "serviço" e/ou "vontade de Deus" - ou que se Deus lhe concedesse tal ou qual "graça ou mercê" -, estariam prontos para servir em defesa da terra ou serviço do seu senhor. As recorrentes referências ao vocábulo Deus aparecem na

descrição dos mais corriqueiros acontecimentos e são um elemento do léxico presente em praticamente todas as sequências narrativas. Parecem prestar-se para redefinir a base lógica do quadro cultural no que respeita aos valores que estimulam os homens a ação.

Como é possível entender até o momento, Fernão Lopes deu ao personagem de D. João I e seus seguidores atributos messiânicos, através da utilização de dois componentes valorativos e filosóficos, digamos, de maior poder de convencimento: o "Evangelho português" e a "Sétima Idade". Estes conceitos desembocariam em uma noção de "Novos Tempos" para o reino português, caracterizados por um reino escolhido, com seu povo escolhido, para defender a fé cristã, notadamente dos infiéis castelhanos.

Um traço marcante desta construção narrativa é o caráter bastante peculiar dado aos nobres que apóiam o partido de Avis. Estes serão verdadeiros cavaleiros cristãos, homens que são abençoados com a virtude de "enxergar" e por em prática o modo de agir de um guerreiro de Deus, um guerreiro que defende os pobres e oprimidos da ganância dos opressores, ou seja, que faz o trabalho de Deus, ou luta por ele.

Para que os seus personagens principais ganhassem os atributos marcantes de um escolhido, de um Messias, como no caso do Mestre, e de cavaleiros cristãos, verdadeiros apóstolos da causa portuguesa e de Roma, Lopes vai usar exemplos já celebres nas narrativas bíblicas. Justamente para dar verossimilhança ao que dizia ter acontecido e, *pari passu*, legitimidade às ações dos protagonistas.

Sobre isto, Adriana Zierer⁷⁵ é enfática e bem resume o uso destes exemplos, usando inclusive o momento da fala de um frei, D. Rodrigo - ou seja, em conformidade com a hipótese acima defendida do fundamental papel exercido pelos franciscanos na crônica e na própria circulação da mesma - senão vejamos:

"Para confirmar a ação de Deus, que havia mandado pestes para salvar seu povo, D. Rodrigo recorre a exemplos bíblicos. Um deles é o referente ao rei Ezequias, quando Jerusalém foi cercada por Senaqueribe, rei de Assur. Naquele momento, o "anjo da morte" tirou a vida de cento e oitante e cinco mil homens. Assim, Senaqueribe fugiu somente com dez homens, com grande espanto e temor. É importante observar que, dentre os reis mencionados no "Livros dos Reis" bíblico, apenas Ezequias e Josias mereceriam a aprovação sem reservas de Deus, pois outros monarcas, embora louvados, não desapareceram com os "lugares altos", uma alusão ao paganismo. Ezequias é um modelo de bom rei que também aparece citado no **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**. Sobre este rei, a Bíblia afirma

75 ZIERER, Adriana Maria de Souza. *Politéia: hist. e soc.*, Vitória da Conquista, 2006, pág. 138.

que ele "fez o que agrada aos olhos de Iahweh", pois havia combatido os ídolos pagãos, abolindo os lugares altos. Assim, "depois dele, não houve entre todos os reis de Judá quem se lhe pudesse comparar; e antes dele também não houve". É importante observarmos os elementos da narrativa dos feitos deste rei, pois eles indicam modelos que também deveriam ser aplicados no relato das ações de D. João, o escolhido de Deus. Nestes modelos figuravam a necessidade de obediência a Deus e a perseguição aos seus inimigos. Em contrapartida, assim como Ezequias foi protegido pela divindade, o mesmo aconteceria ao outro eleito de Deus, D. João. Assim, fica clara no relato de Fernão Lopes - com o destaque conferido ao anjo da morte, à peste e à mão de Deus - a influência dos exemplos bíblicos."

O primeiro momento da crônica que não podemos nos furtar de abordar, é o já bastante estudado e emblemático signo e ato da predestinação. Tanto D. João I como Nuno Álvares Pereira são homens predestinados através de atitudes que no mundo medieval eram como que específicas para tanto. O rei D. João I, ainda Mestre de Avis, vai ser persuadido a lutar por Portugal no momento em que vive profunda dúvida em seu coração, por um homem santo, o frei da Barroca. Já Nuno Álvares Pereira, além de suas vitórias e ações virtuosas, é visto em sonho por seu pai como aquele que seria o braço direito do "salvador" do reino português.

A história de Frei da Barroca é interessante pois reuni diversos elementos do maravilhoso. Era um frade que vivia em sua cela em Jerusalém, quando tem uma espécie de revelação. Nesta ele recebe uma ordem divina para que vá até o porto de Caffa, pois lá há um barco lhe esperando. O religioso imediatamente obedece e encontra a nau. Chega então a Portugal e adentra o reino, construindo para si uma espécie de cela, um barraco. Percebendo o grau de santidade do frei, os habitantes o buscam para aconselhamentos e levam-lhe presentes, muitos dos quais o mesmo não aceita, pois vive em severo voto de pobreza. Este voto de pobreza não permite que o homem santo fique com as muitas coisas que ganha, e este ato de despojamento, só lhe dá mais credibilidade. Seu objetivo vai se mostrando conforme os eventos vão se costurando. Está ali para anunciar a vontade de Deus ao Mestre de Avis.

Nesta etapa dos acontecimentos o Mestre não sabe se fica em Portugal e aceita a incumbência de reger e defender o reino, pedido que é feito de joelhos pelo povo e por alguns nobres que lhe juram lealdade, ou se vai para a Inglaterra. O religioso então conversa com o Mestre, que vai ao seu encontro pedir conselho, e lhe diz o que viu em sonho. Determina que a vontade de Deus é a de que ele fique em solo português e guie os seus

homens contra o invasor rei de Castela.

A partir daí já se estabelece muito claramente as premissas do "evangelho português", uma vez que foi Deus quem sagrou o Mestre como seu escolhido. Ao escolher a causa de Avis, há uma associação direta, em que o povo português passa a ser o povo eleito e a nobreza que acompanha o Mestre, a cavalaria de Cristo.

Após este chamado divino, o Mestre aceita ficar, e então há a bipolarização entre os que estão com Deus, os portugueses, fiéis ao Cristo, e os que são comparados aos infiéis, aos hereges, os cismáticos, os castelhanos.

Na medida que o rei de Castela vai adentrando o reino de Portugal, torna-se muito clara sua ganância pelo poder e seu espírito voltado para a obtenção de bens materiais. Seus homens o seguem pelo mundano fato de que há recompensas e tesouros a serem tomados das vítimas e dos derrotados, conforme a invasão se dá.

No outro pólo da equação, Lopes vai retratando uma parcela da nobreza portuguesa que age exatamente sobre fundamentos antagônicos a estes, claramente apoiados nas virtudes cristãs, forjando, deste modo, um arquétipo de cavaleiro ideal, que mesmo em menor número, sem qualquer interesse ou vislumbrando recompensas e bens, permanece fiel e temente a Deus e ao seu escolhido.

Enquanto no acampamento castelhano há fartura e os homens agem como mercenários, bebendo e comendo sem mesura, pilhando cidades e violando mulheres inocentes, desrespeitando idosos e viúvas, do lado português os cavaleiros do Mestre, liderados por este e pelo heróico Nuno Álvares Pereira, se unem ao povo em procissões, orações, e repartem seu minguado pão.

Tudo isto vai em um crescente até que o rei de Castela chega ao cerco de Lisboa. De modo temerário e com ódio no coração, este monarca deixa a cidade sofrer uma terrível falta de suprimentos por quatro meses. A atitude do povo de Portugal se mostra exemplar diante dos valores cristãos, e o Mestre cada vez mais um homem iluminado por Deus - sempre tentando animar seu povo e determinar que de joelhos se prostrassem, pois garantia que assim Deus não iria deixá-los na mão.

Aqui há uma característica bastante marcante da ética cristã. Para se alcançar os favores divinos, o fiel deve mostrar ser temente e não esmorecer sua fé diante das dificuldades.

Após muitas agonias, Deus atende os apelos dos portugueses e envia uma enorme

praga sobre o acampamento castelhano. Apesar disso o rei de Castela mantém sua soberba e não desmonta o cerco. Pelo contrário, ele manda que os prisioneiros portugueses sejam colocados junto dos doentes castelhanos, para que peguem a doença. Esta atitude traz a oportunidade de Lopes fortalecer a escolha de Portugal por parte de Deus, pois os portugueses não ficam doentes, algo que aos olhos dos homens do tempo é um milagre inequívoco.

Como último aviso divino, a rainha D. Beatriz contrai a peste e cai muito doente. Desesperado e cada vez mais abandonado, D. João de Castela baixa o cerco e sai derrotado.

Um acontecimento que pode muito facilmente remontar à exemplos bíblicos, em que exércitos inimigos são acometidos de peste e doenças quando agem contra o povo eleito de Deus. Para os portugueses isto se torna o sinal definitivo. Estão sob a proteção de um salvador que veio para lhes guiar contra os infieis. A posição firme e cristã do Mestre de Avis agora ganha enorme força, e nos quadros do messianismo político, este personagem sai do evento como semelhante a Cristo.

O próprio Lopes vai relatar, através de sermões de frades, sobretudo franciscanos, como dissemos acima, que a vitória se deu pela inabalável fé dos portugueses. No âmbito dos exemplos e modelos fica bem claro o que é certo e o que é errado. Utilizando esta estrutura, sua narrativa constrói para a Dinastia de Avis, um rol de virtudes e regras de comportamento que serão aquelas cobradas dos participantes da futura corte régia. A lealdade ao rei, centro do carisma, pólo que emana as luzes que irradiam sobre o reino, e mais importante, salva as almas dos homens, vai destruindo os projetos descentralizadores dos nobres que ainda se mantêm arredios à perda de seus antigos privilégios.

A figura do súdito ganha destaque, posto que as diferenças e privilégios entre os participantes do reino, as diferenças inerentes à divisão da sociedade em ordens, aos poucos não suplanta mais um *status* jurídico mais abrangente. Este seria exatamente a posição de súdito do Reino, uma inicial abstração que no futuro virá a ser a figura do Estado.

Mais uma vez Zierer ilustra com perspicácia a possibilidade da analogia com modelos bíblicos:

"Outra comparação estabelecida no sermão do Frei Rodrigo é entre a peste que atacou a esposa de D. João de Castela e a peste que matou o primogênito do faraó do Egito, na décima praga enviada por Deus como castigo ao governante egípcio que não queria permitir a saída dos hebreus de seu reino. Para o franciscano, o rei de Castela agira do mesmo modo que

o faraó, pois não aceitara os bons conselhos para baixar o cerco sobre Lisboa...

Por fim, Frei Rodrigo pressagia que, se o rei de Castela voltasse a Portugal, seria punido com a morte de outros primogênitos, numa nova demonstração do poder de Deus contra os inimigos dos cristãos. Tal presságio mostra a crença num Deus vingativo e que exige a obediência de seus fiéis. Segundo tal pensamento, os bons cristãos, representados por D. João, o seguidor do papa de Roma, seriam salvos; já o mesmo não aconteceria com aqueles que o atacassem injustamente."⁷⁶

Ressaltamos então que o "evangelho português" define um conceito de fidelidade quase absoluta ao rei, ou seja, forma-se um estatuto jurídico, constituinte mesmo da própria ontologia social, onde o ato de desrespeitar o soberano torna-se um crime cabível de ser punido severamente.

No contexto do projeto centralizador fica muito nítido aqui o papel da crônica em incutir no imaginário o perigo para o indivíduo em colocar de lado os interesses maiores do reino, interesses que acabaram por ser personificados na figura do próprio rei. Ser um bom cristão está diretamente ligado a uma atitude de súdito modelar, respeitoso das leis e seguidor da monarquia estabelecida pelo soberano divino.

Reescrevendo o estatuto político da organização social, o rei agora se encontra em uma posição cada vez mais central, mudando a ordenação de um gráfico tripartite horizontal, para definir uma verticalidade diversa do postulado do *primus inter pares*, algo mais parecido com as monarquias absolutas dos séculos vindouros.

A mudança, como já dissemos, do corpo da organização social rumo à centralização dos poderes inicia então seu trajeto com bastante força, trajeto este que mesmo sofrendo alguns reveses, não deixará de vingar mais a frente.

Cabe lembrar que estamos analisando um processo de convulsão política onde os que ficam do lado da dinastia vitoriosa são novas forças sociais, forças estas, que após todo o processo revolucionário, vão cobrar uma maior representação ou, ao menos, atuar mais de perto no equilíbrio político e nas de tomadas de decisão que acontecem no paço.

O "evangelho português", onde o Mestre é Cristo, e os seus homens/apóstolos, é uma construção de imagem poderosa e muito bem elaborada, permitindo ao cronista alçar vãos narrativos que possivelmente não seriam cabíveis se permanecesse preso a argumentos puramente jurídicos ou ético-políticos.

João Gouveia Monteiro propõe que:

76 ZIERER, Adriana Maria de Souza. op. cit. pág.139.

" Trata-se agora, de uma forma um pouco mais concreta, de saber se efetivamente existe um investimento deliberado e pessoal de Fernão Lopes na explicitação de um desenho de sociedade a propor ao Portugal do seu tempo.

Creio, plenamente que sim. Suponho aliás que é também essa a intenção do célebre capítulo CLIX da 1ª parte da *Crônica de D. João I*, onde Lopes nos dá conta do "evangelho portuguees", pregado por Nuno Álvares Pereira e seus "homrrados diçipullos".⁷⁷

Entremos agora em uma primeira visão da Batalha de Aljubarrota. O objetivo aqui não é fazer um relato da guerra em si, mas mostrar o uso que Lopes fez de alguns acontecimentos para consolidar o seu projeto implícito, no sentido de legitimar com a maior força possível a ascensão da dinastia avisina e a nobreza secunda, esta sob paradigma de Nuno Álvares Pereira. O uso da idéia de uma "Sétima Idade" pelo cronista será explicado neste mesmo contexto.

A batalha de Aljubarrota é considerada um marco na vitória dos portugueses sobre os castelhanos, e a própria guerra em si é uma espécie de resumo de todos os elementos do imaginário que utiliza Fernão Lopes.

Segundo o historiador Roberto Godofredo Fabri:

" Aos poucos, as várias regiões de Portugal vão se alinhando em prol da causa nacionalista. Algumas por adesão espontânea, outras pela ameaça da espada do condestável Nuno Álvares Pereira. O certo é que se tem, em poucos meses, um reino unificado em torno da figura do Mestre de Avis. Este, assim com o outro filho de D. Pedro, D. Dinis, era o candidato natural à ocupação do trono vago. O primeiro, contando com o apoio da nobreza de segunda e com os conselhos e o segundo, com os nobres de primeira linha e parte dos prelados. Uma série de importantes vitórias sobre as tropas castelhanas nas regiões fronteiriças e dentro do próprio território português pesou a balança a favor do Mestre de Avis. Após inúmeras pressões jurídicas e ameaças pela força, as cortes de Coimbra elegem, por unanimidade, D. João, Mestre de Avis, como rei de Portugal, em abril de 1385.

Como era de se esperar, o rei de Castela tenta fazer valer os termos do tratado de Salvaterra e invade Portugal, poucos meses após a subida ao trono do novo rei. Com uma força bastante superior, D. João de Castela entra em terras lusitanas e se defronta com as forças portuguesas nos campos de Aljubarrota. Apesar da diferença numérica, os exércitos castelhanos são espetacularmente vencidos e desbaratados pelas forças do condestável Nuno Álvares Pereira, consolidando definitivamente no poder

77 MONTEIRO, João Gouveia. Fernão Lopes: Texto e Contexto. Coimbra, Livraria Minerva, 1988. p.127.

D. João I. Esta vitória abre caminho para uma valorização quase mítica da imagem do fundador da dinastia de Avis e para uma associação maravilhosa deste rei a Deus e a uma preferência divina ao povo português frente Castela"⁷⁸

Os castelhanos chegavam a Portugal com um exército enorme, bem armado, pleno de mantimentos, e já os portugueses estavam em menor número, e com poucos cavaleiros, a não ser aqueles que se mantiveram fiéis, liderados por Nuno Álvares Pereira. Este cavaleiro será importante em diversos momentos durante a crônica, mas a sua estratégia vencedora em Aljubarrota pode ser considerada o ápice de seu heroísmo e da construção de sua figura como modelo de nobre e súdito.

Quanto ao novo modelo de nobreza que afirmamos ser traçado na crônica de Lopes, cabe citar a autora acima mencionada quando diz:

" Fernão Lopes propõe um novo ideal de nobreza. De acordo com a nova concepção defendida pelo cronista, bom nobre é aquele que é defensor da terra natal, que apóia o mestre e que é favorável ao papa "legítimo", Urbano VI. A crônica critica os nobres que só estão interessados em riqueza e que não se importam em ter um rei de Castela, contanto que seus interesses materiais estejam garantidos. Estes são mostrados como cobiçosos, orgulhosos, modelos reprováveis, enxertos tortos, pois os bons portugueses eram defensores de seus territórios, bons católicos e protetores dos fracos, encarnando o ideal da boa mansa oliveira portuguesa, isto é, a oliveira que proporciona bons frutos. Os maus portugueses, que transformaram "seu doce fruto em amargo licor" aparecem associados à heresia, à Satanás, visto que o rei de Castela apoiava o anti-papa."⁷⁹

Os castelhanos surgiam no horizonte em um número tão grande que o cronista afirma reluzir em seus escudos a luz do sol, deixando os portugueses cegos e com temor. É possível imaginar o barulho dos cascos e das espadas batendo nos escudos atrás do monte que separava o campo de batalha e de onde surgiria o exército de Castela. É possível imaginar os portugueses mal nutridos, com poucas armas fugindo e abandonando o campo de batalha para proteger suas famílias deixadas sem proteção nas vilas e aldeias.

Contudo não foi o que aconteceu. Com muitas orações e rezas, o exército português se manteve em formação, acreditando nas palavras de encorajamento de seu líder, o Mestre

78 FERREIRA, Roberto Godofredo Fabri. O Tempo novo e a origem dos novos tempos - a construção do tempo e da temporalidade nos primórdios da Dinastia de Avis (1370-1440). Dissertação de Doutorado: Niterói, UFF, 2003. p. 178.

79 ZIERER, Adriana Maria de Souza. op. cit. pág.140.

de Avis, e de seu general, Nuno Álvares Pereira.

Nuno Álvares Pereira montou o palco da batalha de modo que o exército castelhano fosse afunilando, fazendo com que o combate ficasse de certa maneira equilibrado no sentido de que protegia seus flancos com os montes do vale que escolhera. Atrás das primeiras fileiras estavam os arqueiros ingleses que haviam sido enviados pelo reino aliado, e que já tinham a experiência do arco duplo. Contra os franceses, mesmo em menor número, os ingleses sob o comando do rei Eduardo haviam ganhado batalha semelhante.

O Arco duplo era capaz de com uma flecha adentrar a armadura dos cavaleiros e pegá-los de surpresa. O exército castelhano, principalmente os nobres e cavaleiros ávidos pelos tesouros e recompensas, ao ver o pequeno número de portugueses dispararam em direção destes desordenadamente, passando mesmo por cima de sua infantaria que vinha na frente.

O resultado foi que os arqueiros e besteiros do lado português, desferiram diversas saraivadas de flechas em cima de uma cavalaria desordenada, acabando com boa parte da força montada. Após isso os portugueses atacaram com sua infantaria incólume e sua cavalaria descansada. Mesmo sendo uma batalha difícil e com muitas mortes, uma vitória que parecia impossível aconteceu. Tanto o Mestre de Avis como Nuno Álvares Pereira, ganharam os argumentos que faltavam para garantir a consolidação do posicionamento do partido de Avis como o mais preparado para governar o reino.

A vitória portuguesa, como já dissemos, foi mais uma das ferramentas que utilizou Lopes para demonstrar que Deus havia escolhido os portugueses para liderar a chegada dos "Novos Tempos", tempo em que a Igreja de Roma seria restaurada em sua unidade e a verdadeira fé Católica sobrepujaria a heresia e paganismo que ainda restavam no mundo e impediam a salvação dos homens.

A noção de "Sétima Idade" é formulada neste contexto. Seria uma visão positiva dos novos tempos que surgiriam com o governo de D. João I. Neste período da humanidade, segundo o cronista, elementos das categorias inferiores seriam nobilitados e um período de justiça e de atendimento aos anseios dos mais fracos e humildes seria estabelecido.

Não podemos esquecer que, quando a crônica foi encomendada à Fernão Lopes, pelo rei D. Duarte, filho de D. João, o ambiente de corte, e a própria estrutura social de boa parte do reino português, passava por uma reformulação. Os interesses participantes do jogo político haviam se ampliado de tal modo, que somente uma nova forma de entender o

funcionamento do cosmos, seria capaz de remontar a visão mais geral da sociedade inserida no imaginário das principais forças sociais.

A noção de uma "Sétima Idade" foi o modo encontrado pelo cronista. Neste sentido, ao contrário de outros pensadores medievais, como Santo Agostinho, Beda e Joaquim de Fiore, que vêem a "Sexta Idade" como um período de decadência próximo do fim dos tempos, o cronista português apresenta a "Sétima Idade" como um tempo de paz e prosperidade".

Ora, parece que Lopes já vislumbra uma noção de desenvolvimento histórico que, apesar de ainda arraigada na esperança de um "Final dos Tempos", em que ocorreria um severo julgamento por parte de Deus, permite ao mesmo tempo uma leitura deste momento histórico como permeado de avanços e progressos, enquanto, ao menos, o apocalipse não chega.

Ousamos então dizer que nosso cronista inaugurava um diferente modo de entender a Idade Média, mais parecido como se a compreende atualmente, um tempo que apesar da descontinuidade com o que se convencionou chamar de modernidade - modernidade esta que, através de formulações teóricas como as do humanismo e mesmo do iluminismo, fez do medievo um tempo de atraso e decadência - pode ser lido sob uma ótica mais otimista, como a de um período nada devedor do passado e que foi responsável por diversos progressos que somente se consolidariam em tempos futuros.

2.3 - A "CRÔNICA DE D. JOÃO I" E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE NUNO ÁLVARES PEREIRA .

Neste item busca-se analisar a produção da imagem de Nuno Álvares Pereira, como o paradigma do cavaleiro e súdito ideal, leal à Dinastia de Avis, e o modo como sua figura aparece na "Crônica de D. Fernando" e na "Crônica de D. João I", ambas de autoria do cronista Fernão Lopes. Trata-se, portanto, de uma produção de memória.

A narrativa dos grandes feitos deste cavaleiro durante a Revolução de Avis seria um modelo de conduta para todo aquele que escutasse ou lesse a crônica, tendo a mesma como público alvo os novos participantes da corte régia que ascenderam com o Mestre de Avis. Assim, a nobreza retratada nesta figura emblemática, era de uma fidelidade e lealdade inquestionáveis ao papel central do rei enquanto soberano, determinando com essas

qualidades a essência do conceito de súdito.

Mesmo sabendo que no contexto histórico, Nuno Álvares Pereira depois de se tornar muito poderoso, devido às várias doações que recebera do rei pelos serviços prestados, tivera alguns atritos com a realeza e que boa parcela de seus privilégios foram retomados pelos avisinos posteriormente, acredita-se que sua figura tem como função principal uma tarefa pedagógica e moralística, um exemplo bastante próximo dos heróis dos romances de cavalaria. Uma cavalaria que, apesar de ter perdido muito da sua função militar material, gozava ainda de enorme importância no imaginário como modelo idealizado de honra e fé.

Ao mesmo tempo, esta figura idealizada teria uma função legitimadora do papel social ocupado pela chamada nobreza secundária, ou seja, os nobres de baixa condição, ou mesmo filhos de grandes casas, distantes dos quadros primogênitos.

Conforme o direito em vigor no período, tais filhos primogênitos herdavam quase tudo, principalmente o título de nobreza do patriarca e seus privilégios. Foram estes secundários que apoiaram e engrossaram as fileiras do exército português que resistiu à invasão de Castela, e nada mais normal que a insurgência de uma posterior cobrança desta lealdade ao então rei D. João I. Para tanto tinham em Nuno Álvares Pereira a comprovação de sua participação fundamental estabelecida no documento escrito produzido pela própria casa régia.

Estes dois aspectos são muito importantes serem ressaltados em conjunto, para demonstrar que não se pode entender a separação da realeza e da nobreza como algo estanque e sólido. O rei era, antes de mais nada, um nobre, e a nobreza era a força social que garantia a permanência e o *status* do rei enquanto centro das tomadas de decisão. Toda vez que uma cisão mais abrupta ocorria entre estes pólos da equação, a guerra civil surgia com força nos reinos da cristandade.

Em posterior item algumas outras observações serão tecidas sobre a questão da literatura, da produção de memória, do ideal e da ideologia cavaleiresca em Portugal, e mesmo uma visão da vida dos heróis nela representados e sua utilização no âmbito das relações de poder. Aqui o que importa é a figura específica de Nuno Álvares Pereira e o ideal cavaleiresco nas crônicas mencionada.

Cabe sempre lembrar que o século XIII demonstra um equivalente predomínio da nobreza e da realeza, cada uma em seus territórios, nas atividades econômicas e militares. Contudo, nos séculos seguintes, transformações em praticamente todos os domínios da vida

social, fizeram com que a realeza ganhasse força e supremacia sobre uma nobreza/cavalaria em declínio nos aspectos práticos da atividade bélica, sobretudo frente às inovações na condução das guerras e dos novos armamentos e estratégias militares.

Porém, muito importante é entender que esta perda de força no campo de batalha, não seguiu o mesmo caminho quando se foca o olhar nos aspectos éticos e morais da cavalaria. A instituição manteve seu *status* e sua posição no plano simbólico da hierarquia de valores no imaginário ainda por alguns séculos. No caso específico de Portugal, não é difícil vermos o cultivo do padrão cavaleiresco pela nobreza, e a própria realeza dele se utilizando durante os séculos XIV e XV.

É neste ambiente que a cavalaria foi entendida por Johan Huizinga⁸⁰ como convertida em um jogo de comportamentos que refletia uma fantasia de sentimentos elevados. Na realidade seu ideal sempre se mostrou deste modo, contudo encobria agora uma diferente realidade, que começava a não mais coadunar-se com a verdade. Realidade diversa, naturalmente, do mundo idealizado característico das crônicas, romances de cavalaria, ou contos da tradição oral.

Por fim, no momento em que a cavalaria se mostrava um aparato militar quase que obsoleto em termos práticos, apenas o sonho sustentava sua posição no imaginário e a vida continuava sendo entendida através das premissas do ideal postulado.

Deste modo, para o mencionado autor, a cavalaria fará uso constante dos torneios, festas e da literatura apologética, mantendo o ideal vivo, buscando nestes exemplos heróicos a força que lhes faltava na vida real. Certo é que enquanto modelo de conduta, os valores que expressavam o "ser" da cavalaria ainda eram muito prestigiados no imaginário, como comprova o modo como Nuno Álvares Pereira foi relatado nas crônicas. O destaque que ganha na crônica do rei D. João I, crônica dedicada ao primeiro rei de Avis, e que consagra diversos capítulos ao cavaleiro D. Nuno, demonstra sua evidente importância na trama narrativa.

É cabível pressupor que Fernão Lopes o tenha conhecido em vida, pois o Condestável faleceu alguns anos após o cronista régio dar início a seu labor literário. Porém, não parece existir indicações de que tenha utilizado o depoimento pessoal de Nuno Álvares Pereira. Uma conclusão que parece cabível é que o prestígio que circulava em torno dos feitos individuais de D. Nuno pelo reino era enorme e assim facilitou o fortalecimento e a

80 HUIZINGA, Johan. O Outono da Idade Média. São Paulo: CosacNaify, 2010.

permanência dos valores cavaleirescos no contexto da própria narrativa. Isto não quer dizer que a ética cavaleiresca não possuísse largas fundações em Portugal. Mas não se pode negar que sem o herói, que se sobressai como referência de valor e comportamento na crônica, talvez Lopes não tivesse conferido tanto espaço para a mesma em um texto cujo objetivo central é narrar a ascensão do primeiro rei avisino.

Este ponto reforça a tese de que Lopes escrevia com objetivos nitidamente pedagógicos, moldando o caráter e ensinando as regras da corte para o nobres secundos, como também estava ligado diretamente a necessidade de legitimar estes que ascenderam. A crônica aqui então é vista sobre outro prisma, diverso da usual abordagem, pois o que se defende é seu paralelo uso como produção de memória de uma nova nobreza.

Ressalte-se desde já que não foi apenas na *Crônica de D. João I* que D. Nuno surge e participa ativamente do destino do reino. Já em seu outro trabalho, a *Crônica de D. Fernando*⁸¹, o herói é apresentado - mais especificamente na segunda metade da obra - como um militar nomeado pelo rei para ocupar a fronteira entre Tejo e Guadiana.

O último reinado posto em crônica por Lopes, a *Crônica de D. João I*, este período é interpretado como uma nova era: uma nova idade dos tempos. Parece, portanto, bastante emblemático o surgimento de Nuno Álvares Pereira, já na *Crônica de D. Fernando*^{*}, entre aqueles que são considerados os justos e fiéis ao reino. O cronista, como num prelúdio, anuncia estar reservando grandes feitos de D. Nuno para o momento oportuno.

Desde então Nuno Álvares Pereira começa pouco a pouco a ocupar espaço e já aparece ligado à atividade militar, extremamente desejoso de lutar contra Castela, uma característica que o acompanhará por quase toda a narrativa nas crônicas em que sua figura aparece.

Dirá Fernão Lopes no capítulo CXX da *Crônica de D. Fernando*⁸²:

" de cuja geeraçom e obras mais adeante emtemdemos trautar, quando nos conveher escrepver os gramdes e altos feitos do meestre Davis. que depois foi Rei de Portugal, em que lhe este Nuno Alvares foi muj notavel e maravilhoso companheiro(...) ... e pollo desejo que levava na batalha, de que havija gram voomtade..."

81 LOPES, Fernão. *Crônica de D. Fernando*. Porto: Livraria Civilização, s/d.

* As citações referentes à crônica serão abreviadas como CDF. e após determina-se a Página (p.) em que foi retirado o trecho selecionado.

82 CDF, p. 337 e 338.

No capítulo CXXI desta mesma crônica, vemos a narrativa do primeiro grande feito do cavaleiro que não concordando com a reticência dos companheiros em combater contra os castelhanos, lançou um desafio ao filho do mestre da ordem de Santiago de Castela, para uma luta "dez por dez". Fernão Lopes demonstra que o grande motivo de D. Nuno, ao agir deste modo, é a de prestar bons serviços ao seu rei, fazendo sobressair os valores cavaleirescos da coragem e lealdade, conforme os princípios e a ética da cavalaria. A aceitação do desafiado lhe trouxe uma alegria que espanta ao leitor, mais uma prática narrativa que usa Lopes para demonstrar a peculiaridade do seu herói.

Nuno Álvares Pereira, porém, sofrerá enorme tristeza ao saber que D. Fernando o proibira de lutar, mas, apesar de sua resignação, respeitou a vontade do soberano, outra virtude que podemos perceber ser costurada na tessitura do cavaleiro/nobre e súdito que quer modelar os avisinos: a obediência.

No capítulo CXXXVII⁸³, ainda na crônica supramencionada, ocorre um ataque naval dos castelhanos a cidade de Lisboa. Um grupo de marinheiros castelhanos resolve sair e pilhar as reservas de abastecimento da cidade e as plantações do entorno. Estando distante do rei ou de qualquer outro oficial que lhe pudesse desautorizar a ação, D. Nuno parte para o ataque com força, obrigando os inimigos a se jogar na água e nadar em direção aos navios para não serem mortos. Porém, os castelhanos não se deixam por vencidos e contra-atacam. Em número de duzentos e cinquenta homens de armas, que chegam para ajudar os companheiros castelhanos perseguidos, a oportunidade surge e Nuno Álvares Pereira não recua, mas pelo contrário, demonstrando mais uma virtude cavaleiresca, a entrega da própria vida pela honra e pela fama, conclama os companheiros que lutem com afínco e sem pestanejar:

" Amigos irmãos, bem sabees ateençom com que sahistes da çidade, que nom compre de vos seer mais declarado: hora me parece que teendes prestes o que vehestes buscar, do que devees seer muj ledos, ca de mim vos digo que de minha parte ho som assaz; e rogovos que pois nos aas mãos vem o que desejamos, que vos praza de todos ser membrados de vossas homrras, aperfiando em pellejae, sem tornamdo costas por cousa avenha; e pera isto com a ajuda de Deos eu serei o primeiro que toparei em elles, e vos seguijme, fazemdo como eu fezer; e seede çertos que elles vos nom sofreram, se em vos sentirem esforço, mas logo volverom as costas, por que dacorro nom tem esperamça e assi vos ajudarees delles"

83 CDF. p. 378.

Esta passagem nos permite visualizar alguns pontos importantes do que seria o ideal cavaleiresco. A questão da ajuda de Deus, por exemplo, surge com muita nitidez, pois o cavaleiro acredita que, mesmo sendo o primeiro e cavalgando com furor para atacar um grupo muito mais numeroso, nada pode lhe acontecer de mal, já que há uma força maior participando de toda a trama. A noção da presença efetiva de Deus é de enorme valia para o cronista, legitimando atitudes e determinados comportamentos. Esta influência do sagrado no vivido ainda será aqui diversas vezes ressaltada, no corpo mesmo da crônica, e não somente no espírito de um nobre cavaleiro, mas como um ator que muitas vezes adentra a narrativa para conduzir o sentido dos eventos.

Contudo retornemos ao nosso cavaleiro D. Nuno, instigando seus homens, demonstrando que a luta de Portugal é também a luta da cristandade. O ataque aos castelhanos não é apenas uma luta entre dois reinos com interesses conflituosos, mas a luta do bem contra o mal. Os portugueses lutam ao lado da verdadeira fé, daqueles que não aceitam atos ilícitos e imorais, de roubo e pilhagem, ou seja, uma ação em consonância com a ética cristã. Já os castelhanos representam homens sem valores que ao invés de serem cavaleiros, são mercenários, não agem em conformidade com a ética cavaleiresca e defendem um reino tido como herético e cismático.

No esforço de conclamar seus homens à ação, D. Nuno também ressalta os valores da honra e da coragem. Estes valores são impulsionados por uma idéia central, mais profunda, que se fundamenta na lembrança e na memória dos povos, baseada nos feitos de todos os que agem de acordo com os valores cavaleirescos.

Assim pode-se dizer que a memória, a lembrança, se tornam importantes instrumentos de determinação moral dentro da própria narrativa. Além da crônica ser uma produção de memória com fins políticos, de fortalecimento, consolidação e legitimidade do poder instituído, dentro da própria narrativa a memória se torna um valor com implicações fundamentais. Não serão poucas as vezes que Nuno Álvares usará o argumento da lembrança para impulsionar seus homens. Na realidade, praticamente em todas as batalhas este tópico surgirá.

A lembrança e a memória terão um caráter duplo: terão uma direção para o passado e outra para o futuro. Se de um lado o homem honrado, verdadeiro português e defensor da fé, deve lutar bravamente por respeito aos seus antepassados "diretos", como familiares, ou "índiretos", ou seja, todos os portugueses que lutaram para que o reino fosse protegido de

invasões e injustiças. Por outro, D. Nuno inflama no coração de seus soldados um valor muito caro para a época: a memória da honra e da coragem em batalha. Para o sucesso da narrativa, e dos intentos de Fernão Lopes, este é um ponto nuclear. Os grandes feitos em batalha, devem ser lembrados como um ato de respeito pela bravura dos antepassados, mas também como exemplo para as novas gerações de defensores do reino.

Outras passagens em que surge a figura de D. Nuno aparecem na *Crônica de D. Fernando* o que é bastante relevante. Contudo, esta crônica é como uma preparação para o que realmente se mostra como o objetivo central: a legitimação do projeto político de Avis.

Serve ao mesmo tempo como apresentação do cavaleiro Nuno Álvares Pereira, que estaria reservado a uma futura grandeza e a uma participação importante na vitória do reino português contra os seus inimigos invasores. Podemos ressaltar neste quesito que a figura de D. Nuno ainda não está tomada da profunda sacralidade cristã que vemos com maior clareza na *Crônica de D. João I*.

No início da *Crônica de D. João I* * Nuno Álvares Pereira surge já como cavaleiro, logo no quarto capítulo, e aqui inicia sua incisiva atuação nos destinos do reino. Vejamos o que diz o texto, muito claro quanto a posição de obediência de Nuno Álvares Pereira frente a realeza, posto estar entristecido com a morte do soberano D. Fernando:

"Assi he que escprevendo a Rainha a todollos fidallos do rregno, que vehessem ao saimento do mes que sse fazia por elRei dom Fernamdo, mamdou seu rrecado a NunAllvarez que estava Amtre Doiro e Minho com sua molher, que vehesse aaquell sahimento. NunAllvarez muy anojado por a morte delRey, sem poer mais tradamça, se fez logo prestes, cõ trinta escudeiros bem corregidos de suas armas e çertos homees de pee com elles; e nehuu outro veo ao triintairo corregido com gemtes se nom elle; e assi chegou a Lixboa homde o sahimento avia de seer."⁸⁴

Após o enterro do rei, logo Nuno Álvares Pereira aparece refletindo sobre qual seria o futuro do reino diante da vacância do trono. Aqui cabe ressaltar que o cavaleiro em nenhum momento tem pretensões pessoais ou de poder em sua reflexão, mas apenas a defesa do bem estar do reino. E já aqui, após analisar todas as alternativas, entende que o direito cabe ao Mestre de Avis, filho bastardo do rei D. Pedro.

* As citações referentes à crônica serão abreviadas como CDJ. e após determina-se a Página (p.) em que foi retirado o trecho selecionado.

84 LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*. Lisboa: Livraria Civilização, 1983. p. 9.

Diante da regra da cavalaria, sobretudo aquela postulada por Avis - em que a nobreza deveria se submeter a realza, ou seja, tornando-se súditos leais ao reino - decide D. Nuno assim refletindo:

"Feitas suas exequias e acabando todo, foi huu dia NunAllvarez veer ho Prioll dom PedraAllvarez seu irmão; e depois que lhe fallou, e espaçou huu pouco com alguuns fidalgos que hi estavom, apartouse pello Paaço soo, a cuidar que avia de seer do rregno que assi ficava deserto, e quem ho avia de defemder dalguus se contra elle quessessem viir, moormente que sse dezia que elRei de Castella premdera o Iffante dom Joham e o Comde dom Affomso seu irmão, como soubera que elRei dom Fernamdo era morto, e que juntava gemtes pera emtrar poderosamente no rreino. E cuidamdo em esto, certificou em seu pensamento, que non avia outrem que mais dereita rrazom tevesse de sse poer por defenson do rregno, que o Mestre dAvis filho delRei dom Pedro; o quall el sabia que era boom cavalleiro, e de que avia grã conheçimento tempo avia;"⁸⁵

No capítulo XXXI temos uma emblemática demonstração de como D. Nuno é tido na crônica régia como um modelo e exemplo de cavaleiro. Com o título de "Razoões do autor desta obra amte que falle dos feitos de NunaAllvarez" Lopes faz uma exposição da importância de se narrar os feitos do cavaleiro, já que suas ações foram determinadas por virtudes fundamentais, e portanto, exemplar modelo para todo aquele que lê ou ouve a crônica:

"Scprevedo em este passo, sem costramger nehuu que ouça, emtemdemos teer nos feitos deste homem, o modo que tem alguus preegadores que demtro no sermom emxertam a vida daquell de que preegam, e na fim delle comcludem seu tema. E nos posto que já fallasemos alguuas cousas deste NunAllvarez, seus gloriosos feitos adeamte escriptos comvem que espertem preguntar alguus dhu veo seu linhagem, e quall foi seu primeiro comeco; porem çessamdo huu pouco de proseguir nossa hordenamça, amte que isto em breve ponhamos, per modo de prollogo que ell bem mereçe. primeiramente dizemos assi. Porque a esperiencia nos emssina, que nom ha hi tall que naça ssem alguuas comdiçoões desvairadas; e que nossa natureza nom pode estar em tanto assesego, que alguuas vezes nom rreceba torvaçom; desi porque teer discreto modo nas vaãs delleitaçoões, he cousa mui forte e grave de fazer; por tanto he avudo por bõo quallquer que per comthinuada batalha, veemçe assi seus naturaes desejos, que numca em ell he achada mimgua, hu gramde logar aja rrepreemssõ. E sse tall voomtade traz comsigo homrra este de que fallar

queremos, a mereçe mui grande; pois per pelleja que numca çessa, nom ssem grande força e rresistemça sobjugou de tall quisa os viçios carnaaes, que cheo de fruto de grande proveito, o nom podia nenhuu prasmarr de mingua alguma que notavell fosse."⁸⁶

Nuno Álvares Pereira aqui é louvado como cavaleiro ideal por vencer a maior das provações que um guerreiro da época pode enfrentar: os desejos mundanos da condição humana. Apesar da natureza humana oferecer diversos obstáculos à uma vida reta e sem pecados, inserida na ética cristã, o cavaleiro não se deixa levar, e enfrentando a falta do sossego e da tranquilidade, permanece no caminho da justiça.

Muito interessante é o fato de o cronista já se antecipar às acusações que o mesmo acredita virem por aqueles que procuram desacreditar seu relato, como uma narrativa parcial e distante da verdade. Afirma peremptoriamente que mesmo buscando com afinco não encontrou qualquer fato que pudesse ser objeto de repreensão na vida do cavaleiro.

O caráter único e excepcional de Nuno Álvares Pereira demonstra o quanto especial é este exemplar da cavalaria portuguesa. Não encontrou outro em seu tempo que tivesse as mesmas qualidades e fosse tão correto modelo de conduta. Neste sentido o cavaleiro é como um arquétipo de comportamento, um paradigma. Afinal esta é a intenção do cronista: exemplificar através de seu herói como deve se portar a nova nobreza.

Neste sentido parece fundamental citar a observação de João Gouveia Monteiro:

" A este propósito quero dizer que Fernão Lopes nos facilitou extraordinariamente a pesquisa, ao erigir, como "paradigma heróico" da sua trilogia, uma determinada figura: a do nobre secundogênito Nuno Álvares Pereira. É, efetivamente, em torno dele que gravita todo o recheio das *Crônicas*, tanto no plano da sua acção concreta (nomeadamente militar) como -e sobretudo- ao nível da sua mensagem ideal."⁸⁷

O capítulo XXXII é importante, pois coloca Nuno Álvares como legítimo herdeiro de uma linhagem nobre. Este ponto é de enorme importância e não pode passar sem que ressaltamos sua especialidade. Não é a toa que o cronista o coloca logo após a "apresentação", ou "razões", do cavaleiro, já que a questão da linhagem era um problema real enfrentado pelos monarcas avisinos e pela nobreza ascendente. Mesmo após a consolidação no trono, a nova dinastia e sua corte sofria severos ataques da antiga nobreza,

86 CDJ, p. 63.

87 MONTEIRO, João Gouveia. Op. Cit. p. 127.

quase toda refugiada em Castela, afirmando que faltava legitimidade aos novos detentores do poder.

Posto que a crônica tinha um caráter instrumental político de narrar os acontecimentos, de modo que ficasse nítido a legitimidade do novo soberano e sua corte, Lopes não pode se furtar a responder às demandas do direito feudal, algo que estava dentro da própria lógica da ética cavaleiresca, de matiz essencialmente aristocrático.

Com o título "De que linhagem deçendeo este nunallvarez, e quem foi seu padre e madre."⁸⁸, Lopes tece uma pequena demonstração da glória da linhagem que provém o cavaleiro. Valores fundamentais para a ética do cavaleiro ideal, como a generosidade e a bondade, aliada à uma falta de apego aos valores mundanos, são retratados como traços marcantes do caráter e da vida dos antepassados de Nuno Álvares.

O cronista é tão criterioso neste ponto, que faz questão de apontar a fonte de onde retirou a informação e de quem descende. Algo que confirma ainda mais a importância do tópico:

" Seu linhagem dhu antiigamente desçemde, quem largamente o quiser veer, busque ho Livro dos Linhagees dos Fidalgos no titullo viimte e huu, parrafo umdecimo, e per ali o pode saber compridamente. Elle ouve çertos filhos de que dizer nom curamos, salvo dhuu que chamarom dom Gomcallo Pereira como seu padre, que foi Arçebispo de Braaga e huu dos grandes prellados que ouve em Portugall. Este Arçebispo dom Gonçallo Pereira ouve huu filho a que disserom dõ frei Alvaro Gomçallvez Pereira, que foi Prior do Espitall, o qual foi mui homrado, avomdoso de rriquezas e boas comdiçooes..."⁸⁹

A mãe do cavaleiro também tem um espaço reservado na narrativa, e o cronista a utiliza para reforçar a retidão do caráter cristão da linhagem de Nuno Álvares. As características apontadas no perfil da sua mãe reafirmam uma incontestada tradição de glória em seu passado e, deste modo, o filho não poderia deixar de ser o exemplo que é provindo de tal ascendência. O cronista retrata a mãe do cavaleiro com estas palavras: "...foi mui nobre dona quamto a Deos e ao mundo, vivedo em grande castidade e abstinência, fazemdo esmolla e grandes jejuus, nom comendo carne nem bevemdo vinho per espaço de quareeta annos".⁹⁰

88 CDJ. p. 65.

89 CDJ. p. 65.

90 CDJ. p. 66.

Este ponto do sacrifício e da abstinência é muito interessante, pois soam como princípios fundamentais da vida cristã e da santidade. Assim, sua mãe parece mais com a Virgem ou como uma santa, do que com uma mulher comum. E sendo o cavaleiro seu herdeiro de sangue, tem fortalecido o seu próprio caráter. Outro ponto que merece destaque é a presença de um acento mítico muito claro e presente, permeando uma narrativa, que busca ser "histórica".

No mesmo tom da ética cavaleiresca cristã está um conceito de enorme força narrativa, e que garante para o cavaleiro uma legitimidade determinante diante dos leitores-ouvintes, dada a sacralidade da época, que é a predestinação de Nuno Álvares Pereira como um guerreiro fadado ao sucesso nos feitos de armas, já que o seu pai sonhara que um filho seu seria vencedor em grandes batalhas.

É relevante que ressaltemos o paralelismo na produção da imagem de Nuno Álvares Pereira e a do Mestre de Avis. A determinação de seus destinos como escolhidos e preferidos de Deus, confere a ambos uma intensa carga simbólica

Cabe lembrar que uma das passagens mais intensas em termos de construção de um personagem legítimo pois escolhido por Deus, é a predestinação do Mestre de Avis pronunciada pelo personagem do frei da barroca.

Há uma comunhão entre os destinos dos dois personagens, e esta duplicidade pode ser vista com bastante clareza no momento em que a rainha D. Leonor, ao requerer que Nuno Álvares Pereira seja um escudeiro ao seu dispor, sabendo que não há armadura que sirva neste pela sua pouca idade, lembra que o Mestre de Avis possuía uma, e pede que esta seja dada a Nuno Álvares. Seria uma ligação entre os dois personagens que nasce logo no início de seus destinos.

Após a consolidação como cavaleiro e participante da corte régia, Lopes narra como se deu o casamento de Nuno Álvares Pereira. E, longe de ser um simples fato cotidiano, este acontecimento tem uma enorme carga simbólica. São diversos os fatores que nos permitem enxergar a ética cavaleiresca sendo reforçada em todos os aspectos da vida do cavaleiro, e seu acento profundamente religioso e cristão.

O primeiro ponto que merece destaque é mais institucional. O casamento era um fundamental instrumento jurídico-político de consolidação da vida em corte. No caso de Nuno Álvares Pereira, a narrativa tem diversos elementos muito curiosos, permitindo que se veja com clareza como os valores da pureza cristã eram fatores que "pressionavam" Lopes

no momento de sua escrita. Ou melhor dizendo, eram valores que partiam do mundo do vivido com tanta força, que o cronista tinha que encontrar soluções para alguns problemas de ordem prática.

Nuno Álvares Pereira precisava muito deste casamento, arranjado por seu pai, para possuir as terras e riquezas que lhe garantissem a manutenção da posição de nobre. Logo podemos perceber que a nobilitação está vinculada fortemente, ao menos neste fim de Baixa Idade Média, ao caráter pecuniário do nobre, e não apenas ao seu nome de linhagem. Contudo Lopes tem que lidar com dois problemas: a senhora era viúva, ou seja, seria ela virgem? E outro que diz respeito ao próprio caráter de Nuno Álvares, que como um cavaleiro cristão exemplar, nos moldes de um Galaaz, seria melhor retratado caso se mantivesse em castidade.

Os dilemas serão bem resolvidos pelo cronista. Quanto à virgindade da senhora viúva, Lopes a garante, afirmando que apesar do casamento, ela havia assim se mantido. E quanto ao cavaleiro, Lopes realiza como que um conflito entre dois valores. O valor de Nuno Álvares querer se manter casto diante do valor da obediência:

" Emtanto chegou dona Lionor dAllvim a Vila Nova da Rainha, homde elRei e sua molherstavom; e bem rrecebida delles fezeo logo elRei saber ao prior, e ell veo com Nuno Alvarez seu filho; e logo como chegarom, o casamento foi feito e NunAllvarez rrecebido com a dona sem mais festa, por qumto era viuva. Em outro dia partio ho Prior com seu filho e nora pera as terras da Hordem, a huu logar que chamom sua Boom Jardim, e alli conheço NunAllvarez dona Lionor sua molher; aa quall com verdade de emtom podiam chamar dona, porque posto que ella per tall nome fosse ante nomeada, ella verdadeiramente era domzella, ca o seu primeiro marido numca della ouve tall conheçimento, o que ella sempre dem emcubrio por sua grande boomdade." ⁹¹

Na visão do cavaleiro somente se mantendo em castidade conseguiria alcançar os gloriosos feitos que lhe estariam reservados, pois cõnscio de sua coragem, sabia que isto também dependia da vontade divina. E pelos exemplos que possuía, pelas suas referências, que eram basicamente retiradas dos romances de cavalaria cristianizados, somente em pureza Deus lhe daria a primazia. Como podemos ver nesta passagem:

"... mas liia ameude per livros destorias espeçiallmente da estoria de Gallaz

91 CDJ. cap. XXXIII. p. 68.

que falla da Tavolla Redomda. E porque em ellas achava, que per virtude de virgiidade Gallaaz acabara e notavees feitos, que outros acabar nom podiam, desejava muito de o semelhar em alguua guisa..."⁹²

Porém, seu pai, e a própria estrutura social, determinavam que casasse para se manter no círculo régio e da nobreza. Assim surge o princípio da obediência.

Em obediência aos comandos de seu pai, com direta relação com o princípio sagrado de que todo filho deve ser obediente ao Pai, finalmente acata a vontade do mesmo, mostrando-se um verdadeiro cavaleiro cristão, que não infringe os dogmas da Igreja. Após o casamento, recolhe-se em sua nova moradia, em suas novas terras da qual agora é senhor, e vive de maneira exemplar:

" Follgou NunnAllvarez cõ sua mulher em casa de seu padre per alguus dias desi partiusse, e foromsse pera Amtre Doiro e Minho, omde ella tiinha sua casa de morada, e avia seus herdamentos; e foi alli bem rreçebido e visitado dos boõs da comarca, ofereçemdolhe suas amizades como he de costume.

NunnAllvarez era de pouc e bramda pallavra, e seu bom gasalhado e doçes rrazões comtentava muito a todos. Elle era mais mõteiro que caçador, como quer que de todo husasse quamdo compria. Em sua casa avia de cote doze e quize escudeiros, viinte e trimta homees de pee, segumdo a terra rrequere;e estes todos boõs e bem homees pera feito, ca ell numca sse doutros comtemtava nem comtemtou em seus dias."⁹³

No período medieval esta sacralidade intensa já mencionada diversas vezes acima, era representada muitas vezes de modo especialmente simbólico nas armas e outros objetos materiais, que no caso dos cavaleiros cristãos eram em sua grande maioria concentrados na espada e no escudo. Há um momento em que Nuno Álvares Pereira se depara com um alfageme, uma pessoa responsável pela fabricação de espadas e outros armamentos. Ao esbarrar com este em uma praia, o cavaleiro avista uma espada que muito lhe encanta. Pede então que o alfageme lhe faça uma igual, que depois buscaria e pagaria. Até agora nada de especial, contudo Lopes transforma este episódio em um momento profético, utilizando o alfageme como o instrumento enunciador desta profecia.

Quando Nuno Álvares Pereira vai buscar a sua espada, o alfageme não aceita pagamento, afirmando que não receberia quantia do Conde de Ourém. O cavaleiro, sem

92 CDJ. cap. XXXIV. p. 69.

93 CDJ. cap. XXV. p. 70.

entender nada, diz não deter tal título, o que ocorrerá somente muito mais a frente, quando será nomeado Conde, já no segundo volume da crônica.

É interessante que o cronista utilizou a espada como um subterfúgio para narrar mais um episódio de intensa sacralidade, pois a espada, como dissemos, possuía este forte apelo mítico no imaginário da época.

No capítulo XXXVII temos uma relevante passagem, em que Nuno Álvares Pereira utiliza uma metáfora com a figura de um poço para determinar a importância e seriedade dos eventos e da empreitada que se seguiriam. É uma metáfora que aparece na crônica pela sua intensidade imagética, mas principalmente para que o cavaleiro possa selar com ela o princípio da lealdade. Ressalta-se também que com ela, por outro lado, o cronista procura demonstrar que D. Nuno não obriga ninguém a agir, fazendo com que os que o estão acompanhando, ganhem muita força simbólica, pois o fazem pelo convencimento de que devem defender o reino. Há um senso de justiça que transborda destas páginas.

Explicando aos homens que a demanda que irão enfrentar é como um poço profundo, e que ele mesmo está decidido a pular no mesmo, uma vez que não haverá ponto de retorno, caracteriza o sentido de aventura dos acontecimentos. A aventura, mesmo para essa cavalaria já sedentária e bem descaracterizada, ainda é um forte elemento de determinação da ética cavaleiresca na mentalidade dos mesmos.

Nuno Álvares Pereira chega então em Lisboa e enfim encontra o Mestre de Avis. Momento marcante na história do reino, e também na narrativa do cronista, já que temos o posicionamento de Nuno Álvares Pereira como servidor do Mestre. O encontro dos dois personagens, no capítulo XXXVIII, será um dos mais importantes na condução da Revolução de Avis. E tal reunião é narrada com uma carga simbólica enorme, vejamos:

" E depois de dous dias que NunaAllvarez chegou a Lixbo foisse ao Paaço do Meestre, e falloulhe em esta guisa: *Senhor, gramdes dia ha que eu muito desegei e desejo de vos servir, e nom foi minha ventuira de o ataa este tempo poder fazer; e porque hora vos sooes em tall pomto e estado, que cuido que poderei cobrar o que tanto desejava, eu vos offreço mim e meu prove serviço com mui booa voomtade; e vos peço por merçee, que daqui em deamte me ajaaes por vosso quite, servimdivos de mim em todallas cousas, come dhomem que pera ello serei mui prestes.*

O Meestre lhe gredeço muito sua booa vomtade, porque dias avia que o conhecia por boom, rreçebemdo por seu como ell disse; e fezeo do Conselho, com os outros que em ell estavom; e dhi em deamte

nom fazia cousa de que ell parte nom soubesse."⁹⁴

Este é um momento épico na crônica, o encontro das duas grandes forças que ascendem com a Revolução de Avis, representadas nestes dois nobres, um personificando a nova nobreza que ascende, e o outro a realeza, a dinastia avisina, que governará o reino por longos anos.

Nuno Álvares Pereira mostra o serviço que visava prestar ao futuro rei como um desejo, uma oportunidade que o destino lhe apresentava, ou presenteava. Esta deveria ser a nova postura do bom nobre e, principalmente, a essência da posição social de súdito. O serviço do rei tem na crônica uma feição de privilégio, diferente do antigo sistema de troca de favores. Naturalmente, esta mudança não foi tão radical na realidade dos fatos, já que cabe lembrar que a crônica atua no campo do ideal, como projeto político e propaganda.

O cavaleiro, a partir daqui, vai se tornando cada vez mais importante no curso dos acontecimentos, e o Mestre não faz questão de ocultar a sua predileção pelo herói. Não obstante os outros cavaleiros que também participavam do conselho formado pelo Mestre, passaram a invejar este tratamento diferenciado.

A confiança, aparece com um elemento crucial na valoração da lealdade, sobretudo em momentos de tensão, como quando nos deparamos com intrigas. A confiança do futuro rei em Nuno Álvares Pereira era um elemento que poderia ser questionado, já que seus irmãos mais velhos, sobretudo o primogênito, prior da Ordem do Hospital, haviam tomado voz por Castela. Assim o cronista reserva uma passagem na crônica em que o Mestre se posiciona de modo muito claro quanto a sua fé no cavaleiro.

Ordenando o Mestre que Nuno Álvares passe a ser o fronteiro entre Tejo e Odiana, cargo relevante na geografia militar da estratégia de combate entre os reinos, surge João das Regras, importante e prestigiado conselheiro, contestando esta escolha. Este alega que para tarefa de tal porte seria necessário alguém com larga experiência em combates, com mais maturidade, e maior experiência na arte da guerra. O trecho do capítulo LXXXVII é muito elucidativo, pois demonstra a completa confiança do Mestre e o lugar de destaque de Nuno Álvares Pereira:

"Isso meesmo fallando em outros, tambem lhe achavom çertas duvidas; de guisa que Meestre veo a dizer que nehoo viia pera ello mais perteemçemte,

94 CDJ. p. 76.

nem que o com melhor desejo fizesse, que NunAllvarez Pereira, prazendolhe de tall carregos tomar. O doutro Joaham daRegras era muito contra esto, dizendo que pera tamanho encargo compria mandar huu homem de madura autoridade, muito avisado, e sabedor de guerra; de mais que NunAllvarez tragia seus irmãos com os emmiigos, e outras rrazões que asiinava, pera nom seer elle o que ouvesse dhir."⁹⁵

Mesmo diante da acusação de que sendo necessário confrontar seus irmãos o cavaleiro fronteiro poderia retroceder e mudar de lado, Nuno Álvares Pereira tem a confiança do Mestre, porém a questão não vai ser deixada apenas no âmbito argumentativo. A Batalha de Atoleiros é um episódio marcante da lealdade deste nobre, paradigma para toda uma nova nobreza. E assim, nesta batalha, diversos atributos emergem, ao lado de questões interessantes que já demonstravam mudanças na prática militar.

Fernão Lopes narra com detalhe a batalha, demonstrando como Nuno Álvares Pereira e suas forças estavam em menor número. Aqui temos um cavaleiro que alia coragem à inteligência. A coragem é demonstrada em sua disposição de lutar e no modo como incita seus homens, com um discurso em que prevalece a honra e a defesa da causa portuguesa, mesmo que para tanto tenha que desafiar seu irmão. A ética cristã surge do mesmo modo, quando nos momentos em que precedem a luta, o cavaleiro fica de joelhos para oração, sendo imitado por todos, e, em seguida, bradando palavras de encorajamento, parte para o ataque, como vemos narrado no capítulo XCV:

"Entom moverom os Castellaños com grande esforço comtra elles, as lamças sô os braços mui rijo demcomtro, damdo grandes vozes e allaridos, chamando Castilha, Samtiago. Nuno Allvarez e os da ssa parte, chamamdo Portugal e Sam Jorge , abaixarom as lamças cada huu ao seu; e os cavallos topamdo em ellas, alguus delles cahiom logo em terra com seus donos; outros ante que de todo chegassem topar na batalha eram feridos de vitaoões e dardos que lamçavom homees de pee per çima dos homees darmas; e os cavallos alvoramdo, lamçavom de si os que em elles viinham; delles com as feridas queriam dar vollta, e tornamdo em outros, cahiam em terra."⁹⁶

Outras vitórias se seguem na narrativa da crônica, com a tomada de cidades e vilas ocupadas pelos castelhanos, até que uma cena muito interessante surge.

95 CDJ. p. 164.

96 CDJ. p. 181.

Ao se deparar com uma igreja suja de esterco pelos animais dos castelhanos, que a usaram de local de repouso das bestas, Nuno Álvares Pereira fica indignado. Assim, podemos ver com clareza, a distinção que traça o cronista entre o respeito à ética cristã de Portugal e a de Castela.

Os homens de Castela mostraram enorme desrespeito pelo local sagrado, colocando seus animais ali e deixando-o imundo. Já Nuno Álvares Pereira - aqui representando o reino português como aquele verdadeiramente temente a Deus e defensor da fé legítima - irá agir de modo exatamente contrário, limpando todo o esterco acumulado.

Do lado desta demonstração de respeito aos locais destinados ao culto do cristianismo, reforçando a idéia de que Deus e Portugal lutavam juntos, de que o reino português estava incumbido de uma missão divina, este trecho permite que a humildade do cavaleiro venha à tona.

Nuno Álvares Pereira será o primeiro de todos os homens a se prostrar para tirar a sujeira para fora e limpar a igreja. Uma atitude bem diversa da intensa hierarquia presente no medievo, principalmente em se tratando de organização militar. O cavaleiro dá o exemplo, ele se iguala, ou até diminui, para mostrar que diante de Deus todos são inferiores, e devem abrir mão de si para servir a Deus, uma postura ética diversa do paradigma do cavaleiro orgulhoso de outrora.

Cabe ressaltar também que os portugueses não deixaram de praticar os atos de fé, como as romarias, mesmo com o reino sendo invadido, sempre rezando e ajoelhando em oração, oferecendo o sacrifício de Portugal pela defesa da verdadeira fé.

" Em outro dia pella manhã que era dia demdoenças, sse foi NunAllvarez de pee e descallço, em rromaria a samta Maria do Açumar, que he hua legoa dhi, egreja bem devota, e todollos seus de pee com ell. E como chegou aa egreja, achouha mui çuja das bestas dos Castellãos, que em ella metiam, quamdo per hi passavom; e amte que sse apousemtasse, a mamdou alimpar; e ell foi ho primero que começou a tirar o esterco fora."⁹⁷

A crônica continuará com outros confrontos entre portugueses e castelhanos, com traições e desistências de muitos, estando Nuno Álvares Pereira sempre firme no propósito de defender a causa do Mestre de Avis, que neste momento já se confunde com a causa do reino. Todos os que tomam parte na luta pela causa do Mestre, diz o cronista, são como

97 CDJ. p. 184.

verdadeiros portugueses, como se houvesse a manifestação de um sentimento de pertença, que por fim acaba centrado da figura do futuro rei.

No último capítulo do primeiro volume da crônica, o capítulo CXCIII, Nuno Álvares Pereira é nomeado condestável do reino. Aqui D. Nuno se torna a imagem muito próxima de um cavaleiro perfeito. Maduro e experimentado na guerra, e muito diferente do jovem e impetuoso cavaleiro descrito na *Crônica de D. Fernando*:

" Emlegido o Meestre e alçado assi por rei, fallousse logo que fizessem condestabre pera a guerra em que eram postos, segumdo novamente fezera elRei dom Fernamdo, quando em seu tempo os Ingreses veherom. E hordenou elRei que o fosse o seu mui leall e fiel servidor Nuno Allvares Pereira, avemdo aaquell tempo viimte e quatro anos e nove meses e doze dias, conheçemdo dell que era dhonestos costumes e mui avisado nos autos da cavalaria"⁹⁸

E assim o cenário está montado para o momento mais importante de toda a saga do reino português: a Batalha de Aljubarrota. Ocorrida em agosto de 1385, narrada no segundo volume da *Crônica de D. João I*, no capítulo XLI, este evento mostra o condestável encorajando a sua tropa em cima de seu cavalo na vanguarda do seu exército.

Em mais uma batalha o condestável e o Mestre de Avis juntam um exército bem menor do que a tropa castelhana. Contudo, os portugueses tinham ao seu lado a justiça de sua causa, e, assim, o favor divino. Com uma estratégia bem montada e o local da batalha lhes favorecendo, os portugueses, com a ajuda dos arqueiros ingleses, conseguiram vencer a cavalaria castelhana, que acabava por atropelar a sua própria infantaria. O resultado foi uma derrota humilhante para o rei de Castela e a confirmação do Mestre, agora D. João I como rei consolidado no trono.

Seguem-se comemorações e festividades pela vitória, sob a longa pregação de um frade de Lisboa. O condestável recebera o título de Conde de Ourém e fizera ao alfageme de sua espada o pagamento de que este outrora se recusara receber:

"E amtre todos aqueles que el Rey em vomtade tinha muito dacreçemtar asy era Nunalvarez Pereira, seu homrado Comdestabre e muito fiel servidor; (...), E el Rey dise que lhe prazia muito e asy lho prometeo e outorgou; e estomçe o fez Comde dOure como como se costuma fazer..."⁹⁹

98 CDJ. cap. CXCIII. p. 424.

99 CDJ. Vol. 2. cap. LI. p. 137 e 138.

Outras ações militares de Nuno Álvares Pereira são narradas pelo cronista, até que temos a Batalha de Valverde e o herói já era suficientemente experiente militarmente e garante um papel decisivo no confronto.

Neste momento, os atributos de cavaleiro guerreiro, de um lado, e homem de fé cristã inabalável, de outro, já se encontram mesclados de modo que o cronista tem preparado o caminho a ser seguido pelo seu herói, sua retirada da vida mundana e sua entrada numa prática de ascese mística.

Nuno Álvares, como uma espécie de cavaleiro ideal - exemplo da ética que se quer respeitado por todo súdito - inspirado na figura de Galaaz, personificará boa parte dos novos rumos do reino, legitimando e consolidando, como paradigma, a Dinastia de Avis e a nova Nobreza que com ela ascende.

Capítulo 3 - O MELHOR CAVALEIRO DE PORTUGAL - A PRODUÇÃO DA MEMÓRIA DE NUNO ÁLVARES PEREIRA.

3.1- A *CRÔNICA DO CONDESTÁVEL*, O IDEAL CAVALEIRESCO E A NOVA NOBREZA NO *PROJETO POLÍTICO* DE AVIS.

A investigação sobre a natureza da nobreza que ascende com o Mestre de Avis, após o processo revolucionário de 1383-1385, conduz o pesquisador à constatação de que - uma vez feito rei o Mestre de Avis, e principalmente sendo a paz com Castela outorgada em 1411 - rapidamente, em Portugal, o jogo político interno entre as forças centralizadoras e a nobreza, um grupo social essencialmente descentralizado, volta à cena. O rei, realiza diversas ações políticas, econômicas, jurídicas e culturais, com o intuito de retomar as terras da coroa das mãos dos seus vassallos e, assim, diminuir a capacidade de ação dos nobres no tabuleiro político da corte. Não é demais lembrar que a força econômica e política do período residia fundamentalmente na propriedade da terra e/ou nos direitos que sobre ela tinha o seu senhor.

D. João I, logo que feito rei nas cortes de Coimbra, e durante os anos que se seguiram, dividiu entre os nobres que o apoiaram, na sua grande maioria de pequena monta, secundogênitos, as terras do reino português, e organizou a administração da coroa, distribuindo cargos na organização administrativa da monarquia.

Do mesmo modo que a propriedade de um senhorio, onde o senhor fazia jus às rendas, direitos e serviços da população que nas suas terras residia e nela tinha as suas plantações - os cargos administrativos da realeza também eram muito proveitosos. Um exemplo são os cobradores dos impostos devidos à coroa, que tinham direito a uma parte de tais proventos.

Conforme a dinastia avisina se consolidava, com a contratação de juristas que trabalhavam na montagem de um conjunto legislativo que disciplinasse o reino de modo centralizado, a coroa continuava o processo de retomada das suas terras, algumas vezes de maneira direta, ou seja, com uma ordem emanada diretamente do rei para que o vassallo

deixasse a terra, ou através de leis, como a Lei Mental, que diminuía sensivelmente os direitos dos nobres, como a proibição de os fidalgos transmitirem os bens da coroa aos seus descendentes que não fossem de linha masculina e legítima.

Deste modo, com ações nas áreas econômicas, políticas e jurídicas, a monarquia se fortalecia e enfraquecia o poder da nobreza, que em sua maioria se sentia ultrajada e partia para o exílio em Castela. Era um verdadeiro jogo político, onde o rei tinha de ser hábil na condução de seus avanços, para que não tornasse o número de aliados muito inferior ao de inimigos e descontentes, pois a paz com Castela havia sido promulgada, mas as pretensões do reino castelhano não desapareceriam de uma hora para outra.

Não devemos esquecer que derrotas, como a da batalha de Aljubarrota, onde o exército castelhano era muito superior em número e força, mancharam inegavelmente a imagem da monarquia castelhana, e, como já demonstramos acima, os reis necessitavam manter uma imagem régia positiva perante seus súditos, sob pena de perda de legitimidade e até de seu poder. Um rei falho na condução da guerra, é um rei não apenas inábil para os atos de governo, mas também em dúvida com relação ao seu caráter sagrado, posto que detinha o poder como um soberano cujo cargo era uma delegação de Deus, este sim o onipresente Rei dos reis.

Contudo, este movimento de avanços da coroa portuguesa na retomada de suas terras é a todo tempo freado diante das exceções abertas pelo monarca, em casos isolados, e vale ressaltar que muitas destas exceções dizem respeito aos fatos que incluem Nuno Álvares Pereira e seus protegidos.

Sobre as dificuldades enfrentadas pelos monarcas avisinos, novos detentores do poder após a ascensão desta dinastia, ensina Ieda Avênia Mello¹⁰⁰:

" Deparava-se, ainda, o rei com a oposição da antiga nobreza, a pressão dos novos senhores, o desenvolvimento das cidades, a importância dos mercadores, o aumento da pobreza, a ameaça representada pelos estrangeiros e, enfim, com um ambiente repleto de tensões e conflitos. Desta forma, o rei, como o verdadeiro soberano deveria ser capaz de unir vários segmentos, sobrepondo-se a eles, formando uma unidade que a todos se afirmasse, elemento central à constituição da nação portuguesa. A dinastia de Avis, por meio de um modelo messiânico, tomou por base outros modelos europeus, adaptou muitos símbolos e integrou-os ao seu discurso legitimador, estendendo-o ao conjunto do povo."

100 MELLO, Ieda Avênia. *Rituais e Cerimônias Régias da Dinastia de Avis: pacto e conflito na entronização de D. João II*. Dissertação de Mestrado, UFF, 1997. p. 17.

O prestígio de Nuno Álvares Pereira era grande, mesmo anos depois das campanhas militares e de seus grandes feitos nas batalhas contra Castela, o que pode ser constatado pela sua presença marcante e quase ofuscante na mais importante crônica escrita pelo cronista real, Fernão Lopes, a *Crônica de D. João I*, que em última instância era uma produção de memória com o objetivo de demonstrar a legitimidade do rei e sua importância militar-simbólica, como aquele que salvou o reino de sua dissolução, e, portanto, o escolhido por Deus e o mais capaz de governar Portugal na direção da prosperidade e da independência.

Apesar deste capítulo ter como fonte primária fundamental a *Crônica do Condestável*, em alguns momentos faremos menção de conceitos trabalhados por Fernão Lopes em sua obra, o que entendemos importante e elucidativo, pois além deste cronista ter utilizado grande parte desta crônica em seus escritos, faz emergir questões mais amplas, interessantes ao estudo aqui empreendido, como por exemplo, o caráter exemplar de D. Nuno e sua posição paradigmática como modelo da nova nobreza que foi aliada do projeto político avisino.

Assim diz João Gouveia Monteiro:

"Quer dizer, Nuno Álvares Pereira é o *exemplum* da obra de Fernão Lopes. As suas intervenções, o seu pensamento, a sua condição social, têm, portanto, um altíssimo valor semiológico no tecido da *Crônica de D. João I*.

É a partir daqui, creio, que tudo se simplifica um pouco mais. Torna-se nítido como, mais do que a apologia de qualquer "classe burguesa" nascente, Fernão Lopes procura, afinal, definir contornos de uma *nobreza ideal*, norteada pela sua bravura, dedicação e desprendimento material, tal qual ela aparece representada pelo Condestável. Ao contrário do que provavelmente verificava existir no seu tempo - talvez em virtude dos "atropelos" ao que insinua como sendo o espírito originário da Revolução de 1383-1385 -, o cronista pugnava por uma "nova nobreza" que, mais pelas suas qualidades do que pela sua origem, se revelasse capaz de consubstanciar a unidade e prosperidade "nacionais".¹⁰¹

O Condestável Nuno Álvares Pereira era o senhor de uma família que ganhava cada vez mais espaço na política de Portugal, frequentando cotidianamente a corte régia, já que D. João I casou um filho seu com a filha do Condestável. A condução pela casa de Bragança de uma estratégia de distinção e poder social e político foi tão bem sucedida, que, no futuro,

101 MONTEIRO, João Gouveia. Op. Cit. p.128.

será esta linhagem, ela própria, a detentora do poder real.

Porém, neste início de século XV, com o cenário político ainda indefinido, ao lado desta intensa luta material por poder, por meio de alianças e inimizades, há uma produção de memória que teve grande espaço no âmbito da corte, uma criação literária que se notabilizou durante o governo de Avis, tanto na casa régia quanto como na casa de alguns nobres.

Portanto, isto demonstra que a narrativa dos grandes feitos do fundador de uma linhagem, ou dos seus antepassados mais ilustres, era um expediente de enorme eficácia político-simbólica, e deve ter sido muito importante dada a profícua produção de crônicas relatando a vida de nobres cavaleiros.

O relato destes momentos de fundação de uma casa senhorial era repleto de exemplos simbólicos, fazendo surgir nestes escritos uma narrativa que se caracteriza como a de um mito fundador.

No caso de Nuno Álvares Pereira, a sua imagem, tecida na crônica escrita para exaltar os seus feitos, a *Crônica do Condestável*, é a de um cavaleiro digno dos modelos mais prestigiados no imaginário da época, como, por exemplo, os cavaleiros da tábua redonda. Vale lembrar que a ética cavaleiresca era composta por valores que uniam desde uma ética guerreira a uma postura cortesã, ao lado de um ideal cristão de conduta.

Comparados o rei português e seus cavaleiros com o rei Arthur e seu fiéis cavaleiros - lembrando que Nuno Álvares Pereira tinha Galaaz como seu modelo exemplar de conduta e herói - o Mestre de Avis e seu general tinham muito claramente o respaldo de Deus, pois, caso contrário, jamais poderiam ter derrotado tão grande e bem preparado exército de Castela. Apoio divino que era presente nas versões dos romances de cavalaria, como os da Matéria da Bretanha, que chegavam em Portugal em versões bastante "cristianizadas".

Vejamos o que diz Adriana Zierer sobre a vontade divina na crônica de Lopes, e que vale para o cenário da prosa portuguesa:

" Teoricamente, segundo o relato, seria impossível ao exército português, devido à inferioridade de seus recursos, vencer a batalha.

O cronista enfatiza várias vezes que, apesar da superioridade bélica, o rei de Castela invadia Portugal sem ter direito de fazê-lo, por não ter respeitado o Tratado de Salvaterra dos Magos. Ênfase que serve para indicar que, a despeito da sua vantagem, a vontade divina acabaria por pender para o lado de Portugal; o "juízo de Deus" iria prevalecer.

A vitória nas armas alcançada pelos portugueses representa, aos olhos do cronista, o próprio milagre e a confirmação de todos os fatos precedentes da eleição divina por Deus. Segundo Oliveira Marques, a vitória portuguesa ocorreu porque o exército castelhano estava desmotivado e acreditava que a

vitória já era certa. Quanto ao exército português, este estrategicamente assumira posições mais favoráveis no planalto, construiu uma paliçada defensiva e abriu fossos e outras paliçadas, impedindo o avanço da cavalaria castelhana. Além disso, também teria contribuído para a vitória o mais ardoroso empenho dos portugueses em vencer o combate."¹⁰²

Os cronistas portugueses participavam de um amplo projeto político, e a literatura, como as diversas manifestações do simbólico, foi uma arma eficaz.

Cabe ressaltar, como ensina Michel Zink, que há um processo de transformação da literatura medieval em curso na Baixa Idade Média:

"Até o fim do século XII, só há literatura vernácula em verso: o lirismo e a canção de gesta, ambos cantados, e, um pouco mais tarde, o romance. As primeiras crônicas moldam-se pela versificação épica ou romanesca. A aparição de romances e crônicas em prosa, no limiar do século XIII, tem sem dúvida alguma coisa a ver com o desenvolvimento da escrita e da leitura (particularmente no caso de crônicas traduzidas do latim para mecenas leigos). Porém, muitos outros fatores estão em jogo. Entre eles, uma meditação sobre a verdade. A prosa, já dizia Isidoro de Sevilha, é um discurso em linha reta - *pro(r)sum* - que escapa às contorções da versificação. Ela evita, ressaltam reiteradamente os prosadores medievais, o anfiguri e os ornamentos fúteis do verso. Oferece o reflexo mais direto e mais fiel do pensamento. Presta-se, portanto, especialmente à expressão das mais altas verdades e das coisas de Deus. Não é talvez por acaso que os primeiros romances em prosa sejam os do Graal. A prosa serve também a escrita da história."¹⁰³

Através desta literatura que passa a circular com maior intensidade, no início do século XV português, as novas forças sociais que almejam ascender, sobretudo os novos nobres, se utilizam e se espelham, como também buscam retratar a si mesmos, no ideal de uma cavalaria nobre e imbuída dos mais prestigiados valores presentes neste romances consagrados, posto serem narrativas que há tempo marcava o imaginário do medievo, com a diferença que, anteriormente, escritos em versos, e muitas vezes em latim, não atingiam um público tão grande, ficando restritas a pequenos grupos. Diz Zink sobre o assunto:

" No final da Idade Média, reescrevem-se em prosa os romances em verso dos séculos XII e XIII, que se tornaram de leitura difícil. Assinala-se e percebe-se então, pela primeira vez, a profundidade do passado no interior

102 ZIERER, Adriana Maria de Souza. op. cit. pág.145.

103 ZINK, Michel. Literaura. In: LE GOFF, J. & SCHIMITT, J. C. (ed). Dicionário Temático do Ocidente Medieval. 2v. Bauru/SP: EDUSC, 2006. V.2. p.90.

de línguas e literaturas ainda jovens. Todavia, a prosa vernácula não pode ser definida e estudada apenas por referência ao verso que a precede, mas também por comparação à prosa latina que é seu modelo. Assim, e de diversas maneiras, a emergência da prosa conduz à reorganização da paisagem literária."¹⁰⁴

Assim, por meio destes escritos, esta nova nobreza aos poucos iria se mostrando como um grupo social - ao menos como exemplo, expresso nas narrativas - constantemente presente no seu apoio ao rei, e assim introduzia na cultura e nas práticas da sociedade portuguesa, pelas suas atitudes, o modelo de comportamento do súdito ideal, idealizado também pela realeza em seu projeto pedagógico.

O súdito poderia ser um nobre, um mercador, um funcionário régio, e sua noção ética mais profunda, seu sentimento de pertença mais intenso, estava vinculado ao respeito a figura do rei, que não era mais apenas um *primus inter pares*, pois estava acima das outras forças sociais e sua imagem, ao menos no escritos pela realeza patrocinados, passava a se confundir com a essência do próprio reino.

Parece que esta posição almejada pela realeza, de centralidade e de superioridade, ao lado da necessidade de legitimação e consolidação de seu poder, foi o espírito que norteou os monarcas avisinos no momento em que escrevem eles mesmos livros com o objetivo de ensinar e educar os nobres e os funcionários régios.

A literatura, portanto, teve um papel de destaque em Portugal na Baixa Idade Média, como um eficiente meio de propagar um discurso capaz de funcionar como um manual dos modelos de conduta. Há como que um caráter legislativo nestas iniciativas culturais. Caráter legislativo, pois, parece que o que se busca como fim último em um "espelho de príncipe", por exemplo, está mais fortemente marcado pelo seu sentido de *dever-ser*, do que por uma narrativa em prosa descompromissada e apenas explanatória.

Ousamos propor o "discurso do Paço" com uma força normativa que vai além do aspecto literário. O objetivo das obras simbólicas, como os escritos, tanto os técnicos, como as crônicas, diretamente produzidos no âmbito do palácio real, ou nas casas nobres mais importantes, sugere uma intenção de organizar uma realidade ética e moral difusa, posto que a ascensão dos nobres secundos e dos mercadores-burgueses, ainda que embrionária, transformava o cenário social antes mais sólido e estaque, logo denotando um forte aspecto normativo.

104 ZINK. Michel. Op. cit. p. 91.

Segundo Miriam Coser, ao analisar esta produção literária, temos que:

" Os príncipes de Avis empenharam-se pessoalmente na produção desse discurso. D. João escreve o Livro da Montaria, manual que se dedicava a ensinar como reconhecer os rastros de animais (recorrendo inclusive a ilustrações), quais as melhores armas e vestimentas para a caça e quais as relações adequadas entre os grandes senhores que lideravam as caçadas e seus subalternos. D. Pedro é autor do Livro da Virtuosa Benfeitoria, expondo sua concepção de ordem social, baseada nos fundamentos da hierarquia e da benfeitoria (tendo como referência a obra de Sêneca), conferindo ao rei o papel de promotor da concórdia e unificador do reino. D. Duarte escreve o do Leal Conselheiro, livro que tinha como objetivo orientar o bom cristão, enfatizando sobretudo a necessidade do comedimento. Escreve também o Livro da Ensinança do Bem Cavalgar Toda Sela, em que explicita os motivos pelos quais cavaleiros e escudeiros devem aprender a cavalgar."¹⁰⁵

Esta produção portuguesa de livros técnicos e históricos é fruto de um conjunto de influências que chegavam ao reino. As influências foram várias, destacando as de França, com a sua tradição novelística arturiana e os "espelhos de príncipes", e a cultura cavaleiresca inglesa, provavelmente trazida pelos cavaleiros, nobres e mesmo comerciantes que tradicionalmente eram aliados dos portugueses no comércio e na diplomacia da cristandade.

A nova nobreza que ascendeu após o advento da revolução de Avis, tal qual a realeza, também se empenhou em produzir o seu discurso legitimador. Assim, em consonância com a proposta defendida pela monarquia, ou seja, traçava um modelo de súdito que não colocava em cheque a centralidade do rei, procurando aumentar significativamente o prestígio do serviço frente ao privilégio de sangue.

A nova nobreza, interessada na valoração do súdito pela sua importância no serviço ao rei, tem como paradigma, Nuno Álvares Pereira. Ele é o seu exemplo mais marcante, pois, como podemos ver com clareza na *Crônica do Condestável*, há nesta uma profunda exaltação e apologia deste cavaleiro secundo como peça fundamental na luta pela independência do reino português e, sobretudo, como um nobre ideal, totalmente fiel ao monarca.

Ao dirigir o olhar mais atentamente à *Crônica do Condestável*, temos que, para além do fato fundamental de que tal crônica foi utilizada em sua quase totalidade por Fernão Lopes, o cronista régio - o que diz muito quanto à união de projetos entre a nova realeza e

105 COSER, Miriam Cabral. A Dinastia de Avis e a construção da memória do reino português: uma análise das crônicas oficiais. Cadernos de Ciências Humanas - Especiaría. V. 10., n.18, jul. - dez. 2007, p. 709.

os nobres secundos que ascenderam com a mesma, pois apoiaram D. João I sem ressalvas - é possível vermos de modo muito nítido estes nobres secundos como defensores incondicionais do reino português, nos momentos mais críticos, e ao mesmo tempo respeitando todos os valores cavaleirescos que a antiga nobreza não hesitava em ignorar.

No Paço, e fora dele, estes nobres secundos, e muitos deles com pouco ou quase nenhum título, estavam emblematicamente representados na figura deste cavaleiro, com um acento quase hagiográfico que, a todos representando, era ao mesmo tempo um apóstolo, um cavaleiro da Távola redonda, um senhor de terras e um súdito absolutamente leal ao novo rei. Tudo isto propagado através de uma literatura apologética que certamente era lida nas cortes, ou seja, um instrumento de propaganda política bastante eficaz.

O mito que se criou em torno de Nuno Álvares Pereira, até hoje de enorme importância para o sentimento de pertença e nacionalidade dos portugueses, foi fundamental para que as novas forças sociais, no início da formação da corte avisina, lidassem com a necessidade de enfrentar as intensas contestações da antiga nobreza e legitimassem a sua posição. O Paço era um campo de batalha como os campos e os vales.

Ressalteemos que essa literatura apologética, em forma de crônica, terá ao mesmo tempo um caráter, enquanto produção de memória, de relato da verdade histórica. As narrativas, mesmo muitas vezes utilizando elementos do maravilhoso medieval, como milagres, profecias e outros, parecem buscar contar o que aconteceu, deixando para a posteridade o testemunho da grandiosidade do passado para que seja como um guia no presente.

Aqui vale destacar o que diz Ieda Avênia Mello:

" O paço avisino tornou-se o microcosmo da sociedade portuguesa à época, e um lugar privilegiado para a abordagem histórica. Podemos, assim, dizer que as tensões políticas quatrocentistas são passíveis de análise através dos personagens vinculados ao paço, sujeitos históricos cuja ação quiçá seja possível detectar. Ações que, no plano literário, podem ser verificadas no movimento de expansão da produção, reprodução e organização dos livros no século XV."¹⁰⁶

A *Crônica do Condestável* é um escrito narrativo que aborda a vida de Nuno Álvares Pereira e sua autoria ainda é desconhecida. A historiadora Teresa Amado compreende que

106 MELLO, Ieda Avênia. Op. Cit. p.17.

esta crônica assume a feição de um trabalho biográfico, produzido na primeira metade do século XV, em época anterior a 1450. Esta determinação aproximada do momento em que a crônica foi escrita é realizada com a aferição do uso que dela fizeram outros cronistas, como, por exemplo, Fernão Lopes, que utiliza quase 80 % desta para compor os trechos referentes ao cavaleiro D. Nuno nas suas *Crônica de D. Fernando* e *Crônica de D. João I*.

Segundo Teresa Amado:

"Fernão Lopes foi quem esclareceu que a obra redigida quando Nun`Álvares já não vivia, e é pelo facto de ser utilizada na Crônica de D. Fernando que, por conjectura da data da realização desta, se pode deduzir que estava pronta em 1440. Limitando-se a reescrever os fragmentos que daí tira para integrá-los no seu texto(...) não há dúvida de que o cronista régio a elegeu como importante modelo de discurso narrativo."¹⁰⁷

Como um escrito biográfico, temos na *Crônica do Condestável* o desenvolvimento de grandes momentos na vida do seu protagonista, momentos estes que traçam a sua trajetória durante os importantes eventos que aconteciam nas esferas política e militar de Portugal no fim do século XV.

Há, deste modo, uma diferença marcante entre estas e outras crônicas contemporâneas, sobretudo as escritas por Fernão Lopes, posto que os escritos deste autor tem uma proposta historiográfica, uma perspectiva de busca da verdade do fato passado, enquanto a crônica que narra a vida de D. Nuno tem como foco a apologia e a narração dos grandes feitos do seu herói, visando enaltecer as qualidades e virtudes presentes em sua vida.

O autor da *Crônica do Condestável* concentra seus esforços nitidamente em fazer uma apologia dos grandes feitos de Nuno Álvares Pereira ao invés de adentrar o âmbito do significado político delas, ou melhor dizendo, há um foco nos acontecimentos narrados a partir da ação e da conduta do herói, sem uma indagação mais aprofundada da sua inserção no contexto da época.

Deste modo, define-se esta crônica como uma narrativa de cunho heróico-apologético, constituindo um verdadeiro manual romanceado das virtudes que compõem a conduta do cavaleiro ideal da segunda dinastia portuguesa. No próximo item buscaremos, na análise de elementos encontrados no corpo da fonte, ressaltar alguns momentos em que as características mais marcantes deste modelo são exaltadas.

107 AMADO, Teresa. *Crônica do Condestável*. In: LANCIANI, Giulia; Tavani, Giuseppe. *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Caminho, 1993. p. 187.

A dinastia de Avis, utilizando o rico manancial literário que era produzido no reino, seja por iniciativa do rei, seja pela influência de cortes e cavaleiros estrangeiros, parece tecer um tipo de cavaleiro bastante peculiar, que por sua vez é o modelo de conduta proposto para todos os súditos, ao menos os frequentadores da corte ou da administração do reino, ou seja, um modelo de súdito ideal.

Mesmo não sendo a *Crônica do Condestável* um escrito diretamente realizado pelo rei, estava com certeza integrado no projeto de promoção do programa de propaganda política que os reis avisinos visavam instaurar. Esta afirmação tem sua importância aumentada quando nos questionamos se existiu realmente, com a ascensão de Avis, a estruturação de uma nova nobreza.

Naturalmente que os quadros da nobreza que frequentava o paço ainda eram marcados por membros de famílias tradicionais antes da revolução de 1383-1385. Agora, entretanto, permaneciam em contato com novos membros, não muito bem vistos, como os segundos solidários ao Mestre.

Porém, a própria utilização da *Crônica do Condestável* em tamanha escala pelo cronista régio Fernão Lopes, ao escrever a crônica que narrava o nascimento glorioso da dinastia avisina, demonstra e comprova a forte inserção deste novos membros no Paço, posto ser Nuno Álvares Pereira o paradigma desta nova força social. E quando analisamos, mesmo no momento mais apologético, as características desta nova nobreza na figura de D. Nuno, percebemos a fidelidade ao rei como um elemento do conceito de súdito que se mostra inquestionável.

A característica de propaganda política é notada com clareza quando nós compreendemos que tais relatos circulavam como uma prosa a ser ouvida, com o uso corrente do verbo *ouvir* no decorrer da narrativa e frequentes interpolações ao ouvinte.

Este projeto de propaganda com o objetivo de legitimar o novo grupo social, é ao mesmo tempo o inicial esforço de uma casa nobre que ganhará relevante papel na corte régia, a Casa dos Bragança, e demonstra a crônica como um instrumento estratégico na legitimação de sua linhagem.

Através dos atos e feitos grandiosos do patriarca da família, Nuno Álvares Pereira, as qualidades exemplares deste são transmitidas aos descendentes. D. João I concede muitas terras e favores ao Condestável no fim do processo de conturbação social e das batalhas com Castela. Conseguir manter estas terras, entretanto, era uma outra questão, sobretudo após o

falecimento do patriarca.

A iniciativa dos reis de Avis, após sua consolidação no poder, de retomar muitas das terras régias doadas ao nobres, tornava este tipo de atuação político-simbólica fundamental, não apenas para a nobreza ascendente, mas para todos que participavam deste momento histórico do reino, em que a instabilidade teimava em reaparecer, principalmente na atuação da antiga nobreza ligada fortemente aos interesses castelhanos, seja por laços de sangue ou por interesses em comum.

Uma grande parte da nobreza de antiga linhagem de Portugal possuía terras em Castela, ou seja, estava ligada juridicamente e moralmente aos interesses castelhanos. Com a ascensão do Mestre de Avis e o posicionamento de Portugal como reino independente, estes nobres iam e vinham de Castela, em um jogo político marcado por perdas e ganhos.

A própria Guerra dos Cem Anos e o Grande Cisma tornavam este equilíbrio de poder mais delicado, e as crises estruturais da Baixa Idade Média dificultavam ainda mais a vida dos nobres que dependiam das rendas de suas terras para manter seu *status*.

O desenvolvimento do projeto centralizador e da máquina administrativa do reino, com o monopólio da justiça na mão da realeza e a formação de um conjunto de funcionários, sobretudo na esfera fiscal, diretamente ligados ao rei, retiravam gradativamente muitos dos tradicionais meios de obtenção de riquezas da nobreza.

Assim, o fortalecimento dos ideais ligados tradicionalmente ao imaginário do ofício exclusivo dos nobres, como a ideologia cavaleiresca, ganhava uma dupla função. De um lado fortalecia os nobres de antiga linhagem e de outro era o modelo de conduta desta nova nobreza ascendente. O crucial para ambos era ser capaz de compor uma crônica, ou outro instrumento simbólico de atuação política, e fazê-lo circular com eficiência pelas cortes, praças e mentes dos súditos.

Aqui, mais uma vez fica manifesta a importância do simbólico como campo imprescindível no jogo de força pelo poder. A produção de memória e a construção de uma imagem paradigmática era moldada em elementos do imaginário, e, ao mesmo tempo, contribuía para a sua edificação.

O cavaleiro português, assim como a figura do súdito ideal, tinha seus elementos exemplares expressos nestes verdadeiros manuais de como agir corretamente. Estes fundamentos ideológicos do poder retratavam os mais importantes personagens de cada casa senhorial ou monarquia, como figuras heróicas. Suas vidas eram verdadeiras sagas, e contá-

las trazia legitimidade para os seus descendentes, como também construía uma identidade para os portugueses em geral, pois muitos deste elementos eram fruto de uma história e esforços compartilhados.

A produção da *Crônica do Condestável*, entendida neste contexto de consolidação da Dinastia de Avis, como da Casa de Bragança, casa senhorial iniciada com o casamento de D. Beatriz Pereira de Alvim, filha de Nuno Álvares Pereira e o filho bastardo do rei D. João I, o Conde de Barcelos, está inserida neste processo de patrocínio de obras cujo objetivo era criar um fio condutor entre a existência da linhagem nobre e a história do reino.

Os possíveis patrocinadores desta crônica eram membros dos Bragança que ao caracterizar Nuno Álvares Pereira como herói de Portugal, conseguiam legitimar a sua própria posição política assim como consolidar as terras e cargos que até então já haviam conseguido. Assim esta atuação política se caracterizava pelo fortalecimento da imagem do Condestável e pelo estreitamento da sua história pessoal com a história da dinastia reinante.

3.2 - A CRÔNICA DO CONDESTÁVEL¹⁰⁸ E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO CAVALEIRO/SÚDITO IDEAL

Este item tem como objetivo demonstrar quais foram os atributos mais marcantes que compõem a imagem de um cavaleiro ideal em Portugal. Com base na premissa de que a figura de Nuno Álvares Pereira é um paradigma desta produção de memória, um conjunto destacado de valores pode ser encontrado na crônica escrita para lembrar seus feitos, possivelmente produzida após a morte do cavaleiro, e é muito provável que tenha sido fruto de uma encomenda dos seus descendentes, para a partir dela reforçar a sua própria posição política.

O cavaleiro ideal - que aos olhos da realeza era um modelo de súdito exemplar - moldado na crônica, corresponde à imagem de um grande guerreiro, honrado e fiel ao seu senhor/rei, mas também um piedoso homem, que entrega a sua vida e vontade aos desígnios divinos.

É entre a imagem de um guerreiro valente e impetuoso, e de um clérigo casto e piedoso, que se posiciona o cavaleiro ideal Nuno Álvares Pereira e sua singularidade. Diversas passagens da crônica que exalta a sua vida, demonstram atributos como honra,

108 ANÔNIMO. *Crônica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*. Autor anônimo do século XV. Adaptação de Jaime Cortesão. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 8ª ed., 1936.

fidelidade, piedade, coragem entre outros, almejando persuadir o leitor/ouvinte de que os favores que recebeu de Deus e do rei são frutos das atitudes exemplares que manteve durante toda a sua vida .

O ideal cavaleiresco que permeava a produção da memória de Nuno Álvares Pereira é fruto de diversas influências, pois os romances de cavalaria e as canções de gesta que chegavam ao reino português podiam adentrar o reino tanto pela França ou Castela, como trazidos pelos cavaleiros e nobres ingleses, aliados dos portugueses em grande parte dos séculos XIV e XV.

A influência dos exemplos presentes nos romances que compõe a chamada Matéria da Bretanha é incontestável, posto que o próprio cronista menciona este fato logo no início da narrativa. O desejo de Nuno Álvares Pereira de se comparar, e pautar a sua vida e comportamento, ao cavaleiro/personagem Galaaz é expresso na seguinte passagem:

"... tinha sim, em grande gosto ouvir e ler livros de histórias, e, mais que nenhuma a de Galaaz e de Távola Redonda. E como ali soubesse que, por virtude, Galaaz lograra acabar tão notáveis feitos, desejava também ficar solteiro, pois via o seu rei ameaçado dos inimigos e sonhava livrá-lo com nobres façanhas de cavalaria"¹⁰⁹.

Esta passagem é muito emblemática, pois demonstra alguns pontos importantes: a profunda influência do romance de cavalaria na concepção do cronista em como retratar um cavaleiro/súdito ideal; e como este tipo de literatura ainda gozava de grande prestígio no imaginário dos súditos, sobretudo quando procuramos compreender os referências e modelos que possuíam grande aceitação perante o público português medieval. Nota-se como este modelo de vida, esta "forma de existir", esta ética, permanecia viva apesar de todas as alegações historiográficas de sua derrocada e decadência. Como a lealdade ao rei surge como valor inquestionável, e mesmo motor da vontade de agir corretamente de todo aquele que almejava ser lembrado no futuro como honrado e glorioso, e, por fim, participar da corte régia.

Cabe lembrar que os modelos de conduta não eram apenas os existentes no bojo da ética cavaleiresca de cunho guerreiro. O Mestre de Avis era tido como o Messias de Lisboa, imagem cunhada pelos seus inimigos de modo jocoso, transformada pelos avisinos como poderosa arma simbólica, fruto da sua utilização da ética cristã, imagens que a Dinastia de

109 CDC. p. 20.

Avis, como diversas outras da cristandade, utilizou para fortalecer e legitimar sua posição no trono.

Aqueles que apoiaram de perto o Mestre de Avis durante a guerra contra Castela e nas conturbações internas entre monarquia e grandes senhores do reino português, seriam assim como os apóstolos deste Messias. Considerando, portanto, a força da ética cristã e a influência da Igreja Católica na sociedade medieval do ocidente, Galaaz é um modelo muito bem escolhido pelo cronista.

O cavaleiro/súdito ideal português unia estas duas éticas, a cavaleiresca e a cristã, moldando a sua imagem em conformidade com os valores mais importantes de ambas. O importante é entender como a produção da memória dos modelos e das imagens exemplares que os avisinos construíram, em sua atuação moralística e pedagógica, possuem um pouco de cada uma destas éticas, produzindo um paradigma que se articula muito bem com o processo de centralização do poder nas mãos da realeza neste fim de Idade Média.

A honra e a glória, frutos de grandes aventuras e feitos militares, por exemplo, são valores atenuados pelo "freio" da piedade. "Honra e Glória", neste momento, de servir o rei e o reino, e não, como no ideal cavaleiresco presente nos romances tradicionais, apenas como instrumento do interesse individual do cavaleiro em perpetuar o seu nome. "Piedade" pois os favores do rei estão condicionados à boa conduta do membro de uma corte cada vez mais repleta de códigos de comportamentos que não estavam em sintonia com condutas desmesuradas. Há como que uma resignificação da piedade cristã, um reposicionamento de seu sentido quando entendido no contexto da sua utilização no discurso avisino e da nova nobreza.

O cavaleiro piedoso é um protetor dos indefesos, da terra do Deus dos cristãos. Não praticaria, portanto, roubos, balburdia ou teria atitudes imorais dentro do reino. Também não desobedeceria o vigário de Deus na terra, que neste momento se consolidava na figura do rei. Portanto, percebemos o poderoso efeito de controle da violência e das pulsões que esta imagem contribuía em espalhar e fortalecer no imaginário da nobreza portuguesa.

Como também, por outro lado, marcava expressamente no discurso dos cronistas portugueses - como eficaz estratégia narrativa - a diferença moral entre os honrados portugueses que lutaram ao lado do Mestre de Avis e os castelhanos e portugueses da velha nobreza a eles aliados, que pilhavam os pobres e praticavam a guerra de modo injusto, agindo contra a vontade de Deus, vontade esta verificada nas crônicas diversas vezes por eventos

milagrosos, discursos de personagens proféticos e sermões de religiosos que defendiam a "verdadeira" fé dos "verdadeiros" portugueses.

Vale lembrar também da importância das ordens cavaleirescas-militares, que tinham um papel muito importante na organização dos grupos de homens dedicados às práticas militares, assim como consolidavam os fundamentos da ética cristã no cotidiano dos cavaleiros, como também na ética cavaleiresca que deveria ser seguida por estes - através de rigorosos padrões de conduta, hierarquia e treinamento, em uma rígida organização interna e um severo código normativo.

Nas palavras de Johan Huizinga:

" O grande jogo da vida bela encenado como um sonho de coragem, nobreza e fidelidade dispunha de outro meio além daquele do torneio. Havia uma segunda forma de expressão importante: as ordens cavaleirescas.(...) tanto a ordem cavaleiresca quanto o torneio, e a própria ordenação do cavaleiro possuem suas raízes mais profundas nos usos e costumes religiosos de um passado muito distante. A ordenação de um cavaleiro é um rito de puberdade elaborado social e eticamente; é o ato de prover as armas ao jovem guerreiro. Destarte, a luta encenada é mais do que antiga e havia muito preenchida de significado sagrado."¹¹⁰

Neste diapasão, é sempre oportuno que lembremos do papel dos torneios e festas, que procuravam canalizar as tensões, evitando destruição e prejuízos no interior da cristandade. Porém, estes torneios se transformavam em arena de negociações entre seus participantes, após o contorno que ganha a corte régia como espaço de atuação política, estando os excessos afastados para setores mais periféricos. Os banquetes e a música ganhavam também ares mais "civilizados".

Com a justiça saindo das mãos dos senhores feudais e transferindo-se para o rei, o ato de ser piedoso, possivelmente, tinha a ver com o respeito do nobre às prerrogativas monopolizadas pela realeza. A justiça, que não seguia um processo jurídico mínimo, sem organização, e com ares de repressão e vingança, perdia espaço, com o surgimento gradual de institutos legais, elaborados pelos juristas e homens de letras que formavam o corpo administrativo de uma monarquia cada vez mais complexa em sua estrutura .

O rei, principalmente com o monopólio da análise dos recursos das decisões

110 HUIZINGA, Johan. Op. Cit. p. 129.

emanadas da justiça dos senhores feudais, e a conseqüente palavra final em questões de justiça, ganhava o respeito dos súditos, mirando, principalmente, o apoio das novas forças sociais, como a burguesia, que neste fim de medievo, enriquecia com o restabelecimento e fortalecimento das rotas comerciais e o aumento das trocas entre vilas, cidades, e monarquias, sobretudo as de longa distância.

A nova nobreza que ascende com o rei português é importante neste processo de centralização, em termos práticos, pois diminui de algum modo a dependência do rei das forças bélicas dos grandes senhores tradicionais, até que o monarca possa no futuro formar um exército profissional exclusivamente ao seu dispor.

No espaço da atuação simbólica, as características de Nuno Álvares Pereira, como um cavaleiro/personagem/modelo, que amava cavalgar, montar, ouvir e ler as histórias dos grandes cavaleiros do passado, como também sua prática cristã assídua - ajoelhando para rezar até mesmo durante momentos críticos de uma batalha - respeitando e participando de procissões, e sempre direcionando o mérito de seus atos à Deus, estão diretamente ligadas ao paradigma que se quer formular, tanto quanto - para que a crônica alcançasse seus objetivos propagandísticos e políticos - nos informa muitos dos elementos do imaginário compartilhado na época, ou seja, nos remete ao campo do vívido .

Lembre-se que, como cavaleiro, Nuno Álvares Pereira é um grande guerreiro. Alguns valores da ética cavaleiresca-cristã, são responsáveis por este tipo de atitude. Honra de seu nome e linhagem, coragem inabalável, fé indubitável no serviço do rei e na proteção da Igreja, fidelidade ao Deus dos cristãos, etc. Mas há um ponto fundamental na sua insistência em lutar, que se deve ao sentimento de pertença, aos laços de solidariedade que aos poucos se solidificam.

Com este sentimento de pertença, o que se quer ressaltar é o fato de que muitas ações do cavaleiro são impulsionadas, não por interesses individuais, mas pela entrega desinteressada, em termos materiais, à defesa do reino, mesmo que sua vida seja posta em grave risco. O herói com este comportamento modifica o sentido da atuação cavaleiresca, trazendo a defesa do reino e sua independência para um patamar muito mais alto, na escala dos valores honrosos, que a simples busca por fama e glória.

Dois são as conclusões que merecem destaque: que este sentimento era um dos elementos do programa de construção do paradigma de súdito e nobre almejado pelos Bragança, como, sobretudo, pelos monarcas avisinios; que este ponto serviu aos descendentes

e/ou patrocinadores da crônica na mensagem que queriam passar e na legitimidade que buscavam consolidar - ou seja, como uma casa senhorial que deveria ser valorizada pelo seu histórico de fidelidade ao rei e ao reino.

Os ouvintes/leitores já eram capazes de ver esta entrega ao reino como algo a ser valorizado. Há sim, portanto, um sentimento de pertença fortemente inserido no quadro de valores e na moral dos portugueses deste fim de Idade Média. Pertença que se comprovava com a brava luta pela integridade do reino e da realeza.

A coragem, o talento militar, era um dos atributos mais respeitados e cobrados de um cavaleiro. Desde os primeiros cantos e versos narrando a vida de um herói, o poder deste em comandar exércitos e vencer batalhas maravilhava ouvintes e leitores, que almejavam em seus sonhos viver como estes célebres personagens.

O mito do herói destemido aparece na crônica muitas vezes. Nuno Álvares Pereira possuía a coragem necessária, mas também era um grande estrategista. Isto nos remete ao fato de que novas características eram cobradas de um bom comandante no momento histórico em que se produzia a crônica, e demonstra também que há efetivamente um modelo de cavaleiro e súdito diverso da bravura pura e quase irracional do guerreiro de outros tempos.

Uma passagem rica para demonstrar este tipo de postura diante do inimigo, e de como pensava o cronista o melhor modo de expressar estes elementos, visando a sua melhor recepção, está no trecho em que narra a Batalha dos Atoleiros. Vejamos:

"... a caminho de Estremoz, já Nun'Alvares com sua gente ocupara um lugar, onde chamam os Atoleiros meia légua pouco mais ou menos aquém de Fronteira contra Estremoz e mui conveniente para defender-se. Dali dominavam eles os que viessem de Estremoz. E, estando certo de eu os Castelhanos à peleja, Nun'Álvares fez logo desmontar todos os seus homens de armas e com essa pouca gente concertou as suas forças num quadrado, - a vanguarda, a retaguarda e as alas direita e esquerda. À frente colocou todos os homens de armas com a lança em riste bem fíncada ao chão; e por detrás os besteiros e homens de pé, prontos a desferir as setas, os dardos e as pedras sobre os inimigos. Assim, ainda que pequena, a hoste era como um só homem e um só coração, muralha viva, unida e inabalável, resolvidos todos a vender a vida pelo mais alto preço. E notareis, senhores, que esta foi a primeira vez, de memória de homens, que um capitão em Portugal pôs batalha pé terra.

(...) Os Castelhanos, quando viram Nun'Álvares com tão pouca gente e assim de pé, supuseram que por serem muitos e bem cavalgados, facilmente os desbaratariam. E assim, a galope, lanças em riste, com grande alarido como mouros, aqueles grandes senhores e fidalgos castelhanos partiram e toparam com tremendo embate na gente portuguesa. A confusão foi grande, e a

matança maior (...) Oh! Que formosa e bem pelejada batalha! Filas sobre filas, os cavaleiros castelhanos avançaram, e tombaram ou partiram, arrastados dos corcéis a um lado e a outro, como feixes de trigo em dia de ceifa e ventania. E assim quis Deus serem os Castelhanos desbaratados e muitos deles mortos(...)"¹¹¹

Esta batalha põe alguns pontos em evidência. A cobiça dos castelhanos é demonstrada em contraste com a pureza da causa portuguesa. Os castelhanos eram invasores, e assim, injustos contendores. Colocando o invasor como um inimigo do correto agir e da moral guerreira, o cronista ressalta a união dos defensores da terra. Este é um modo de afirmar que o respeito às fronteiras de um reino são mais importantes que vontades individuais. Vontades estas que, em desmedida, faz os nobres castelhanos partir de maneira desorganizada para cima dos portugueses e pagar um alto preço por isto. Mais uma vez a questão da postura mensurada e comedida do nobre ideal surge na narrativa.

A coragem dos portugueses, liderados e inspirados pelo exemplo de Nuno Álvares Pereira é pautada pela organização do seu exército, que mesmo em menor número e na sua maioria sem montaria, consegue a vitória que parecia impossível.

A capacidade de Nuno Álvares Pereira de liderar seus homens não se encontrava somente no campo de batalha. Durante os eventos políticos e diplomáticos na luta pelo direito sucessório ao trono português, Nuno Álvares Pereira participava ativamente, contestando a nobreza de antiga linhagem que apoiava os interesses de Castela, e mantendo uma postura irredutível como braço direito do Mestre de Avis, não poupando esforços em salvaguardar o povo português, constantemente pilhado e saqueado nas rápidas incursões dos grupos de soldados castelhanos.

Em 1384 o rei de Castela invade Portugal e cerca a cidade de Lisboa. Com atuação decisiva, o Mestre de Avis consegue vencer o cerco, auxiliado pela peste que assola o acampamento dos castelhanos.

Após a saída de D. Leonor do reino, o Mestre de Avis se consolida como o principal nome na regência e defesa do reino português, até que em 1385 há a convocação das Cortes de Coimbra. Três blocos políticos diversos se formam, disputando cada qual o direito ao trono: havia os que defendiam o cumprimento do tratado de Salvaterra dos Magos, afirmando que D. Beatriz e seu marido, o rei de Castela, eram os legítimos reis de Portugal; aqueles do lado dos filhos do rei D. Pedro com D. Inês de Castro, os infantes D. João e D. Dinis; e os

111 CDC. P. 103-108.

defensores do Mestre de Avis.

O jurista João das Regras é tradicionalmente o personagem mais destacado destas Cortes, já que, orador oficial, tinha seus argumentos ouvidos por todos. Contudo o cronista da *Crônica do Condestável* afirma que os senhores da nobreza que ali estavam, decidiram pelo apoio à causa do Mestre de Avis "mais por convencimento e boas razões que pela força de Nuno Álvares."¹¹²

As Cortes de Coimbra são um evento central na história do reino Português. Em primeiro lugar, posto que após o seu término, D. João I organiza a sua administração e faz de Nuno Álvares Pereira o seu Condestável, um importante cargo e emblemático momento para a nobreza emergente, que agora tem o seu principal representante ao lado do rei e como um dos principais personagens da engrenagem política do reino. Segundo, as cortes dirigem o curso dos fatos para um dos momentos mais importantes da luta pela independência do reino português: a batalha de Aljubarrota.

Sabedor da decisão das Cortes de Coimbra, o rei de Castela não se conforma e decide reunir todas as suas forças para invadir Portugal.

Aqui a figura de Nuno Álvares Pereira consolida sua imagem de principal comandante militar do reino. Sua estratégia, coragem e lealdade ao rei se mostram inabaláveis, mesmo diante de um inimigo muito superior em armas e homens. Parece que nesta batalha os elementos do súdito ideal emergem com bastante clareza. Realmente não há momento mais oportuno para o cronista fazê-los ressaltar e moldar a atuação de seus principais personagens como exemplos de conduta.

A superioridade do exército castelhano era tamanha que não foi difícil dar credibilidade à existência de um apoio divino na atuação dos efetivos militares portugueses. Uma vitória como aquela atestava de uma vez por todas a proteção divina recebida pelos portugueses, ao mesmo tempo demonstrando a correção da escolha de D. João I como rei, como o melhor governante, o eleito para defender Portugal dos "infiéis".

Na crônica os atributos de Nuno Álvares Pereira, como liderança e comando, recebidos pelo Condestável como verdadeira delegação divina, se sobressaem diante da força de um adversário que se mostra prepotente e que contava com a sua superioridade meramente material, alheios aos imperativos espirituais da fé cristã. Eis a descrição da batalha:

112 CDC. p. 90.

" D. Nuno, apenas ali chegou (Tomar), mandou três escudeiros: um que fosse dizer a El-Rei de Castela que lhe mandava requerer, da parte de Deus e do mártir S. Jorge, que desocupasse a terra de El-Rei, seu senhor; e se assim o não quisesse, o desafiava para batalha. Aos outros dois ordenou que fossem ver se podiam prender alguém da hoste castelhana para haver informações. O primeiro escudeiro fez o que o Condestável lhe mandou: ao que El-Rei de Castela respondeu que não conhecia D. Nuno por Condestável, e a seu senhor ainda menos como Rei; e que não lhe respondia mais. E quando este emissário regressava encontrou-se com os outros dois, que já traziam preso um escudeiro que se apartara da hoste castelhana, por conhecerem bem a terra, pois era português.

(...) O português lhe (ao Condestável) contou como El-Rei de Castela trazia consigo para cima de 30.000 homens de armas, besteiros e peões, não falando nos milhares de serventes da grande carriagem. O Condestável, mau grado os Portugueses não escederam a quarta parte da hoste castelhana, não perdeu a confiança. ali mesmo El-Rei e o Condestável concertaram suas gentes, em vanguarda, retaguarda e alas, e partiram-se de Tomar, o Condestável à frente e El-Rei na retaguarda, a caminho de Ourém, onde fizeram eu alojamento. (...) Ao outro dia, se partiram para Porto de Mós, e ali vieram certas como já El-Rei de Castela era em Leiria (...) O Condestável que fora adiante, escolhera na charneca, cerco do lugar de Aljubarrota, uma cumiada, acima do leiro de duas pequenas ribeiras, que a ladeiam e correm para o rio Lena.

(...) E sendo tarde bem entrada, e os nossos todos pé terra e lanças em riste, como nos Atoleiros, os castelhanos vieram a cavalo e de galope sobre a vanguarda de D. Nuno, com grossura de gente e força tanta, com açude cheio que rebenta.

(...) Até que no mais vivo da refrega, a bandeira de Castela foi derribada e seus leões arrastados no pó. Alguns castelhanos recuaram (...) e estes vendo como os da outra parte debandavam, começaram a fugir também. E assim, por prazimento de Deus, El-Rei de Portugal, venceu a batalha real de Aljubarrota."¹¹³

Esta batalha marcou não apenas um engrandecimento militar do reino português, devido ao desmantelamento de boa parte do efetivo montado dos castelhanos. Sua influência nos acontecimentos foi intensa no imaginário dos portugueses. O favor divino que ficava cada vez mais claro foi, como vimos no trecho selecionado, confirmado acima de qualquer suspeita, o que dava às imagens de Nuno Álvares Pereira e do rei D. João I maior afirmação e legitimidade. A comparação com os heróis dos romances de cavalaria, principalmente os da matéria da Bretanha, era consolidada agora que os eventos da narrativa cronística eram semelhantes aos grandes feitos narrados na literatura tradicional.

Os ouvintes/leitores da crônica provavelmente eram capazes de fazer a analogia entre Nuno Álvares Pereira e o seu herói preferido após uma vitória como esta. E aqui ressaltamos mais uma vez o orgulho pátrio - que ia se formando e sendo incentivado pelo cronista -

113 CDC. p. 153-161.

sentido pelo português que ouvia a participação popular com uma importância tão destacada como a narrada na crônica, o que não se encontrava, ao menos com a mesma intensidade, no romances e canções tradicionais.

Ao lado deste sentimento de pertença há o fato de que a grande nobreza portuguesa, após aliar-se ao castelhanos, fora derrotada junto com estes, o que devia soar como uma resposta do povo que não tinha outra opção a não ser continuar nas suas terras e aguentar os efeitos das pilhagens e da desorganização que toda guerra ocasiona.

Em diversos trechos da crônica o amor do Condestável a Portugal aparece de modo claro, como, por exemplo, quando diz que "(...) nunca queira Deus que por dádivas e largas promessas eu vá contra a terra que me criou: antes dispenderei meus dias e derramarei meu sangue por amparo dela".¹¹⁴

Este é um comportamento exemplar de grande força persuasiva e de forte presença na construção do caráter do personagem, que se quer modelo de conduta dos súditos da realeza avisina. O cavaleiro e súdito ideal Nuno Álvares Pereira mostra seu antagonismo com relação ao nobres mais tradicionais, que por ambição e cobiça haviam abandonado a terra em que nasceram para defender um reino estrangeiro.

Cabe lembrar que os nobres que assim agiram tinham em mente o direito feudal. Para eles o seu comportamento era o previsto para qualquer um em sua posição. Porém, para os propósitos deste estudo, este antagonismo é importante pois ressalta o fato de que as crônicas, no período da consolidação avisina e da nova nobreza, buscavam a mudança dos fundamentos ideológicos do poder. Conceitos como "amor a terra" e o "rei como soberano, delegado de Deus", eram trazidos a tona e reforçados dentro da ação centralizadora de uma monarquia que lutava ainda contra fortes resistências internas e externas.

O sentimento de gratidão e a consciência do favor divino, de Deus como um aliado de Portugal, é verificado com a construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, realizado por ordem do rei D. João I, como uma espécie de agradecimento pela vitória. Ainda inserido na questão da fé verdadeira de Portugal e da intervenção divina nos acontecimentos deste mundo, temos as derrotas constantes dos inimigos deste reino, como, no caso de Castela, a punição imposta a estes por seu apoio aos cismáticos de Avignon.

A força dos argumentos legitimadores que a questão do Grande Cisma, evento contemporâneo da Guerra dos Cem Anos, inspira no cronista pode ser compreendida no bojo

114 CDC. p. 74.

de um projeto político mais amplo, que incluía, principalmente, como articuladores e incentivadores, os primeiros monarcas avisininos e, naturalmente, seus aliados diretos, ou seja, as novas forças sociais, encabeçadas pela nova nobreza.

Elucidativa é a lição de Roberto Godofredo Fabri Ferreira:

" A Guerra dos Cem Anos e o Grande Cisma dicotomizam o continente em dois grandes blocos de influência que tentam se firmar não somente nas questões da territorialidade como também em questões de ordem ideológica. É nesse imenso xadrez político que encontramos Portugal, com uma dinastia emergente, buscando a todo custo se firmar num cenário histórico onde a fragilidade política dos reinos e as incertezas sociais são as marcas inexoráveis daquele período e o prenúncio de novos tempos.

Nesse período tão peculiar da história lusitana, o objetivo inicial da nova dinastia é, principalmente, o seu fortalecimento e sua legitimação. É a esse segundo item que me refiro como um dos principais fatores de ordem mental. A questão da legitimação se encontra na base de uma construção histórica de longa duração e é o verdadeiro alicerce para a edificação e estabilidade de qualquer novo reino.

Nesse jogo pela afirmação do poder, as armas utilizadas pelo primeiros reis de Avis, notadamente os dois primeiros, são múltiplas. No plano da legitimação, essa *guerra* paralela possui sutilezas que só o tempo e a história são capazes de detectar e lentamente revelar parte de suas estratégias. Nessa cena muda de batalha, onde a memória e o sentimento de inclusão são elementos fundamentais para se construir uma idéia de povo e reino, as narrativas cronísticas avisininas surgem como ponta de lança para se instalar definitivamente, no imaginário português, uma nova idéia de reino e um novo sentimento de pertença. Do mesmo modo é necessário lembrar que essa construção da imagem do rei português."¹¹⁵

Neste sentido, o cronista sempre que entende ser oportuno, retoma a questão da fé e da fidelidade como um valor que permeia as virtudes dos portugueses, e portanto, da nova nobreza que luta por Portugal, um argumento poderoso, ressaltamos mais uma vez, em um período histórico em que a sacralidade intensa tinha imenso poder sobre o imaginário dos súditos.

Ao ouvir as crônicas produzidas, e entender que Deus havia escolhido Portugal como aquele que seria o seu exército na terra contra os infiéis, no caso em questão retratados como os homens de Castela, ficava fortemente enaltecido o comportamento dos que lutaram por Portugal, como verdadeiros exemplos de conduta e de fidelidade ao seu senhor, na terra, o rei, nos céus, o Rei dos Reis, o Deus dos cristãos.

115 FERREIRA, Roberto Godofredo Fabri. O Tempo novo e a origem dos novos tempos - a construção do tempo e da temporalidade nos primórdios da Dinastia de Avis (1370-1440). Dissertação de Doutorado: Niterói, UFF, 2003. p.180-181.

Exemplos que tinham o seu prestígio consolidado pelo fato de serem dignos da Graça divina e que, devido a este comportamento e o modo como agiam, era suficiente para que Ele próprio se fizesse presente em cada momento em que Portugal necessitasse de ajuda de poderes divinos. Sem esta fé inabalável, a liderança de Nuno Álvares Pereira perderia muito de sua força narrativa, e a nobreza que este representa teria enfraquecido o seu caráter de modelo de conduta a ser seguido pelas futuras gerações de súditos.

A vitória em Aljubarrota não foi o último grande feito militar do Condestável, sobretudo levando em consideração o fato de que a liderança de Nuno Álvares Pereira fica bem expressa na narrativa como um todo, em diversos momentos em que o confronto com grupos de castelhanos ocorre nas pequenas vilas e aldeias.

Agora já um nobre com uma parcela considerável de terras, o condestável permanece na sua luta contra os castelhanos, e decide partir para a reconquista dos territórios perdidos durante as invasões dos mesmos. O episódio que marca esta empreitada é a batalha de Valverde.

Nesta batalha, a liderança de Nuno Álvares Pereira é ressaltada nas suas atitudes exemplares, em mais um momento delicado para as forças portuguesas. Mais uma vez o exército castelhano supera em número de homens e poder de ataque os comandados de D. Nuno e, como nas outras grandes batalhas, este não se deixa desanimar.

Aliando os atributos da fé, coragem e inteligência estratégica, a posição de liderança é um elemento importante na tessitura do personagem de Nuno Álvares Pereira como veremos na seguinte passagem:

" voltou atrás e começou de animar com gesto alegre e boas palavras toda aquela gente, e assim os fez avançar (...) Logo os fez a todos levantar e enquadrar com o resto da hoste em batalha cerrada. Então, entre umas pedras que ali estavam, pôs-se de joelhos a rezar a Deus, como era seu costume. E eram tantas as pedras e as setas que vinham da parte dos Castelhanos, que toda a gente começou de lhe bradar que fizesse andar por diante (...) A tantos e tais clamores o Condestável não respondia, nem mostrava alteração, antes seu rosto parecia enlevado em Deus e alheio deste Mundo. Súbito ergue-se donde estava com gesto mui alegre (...) e ele próprio endireitou com grande ímpeto contra os Castelhanos, que desciam a ele, animados pelo número (...) Desta sorte se venceu a batalha de Valverde, em terra de Catela, a qual durou dois dias de sol a sol e sempre a pelejar."¹¹⁶

Esta batalha é muito emblemática para a percepção de como se deu a construção da imagem de um cavaleiro cristão ideal de Portugal e de como os cronistas deste reino buscavam produzir uma memória dos mesmos, posto que tal ideal supõe que tal cavaleiro - apesar de se preocupar com uma estratégia militar inteligente, de ser corajoso a ponto de se manter calmo durante o ataque dos inimigos, de ser cristão e temente a Deus mesmo na iminência da morte, não a temendo e assim inspirando seus homens - é, sobretudo, corajoso e certo da sua vitória pois lutava com ânimo e confiante, certo de que os seus motivos eram suficientes para garantir a vitória, pois esta vitória era a do reino português, mas também vitória de Deus, da fé verdadeira, da fé de Roma.

Ao lado destas características marcadas pelo seu acento guerreiro e militar, mesmo que sempre demonstrando presente a piedade e a ética cristã na condução das decisões e nas ações do cavaleiro/súdito paradigmático, temos algumas outras características que o cronista não deixa de lado, e faz aparecer na crônica, elementos e atributos que são efetivamente marcantes e tradicionais no imaginário e na ética dos cavaleiros cristãos, como a caridade e a generosidade.

Assim, cada vez mais prestigiado no reino como grande líder militar e braço direito do rei, ganhando grande quantidade de terras, o Condestável poderia, se ligado aos valores mundanos, se tornar um arrogante senhor de terras, exatamente nos moldes de grande parte da antiga nobreza que ele próprio combatia nos campos de batalha.

Porém, reforçando a singularidade da sua imagem, o cronista aproveita para exaltar o desapego material de Nuno Álvares Pereira e a sua bondade, como neste trecho em que podemos vê-lo distribuindo as suas terras com seus homens:

"considerando quantos bens tinha recebido de seu senhor, resolveu repartir as suas terras e rendas com os cavaleiros e escudeiros, que andaram na guerra em sua companhia. Pesava-lhe a riqueza, como falta de amor aos que o tinham ajudado a merecê-la de El-Rei, e aos que morriam à míngua de tudo. (...) E, depois de ter dado essas terras e rendas, ao Condestável escassamente ficou com que manter-se, pelo que vivia mui estreitamente, mas satisfeito em seu coração, porque lhe parecia que era descarregado de um grande peso."¹¹⁷

A generosidade e a gratidão de Nuno Álvares Pereira saltam aos olhos com estas atitudes que eram dignas do modelo cavaleiresco arturiano. Modelo a ser alcançado que, por

117 CDC. p. 197-200.

sua vez, era como que um ideal de vida, um objetivo almejado pelo Condestável. Assim queria ser lembrado Nuno Álvares Pereira, ou assim seu personagem era tecido na crônica que narra a sua vida.

Seus homens, que ao seu lado lutaram, eram como se fossem seus irmãos . Assim, temos também a referência cristã fortemente presente, em que o apóstolo divide o que ganha com seus parceiros. Um tema curioso já que, ao apoiar a causa do Mestre de Avis, D. Nuno luta com seus irmãos de sangue e como que abdica da sua linhagem, colocando emblematicamente o reino na frente da lealdade familiar.

Vale ressaltar que ainda não era o absoluto despojamento material que veremos praticado no fim da sua vida, quando irá se tornar monge, mas algo como seus primeiros passos em direção a esta mudança. E esta atitude do novo grande senhor de terras do reino português, quase que rivalizando em poder com o rei D. João I, era muito importante para os anseios da nova dinastia, na produção de uma fidelidade absoluta do súdito à posição central do soberano.

Os avisinos, passado o período mais radical de lutas contra Castela, montavam seu aparelho administrativo e fortaleciam sua posição soberana, retomando muitas das terras, tanto da antiga nobreza como das novas doações feitas logo após os serviços militares prestados.

Um paradigma de nobre/súdito, de novo nobre, que era desapegado dos seus bens materiais, e colocava acima de tudo a fidelidade ao seu senhor, era muito importante que circulasse no reino e fixasse suas bases no imaginário dos súditos portugueses.

Tanto o cronista como os seus patrocinadores deviam ter isto em mente no seu agir político-simbólico, e, ao colocar estes atributos na crônica, esta fidelidade e lealdade ao rei incondicional praticada pelo paradigma da nova nobreza que era Nuno Álvares Pereira, procurava garantir os favores reais, ou, ao menos, a sua simpatia e uma posição de destaque na corte régia.

Neste outro trecho esta solidariedade, que reforça os laços de solidariedade entre os portugueses e aprofunda o sentimento de pertença, pode ser vista quando o cronista afirma que: "Então repartiu o Condestável mui generosamente dinheiros e pão com aqueles que para isto mandou chamar".¹¹⁸

A ética cristã que permeia o ideal cavaleiresco aqui representado é ainda mais

118 CDC. p. 202.

profunda e ganha mais força quando Nuno Álvares Pereira não presenteia apenas seus homens e companheiros de armas. Ele também é caridoso. Vive a caridade no plano material e não apenas com palavras e sermões. Procura ajudar ao próximo de maneira desinteressada, gratuita, como um dever de todo nobre/súdito.

Uma grande mudança de postura, pois ao invés de cobrar a servidão dos mais fracos e pobres, de ter no outro uma mera peça de uma engrenagem hierarquizada, a memória que se produz de Nuno Álvares Pereira e seu comportamento exemplar, faz valer outro princípio moral, muito mais próximo do cristianismo apostólico, o amor ao próximo como amor a si mesmo. Diz o cronista:

"Mas o Condestável não mostrou a grandeza e bondade de seu ânimo apenas com os amigos e companheiros de armas, pois dele se pode dizer que foi, em verdade, caritativo com os pobres. De todos os dinheiros que em sua casa vinham, de rendas, de ordenados, ou de qualquer outra maneira, logo deles era apartado o dízimo, que todo era distribuído pelos pobres. Além disso, todos os anos dava de vestir aos pobres de todas as suas terras por esta forma: um ano dava numa comarca; o outro noutra, e assim de dois em dois anos todos tinham de vestir. A muitos escudeiros e outros homens pobres, ou mulheres, que noutra tempo tiveram bem que comer, mas agora viviam à míngua, dava tenças de pano e dinheiro com que bem mantinham. Da mesma forma, cavaleiros, escudeiros e outros muitos, e em especial os que o seguiram em serviço de El-Rei, recebiam pano para se vestir, apenas entendia que necessitavam. Como o Condestável tinha muito pão de suas rendas e nunca quis vender (...) dava todo o pão que tinha a cavaleiros, escudeiros e pobres. E por vezes lhe aconteceu que teve de o comprar por seu dinheiro por não lhe restar nenhum."¹¹⁹

A caridade nesta passagem é quase um valor absoluto para o Condestável. Um atributo que modifica fortemente a ação esperada de um cavaleiro ou de um nobre convencional. A questão do acento hagiográfico poderia ser abordada, mas é preferível que com este atributo se possa responder se Nuno Álvares Pereira representaria o "novo". Sim. Um tipo de novo diferente do humanismo. Um novo que se propõe resgatar um cristianismo puro e cujas as representações são bíblicas, sobretudo do Novo Testamento.

A leitura desta representação é importante, pois há aqui um cavaleiro ideal português único, que ganhará força com este imaginário que se assemelha aos homens que respondem ao chamado de um ideal de Cruzada, presente no movimento de expansão ultramarina empreendido exatamente pela dinastia avisina.

119 CDC. p. 203-205.

Na entrada do século XV as batalhas com Castela foram se tornando mais escassas, com a assinatura de acordos de paz, como o de 1402, acordo provisório que estabeleceria as bases para um acordo definitivo, em 1411, momento em que as fronteiras dos dois reinos seriam determinadas de vez.

Nuno Álvares Pereira termina sua saga, sua vida, com a Dinastia de Avis consolidada como dinastia legítima. Sua luta contra Castela e sua participação no estabelecimento da independência do reino ficaram marcadas e confundidas com a própria história de Portugal. O Condestável ainda irá participar da Conquista de Ceuta, empresa de enorme importância e consequências para o futuro da monarquia e do reino.

Porém, no fim de sua vida, Nuno Álvares Pereira realiza um ato que deve ser visto como o triunfo de uma concepção de vida que a crônica visa exaltar desde o início. D. Nuno abre mão de todos os seus bens e ordena a construção, em Lisboa, de um mosteiro em devoção à Nossa Senhora do Carmo, passando a se dedicar exclusivamente à vida religiosa. O Condestável vira monge para morrer em santidade. Seu último ato visando alcançar o prestígio de sua figura e modelo ideal, Galaaz.

Assim diz o cronista:

"quando foi em idade de 62 anos, sentindo não só minguar as suas poucas forças, mas que El-Rei e o reino não precisavam delas, pois a terra estava de sossego e os infantes se mostravam homens para grandes obras, o Condestável resolveu apartar-se do Mundo para servir a Deus como monge pobre no mosteiro do Carmo, que ele mandara construir na cidade de Lisboa."¹²⁰

Deixando a vida de cavaleiro para se tornar Frei Nuno de Santa Maria, o herói termina seus dias se dedicando apenas ao hábito carmelita. Seu último exemplo de conduta exemplar é a prática das mais absoluta humildade. Muito emblemática esta postura, pois D. Nuno poderia viver seus últimos dias usufruindo da glória alcançada com seus grandes feitos, glória que na ética cavaleiresca tradicional era um dos principais objetivos almejados. Entretanto, o modelo representado na crônica emitia uma outra mensagem, bem diversa desta. O serviço do reino e para o reino deve ser encarado como uma obrigação desinteressada, como uma característica do amor à terra, gratuidade presente nos sentimentos verdadeiros.

O acento hagiográfico no fim da vida do Condestável não é mero deleite exegetico. Na

120 CDC. p. 223-224.

crônica mesma o caráter santo será destacado como o triunfo mais importante do herói, como uma vitória inigualável, incomparável com qualquer outra conquista depois de tantas honras e glórias. Após a sua morte, o herói continua sendo um veículo divino e operando milagres. Segue o trecho:

" E, se muitas obras o Condestável fez em sua vida, ainda hoje e depois de sua morte, Deus, por sua mercê, fez e faz muitos milagres naquele lugar onde seu corpo jaz. Nem há como um grande exemplo de desprendimento dos bens da terra e inteireza e constância nas virtudes, que são os bens de Deus, para operar milagres."¹²¹

A mensagem da permanência da influência de Nuno Álvares Pereira na vida do reino, mesmo após a morte, deve ser ressaltada, pois está em consonância com a hipótese de que a crônica, como instrumento de propaganda política, tinha como um de seus objetivos, trazer legitimidade e força política-simbólica aos seus patrocinadores.

Ora, se o fundador da Casa dos Bragança era tão importante para a vida dos portugueses, pois realizava milagres em seu local de descanso, este prestígio acabava por ser canalizado diretamente aos seus descendentes. Lembremos que a força da tradição de uma linhagem, geralmente fruto da grandeza dos feitos e da figura de seu fundador, era ainda uma importante ferramenta no jogo político da corte régia.

Este desejo de vivenciar um sentimento verdadeiro (o verdadeiro português) e de levar a sua fidelidade e lealdade ao Senhor/Rei - no caso uma conjunção das representações de Deus com a do Rei-Messias - às últimas consequências, é como a coroação do modelo de conduta que a propaganda política da dinastia avisina/nova nobreza tem em mente fazer propagar através de seus escritos e crônicas, criando assim a imagem de nobre/súdito ideal.

Naturalmente que no âmbito da realidade material, dificilmente os desígnios rigorosos da produção moralística e pedagógica do novos detentores do poder seriam seguidos com tanta rigidez. Mas, por outro lado, esta rigidez no campo simbólico era necessária exatamente para que na passagem do mundo das idéias para o da realidade, os valores mais importantes permanecessem em sua essência e, aquilo que se perdesse, não colocasse em risco um resultado ainda satisfatório.

Quando a *Crônica do Condestável* insiste em dizer no corpo do seu texto que Nuno

121 CDC. p. 228.

Álvares Pereira é o "(...) melhor cavaleiro de Portugal"¹²², ressalta que o modelo de cavaleiro que deve ser apresentado como o correto, como o exemplo, é este e não qualquer outro, como os que aparecem em outros romances e canções que eram traduzidos com maior frequência neste fim de Idade Média.

A Dinastia de Avis e seus aliados, portanto, sobretudo a nobreza secundogênita que a apoiou durante todo o seu processo de ascensão, legitimação e consolidação no poder, construíram, através de um complexo conjunto de produções simbólicas, marcadamente escritos como crônicas históricas ou apologéticas, uma imagem de nobre/súdito ideal, utilizando principalmente características marcantes da ética cavaleiresca cristã.

Destacando alguns dos elementos e atributos essenciais da cavalaria tradicional, reforçando alguns, e resignificando outros, todos fortemente presentes no imaginário medieval da cristandade, os patrocinadores desta obras produziram uma memória dos seus fundadores, seja da dinastia, seja das casas senhoriais mais importantes, que serviu como eficaz propaganda política, verdadeiros fundamentos ideológicos do poder.

Em um período de intensas transformações, tanto conjeturais - como a luta pelo direito ao trono, ou a participação na corte e acesso aos seus cargos - como estruturais - devido o processo de centralização do poder e formação de um amplo aparato administrativo - a atuação político-simbólica foi um instrumento fundamental na consolidação das monarquias ocidentais e da nobreza que a apoiava.

122 CDC. p.20.

Conclusão

O desenvolvimento dos estudos históricos no campo da História Política e Cultural empreendidos nas últimas décadas, foi responsável por uma profícua produção de trabalhos voltados para a compreensão do papel do simbólico no agir político e social das sociedades ocidentais no fim da Idade Média.

É neste contexto de produção que o presente trabalho buscou suas ferramentas teóricas, no intuito de compreender como a nobreza secundogênita portuguesa, no processo de ascensão, legitimação e consolidação da Dinastia de Avis, produziu uma memória do seu expoente mais importante, Nuno Álvares Pereira, construindo uma imagem paradigmática do nobre/súdito ideal, fundamental diante dos desafios enfrentados com a sua inserção em uma nova posição política no equilíbrio de forças da corte régia e no espaço das relações sociais em transformação.

O recorte temporal escolhido foi estabelecido durante os séculos XIV e XV, séculos estes que foram marcados por transformações estruturais e conjeturais, em que a consolidação gradativa do poder soberano dos reis e das monarquias ocidentais conviveu com uma intensa crise demográfica e de abastecimento, além dos episódios de reação das forças descentralizadoras de natureza feudal.

A chamada Grande Peste e os constantes períodos de fome generalizada devido à falta de alimentos e problemas no seu cultivo e circulação, fizeram deste período um momento conturbado, em que nobres e reis promoveram guerras internas que aumentavam ainda mais o sentimento de insegurança do homem medieval.

Paralelamente aos problemas assinalados, praticamente todas as maiores potências da Europa Ocidental declararam guerra entre si, tendo como principais atores na disputa pela hegemonia política e econômica do período, de um lado a França e do outro a Inglaterra. É no contexto da Guerra dos Cem Anos, como é chamado este complexo conjunto de sucessivas batalhas, que este estudo está inserido, pois a luta entre Portugal, aliado da Inglaterra, e Castela, aliada de França, foi um dos pontos mais emblemáticos presente na contextualização das narrativas cronísticas que foram utilizadas como fonte primária.

Neste mesmo momento, a Igreja Católica enfrentava uma ruptura interna, conhecida como o Grande Cisma, em que parte dos bispos passaram a viver e eleger seu papa em

Avignon, e outra parte, continuou em Roma, criando uma disputa entre dois papas eleitos pelo controle da chamada "verdadeira fé". Junto com o papa de Avignon estavam os franceses e castelhanos e, do lado da cúria romana, os ingleses e portugueses. Seguiam assim a mesma divisão e luta por poder que travavam militarmente na Guerra dos Cem Anos. Nesse contexto histórico encontramos Portugal com sua dinastia emergente.

No fim do século XIV, Portugal sofreu um duro golpe em sua estabilidade política com a morte do rei D. Fernando, por não ter filho varão legítimo para assumir o trono. D. João de Castela, contando com o apoio dos grandes nobres portugueses, reivindica para si o trono português e invade o reino. Neste momento surge a figura do Mestre de Avis, que auxiliado pelo povo e pelos nobres secundogênitos, consegue organizar uma resistência e depois de anos de batalhas, expulsar os castelhanos e ser aclamado rei de Portugal, como D. João I. No comando das tropas que se mantiveram fiéis ao Mestre de Avis, destacou-se Nuno Álvares Pereira, que alcançou o título de Condestável, e posteriormente Conde, se tornando um dos mais importantes nobres de Portugal.

Uma vez no poder, a Dinastia de Avis, e a nova nobreza que ascende com esta, enfrentavam um novo desafio. Como o Mestre de Avis era filho bastardo do rei D. Pedro, pai de D. Fernando, seu direito legítimo ao trono era questionado pelos nobres portugueses e pelos reis das monarquias vizinhas, principalmente Castela. E os nobres segundos e os outros cavaleiros sem título que passaram a frequentar a corte régia se viram também diante do mesmo desafio.

Como um dos elementos de legitimação, a Dinastia de Avis e a nova nobreza produziram um amplo conjunto de obras, em diversas áreas do campo simbólico, como o teatro, a liturgia, as festas, torneios e, sobretudo, a literatura, atuando como parte de um programa cujo objetivo era criar uma memória capaz de legitimar os novos detentores do poder.

O resultado desta produção foi responsável por um discurso legitimador diretamente emanado do paço real. Como verdadeiros fundamentos ideológicos do poder, esta produção simbólica construía representações se utilizando de imagens marcantes no imaginário do homem medieval português.

A produção de crônicas históricas neste período é um rico exemplo de como os escritores patrocinados ou contratados pelos, reis ou por grandes senhores, utilizaram tais imagens com o intuito de realizar uma propaganda política fortalecedora da dinastia ou da

casa senhorial contemplada.

No caso do rei D. João I, a noção de um Rei-Messias, presente nas obras do cronista Fernão Lopes, foi um excelente meio produtor de legitimidade, não apenas para o próprio D. João I, como, sobretudo, para todos os seus sucessores da dinastia avisina. Nessa estratégia literária o seu fundador deixa de ser visto como um rei bastardo e ilegítimo, para ser lembrado como um destemido cavaleiro que enfrentou poderosos inimigos, realizou milagres, e arriscou a sua vida pelo reino. A idéia de "verdadeiro português" está presente, como que uma fagulha da futura noção de nacionalidade.

A nobreza secundogênita que ascende com Avis, também irá produzir uma memória legitimadora do seu espaço na corte régia, como uma nobreza que faz jus aos títulos recebidos e aos seu novo papel no tabuleiro das forças sociais do reino.

Seguindo o expediente utilizado pelas oficinas e repartições do paço régio na construção de uma aparato literário e simbólico - criador de imagens legitimadoras - as mais importantes casas senhoriais que se consolidam no período avisino, através da apologia da memória de seus fundadores, fortalecem o seu próprio *status* político com a formação de um conjunto de instrumentos simbólicos que representam uma imagem sua muito semelhante com a dos cavaleiros cristãos presentes no romances de cavalaria e canções de gesta.

Estes personagens romanceados, surgidos de uma vasta gama de livros e canções que circulavam no reino, maravilhando os súditos com seus grandes feitos e seu comportamento exemplar, serão um excelente modelo para os cronistas que trabalhavam para estes nobres. Nesse momento inicial da produção de memória, temos a produção da memória do cavaleiro mais significativo e representante desta força social, Nuno Álvares Pereira.

O Condestável, fundador da casa de Bragança, na crônica escrita para exaltar a sua participação na ascensão da dinastia avisina e, mais ainda, na independência do reino, ao liderar as forças que resistiram à invasão dos castelhanos, incorpora uma série de valores que terão importantes funções. De uma lado, participar do projeto de centralização régia, que tem como um de seus pressupostos a determinação de um novo conjunto de atributos caracterizadores da função de nobre/súdito. De outro lado, incorporar para si estes valores, e se promover como a força social exemplar na condução da vida cortesã do paço.

O ideário utilizado para fomentar este conjunto de valores, quase uma tipologia dos atributos do nobre/súdito ideal, foi encontrado em sua essência na ideologia cavaleiresca. As imagens poderosas de exemplos como a do cavaleiro Galaaz, foram incorporadas pelo

cronista à imagem de Nuno Álvares Pereira, que na própria crônica surge a todo tempo pautando seu comportamento e suas decisões nos exemplos de conduta emanados das ações do cavaleiro arturiano.

Como estes cavaleiros idealizados estavam consolidados e prestigiados no imaginário medieval, esta representação que se faz da figura de Nuno Álvares Pereira, como um nobre exemplar na sua lealdade ao rei, se tornou paradigmática na construção de uma imagem específica da nova nobreza, de grande eficácia política para a casa senhorial que de D. Nuno descendia, e também como eficaz para os propósitos de monopolização da soberania nas mãos da realeza.

Uma transformação, mesmo que sutil, na essência dos elementos constituintes do ideal de nobreza/súdito é o ponto chave para entender este esforço, no momento mesmo em que se empreende uma propaganda política que visa orientar uma opinião pública - senão, uma opinião bastante diversificada com a presença de novos setores na vida social e nos meandros do agir político do reino - na direção do fortalecimento do papel central exercido agora pelos monarcas.

O estudo destes atributos, como aparecem na vida de Nuno Álvares Pereira, permite que se aprimore o esforço voltado para a compreensão da formação de importantes institutos da vida social do reino português após a ascensão da Dinastia de Avis.

A atuação guerreira, principal atribuição da nobreza na divisão de funções do mundo medieval, com suas características essenciais como a coragem, a honra, a busca da glória, a lealdade ao senhor, a fidelidade, atenuadas pelo acento cristão da piedade, caridade, humildade, constituem o corpo do novo modelo de nobre/súdito após passarem por uma resignificação realizada pelo cronista. Este, ao construir o seu herói, dará a cada um destes atributos um significado específico, realizando a exaltação de um modelo de comportamento, com aspectos moralísticos e pedagógicos, da nobreza ascendente, ao mesmo tempo que nela faz surgir o exemplo, o "novo".

A ética cavaleiresca cristã, no caso paradigmático de Nuno Álvares Pereira, o "maior cavaleiro de Portugal", é, assim, utilizada e perpetuada no imaginário dos portugueses, agora sob novo corpo e coloração.

Destarte, assim se constrói uma representação - através da produção de uma memória da história do reino e de seus defensores - da imagem do nobre/súdito ideal incorporado tanto pela nova nobreza como pela Dinastia de Avis.

No futuro, não muito distante, este mesmo ideal cavaleiresco impulsionará muitos homens nobres rumo ao desconhecido, levará reis e príncipes a navegar águas distantes, mas esta é uma outra história.

Bibliografia

Fontes primárias.

LOPES, Fernão. *Crônica de D. Fernando*. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1983.

LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1983.

ANÔNIMO. *Crônica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*. Autor anônimo do século XV. Adaptação de Jaime Cortesão. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 8ª ed., 1936.

Fontes secundárias.

ACCORSI, Paulo. *Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa. A Prosa Civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412-1438)*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997.

AMARAL, Clínio. *A construção de um Infante Santo em Portugal*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

AMADO, Teresa. *Fernão Lopes contador de história*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

_____. *Crônica do Condestável*. In: *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Organização e Coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.

BARBOSA, Katiúscia Quirino. *A imagem do cavaleiro ideal em Avis à época de D. Duarte e D. Afonso V*. Dissertação para obtenção do título de Mestre. UFF; Niterói, 2010

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASCHE, Jérôme. *A civilização Feudal: do ano 1000 à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.

_____ *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

BOLTON, Brenda. *A Reforma na Idade Média: século XII*. Lisboa; Edições 70, 1983

CARDINI, Franco. "O Guerreiro e o Cavaleiro". In: Le GOFF, Jacques (dir). "O Homem Medieval". Lisboa: Editorial Presença, s/d.

CARDINI, Franco. Guerra e Cruzada. In: LE GOFF, J. & SCHIMITT, J. C. (ed). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. 2v. Bauru/SP: EDUSC, 2006. V.1.

CLÁSSICOS portugueses. *Trechos escolhidos. Fernão Lopes: Cronica de D. Pedro I*. Lisboa: Livraria clássica Editora, 1963.

COSER, Miriam Cabral. *Política e gênero: o modelo de rainha nas crônicas de Fernão Lopes e Zurara (Portugal – Séc. XV)*. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

COSER, Miriam Cabral. "De primus inter pares a soberano: o discurso político da realeza portuguesa no limiar do séc. XV". Rev. univ. rural. sérv. Ciências Humanas, RJ, EDUR, V.29. 2007.

COSER, Miriam Cabral. *A Dinastia de Avis e a construção da memória do reino português: uma análise das crônicas oficiais*. Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria. V. 10., n.18, jul. - dez. 2007.

COSTA, Ricardo da. *A Guerra na Idade Média*. Rio de Janeiro: Edições Paratodos, 1998.

DICIONÁRIO TEMÁTICO DO OCIDENTE MEDIEVAL. São Paulo: Edusc, 2002.

DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

_____. *A sociedade Cavaleiresca*. Lisboa: Editorial Teorema, 1990.

_____. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

EFFEGEN, Augusto Ricardo. *A construção de modelos e contra-modelos na obra de Fernão Lopes (século xv)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009

ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994.

ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade: a estrutura dos mitos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

FLORI, Jean. *"A Cavalaria: A Origem dos nobres guerreiros da Idade Média"*. São Paulo: Madras, 2005.

FLORI, Jean. Cavalaria. In: LE GOFF, J. & SCHIMITT, J. C. (ed). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. 2v. Bauru/SP: EDUSC, 2006. V.1.

FERREIRA, Roberto Godofredo Fabri. *O papel do maravilhoso na construção da identidade nacional portuguesa - análise do mito afonsino (séculos XIII-XV)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997.

FERREIRA, Roberto Godofredo Fabri. *O Tempo novo e a origem dos novos tempos - a construção do tempo e da temporalidade nos primórdios da Dinastia de Avis (1370-1440)*. Dissertação de Doutorado: Niterói, UFF, 2003.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média, nascimento do ocidente*. SP: Brasilense, 2006.

FRÓES, Vânia Leite. *Era no tempo do Rei. - estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. Tese para Titular de História Medieval. UFF: Niterói, 1995.

FRÓES, Vânia Leite. *Teatro como Missão e Espaço de Encontro Entre Culturas. Estudo comparativo entre o teatro português e brasileiro do século XV-XVI*. In: *Actas do Congresso Internacional de História - Missão Portuguesa e Encontro entre Culturas*. VIII. Universidade de Católica Portuguesa. Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. Braga. Fundação Evangelização e Cultura. 1993

GARCÍA - PELAYO, Manuel. *Los Mitos Políticos*. Madrid: Alianza Universidad, 1981.

GÉNICOT, Léopold. Nobreza. In: LE GOFF, J. & SCHIMITT, J. C. (ed). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. 2v. Bauru/SP: EDUSC, 2006. V.2.

GUENÉE, Bernard. *O ocidente nos séculos XIV e XV: Os Estados*. São Paulo: Pioneira, 1981.

GUENÉE, Bernard. Corte. In: LE GOFF, J. & SCHIMITT, J. C. (ed). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. 2v. Bauru/SP: EDUSC, 2006. V.1.

HUIZINGA, Johan. *O Outono da Idade Média*. São Paulo: CosacNaify, 2010.

JÚNIOR, Almir Marques de Souza. *A Dinastia de Avis e a realeza do século XV*. Anpuh: APERJ.

KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do Rei: um estudo sobre teologia medieval*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

LADERO QUESADA, Miguel Angel. " *Las fiestas en la cultura medieval*". Espanha: Areté,

2004.

LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. *É a política a ossatura da História? In: O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1985.

_____. *São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MARAVALL, J. A. *Antigos e Modernos - Vision de la Historia e idea de progreso hasta el Renacimiento*. Madrid; Alianza Editorial, 1986.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editora Presença, 1987.

MATTOSO, José. (dir.). *História de Portugal. A monarquia feudal (1096-1480)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MATTOSO, José. *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*. 2^a ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1985.

MATTOSO, José. *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

MELLO, Ieda de. *Rituais e cerimônias régias da Dinastia de Avis: pacto e conflito na entronização de D. João II (Portugal-1438-1495)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

MENDES, Jonathan. " *Natural Jeyto e Boa Enseñança*": *Aspectos moralísticos e políticos na Literatura Técnica de Avis (Portugal, séc XIV/XV)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF,

2010.

MORENO, Humberto Baquero. *O princípio da Época Moderna*. cap. 3, In: História de Portugal, José Tenguarrinha. SP; Edusc,2000.

PATLAGEAN, Evelyne. A História do Imaginário. IN: *A História Nova*. org. Jacques Le Goff. SP; Martins Fontes,2005

PIMPÃO, Costa. *História da Literatura Portuguesa. séculos XII A XV*. Lisboa: Edições quadrantes, 1947.

REBELO, Luís de Souza. *A concepção de poder em Fernão Lopes*. Lisboa. Horizonte, 1983.

SARAIVA, Antonio José, LOPES Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1996.

SARAIVA, Antonio José. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva,1995.

_____. *História da cultura em Portugal*. Lisboa: Jornal do Foro,1995.

SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. Portugal: Publicações Europa-América, 1996.

SORIA, José Manuel Nieto. *Fundamentos Ideológicos del Poder Real en Castilla (Siglos XIII-XVI)*. Madrid: Eudema,1998.

TREVISAN, Mariana Bonat. "*Construção de Identidades de Género e Afrimação Régia: Os casais da realeza portuguesa entre os séculos XIV e XV a partir das crônicas de Fernão Lopes*". Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF.

VAUCHEZ, André. *A espiritualidade na Idade Média ocidental (séculos VIII a XIII)*. RJ: Jorge Zahar Editor,1995.

VERGER, Jacques. *Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII*. SP,

Edusc, 2001.

_____. *Homens e saber na Idade Média*. São Paulo, 1999.

ZINK, Michel. *Literatura*. In: LE GOFF, J. & SCHIMITT, J. C. (ed). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. 2v. Bauru/SP: EDUSC, 2006. V.2.